

Brasil: Guia para as Eleições de 2002

Alexandre Marinis
11 3841.6346
CSFB Brasil Economia
alexandre.marinis@csfb.com



Com este documento, o **Credit Suisse First Boston** dá início à cobertura das Eleições Brasileiras de 2002, que incluirão uma das mais disputadas corridas presidenciais da história recente do País. O objetivo deste trabalho é ser uma obra de referência, consolidando informações e estatísticas básicas para o acompanhamento e entendimento das eleições e da política nacional.

O estudo é dividido em quatro partes:

Parte I - Contexto Sucessório resume a história política e a organização político-administrativa do Brasil, traz as regras e o calendário das eleições e apresenta os principais institutos de pesquisa, a importância das pesquisas de opinião e as estatísticas do eleitorado.

Parte II - Características Pessoais dos Presidenciais traz a biografia dos últimos presidentes, o perfil dos principais presidenciais e seus desempenhos nas eleições mais recentes.

Parte III - Estrutura Político-Partidária apresenta os principais partidos brasileiros, analisa o baixo grau de fidelidade partidária e a necessidade de coligações para manutenção da governabilidade. Resume também o grau de influência de cada partido em nível federal, estadual e municipal, e seus tempos de propaganda eleitoral em rádio e TV.

Parte IV - Programas de Governo resume as principais propostas econômicas apresentadas até o momento e traz algumas idéias sobre economia manifestadas pelos principais presidenciais.

Em 2002, o CSFB divulgará notas políticas discutindo aspectos pontuais das eleições e, a partir do segundo trimestre, um boletim mensal dedicado ao acompanhamento sistemático e à análise do processo eleitoral. Essa cobertura será complementada por análises em nossos informativos diários sobre economia e política que conterão a síntese da nossa visão sobre os assuntos políticos e eleitorais mais importantes a cada momento.

Índice

Parte I – Contexto Sucessório.....	4
1. Breve história política.....	4
2. Organização político-administrativa.....	7
3. Regras para as Eleições de 2002.....	8
4. Calendário Eleitoral.....	9
5. Popularidade presidencial e transferência de voto para o candidato governista.....	11
6. Principais institutos de pesquisa.....	15
7. Grau de influência das pesquisas eleitorais.....	16
8. Análise das pesquisas em eleições passadas.....	17
9. Estatísticas do eleitorado.....	18
Distribuição geográfica por região.....	18
Distribuição geográfica por estado.....	19
Divisão do eleitorado por sexo.....	20
Idade dos eleitores.....	20
Nível de escolaridade dos eleitores.....	21
Nível de renda dos eleitores.....	21
Preferência religiosa.....	22
Parte II - Características Pessoais dos Presidenciáveis.....	24
10. Biografia dos presidentes brasileiros desde o fim do regime militar em 1985.....	24
José Sarney.....	24
Fernando Collor.....	24
Itamar Franco.....	25
Fernando Henrique Cardoso.....	25
11. Biografia dos presidenciáveis e seus desempenhos em eleições recentes.....	26
Anthony Garotinho.....	26
Ciro Gomes.....	27
Itamar Franco.....	28
José Serra.....	29
Luiz Inácio Lula da Silva.....	30
Roseana Sarney.....	31
Tasso Jereissati.....	32
12. As características pessoais dos presidenciáveis e os desejos do eleitorado.....	33
Características dos presidenciáveis.....	33
Atributos desejados pelo eleitorado.....	34
Parte III - Estrutura Político-Partidária.....	35
13. Os principais partidos brasileiros e seu grau de influência.....	35
14. Perfil dos maiores partidos e seus políticos mais influentes.....	36
PMDB.....	36
PFL.....	36
PSDB.....	37
PT.....	37
PPB.....	38

PTB	38
PL	38
PDT	39
PSB.....	39
PPS.....	39
15. Alianças garantem a governabilidade.....	40
16. Baixo grau de fidelidade partidária	41
17. Distribuição partidária das cadeiras do Congresso	42
18. Distribuição partidária dos estados.....	44
19. Distribuição partidária das prefeituras	45
20. Tempo de propaganda em rádio e TV	49
Parte IV - Programas de Governo.....	51
21. Programas econômicos e idéias gerais sobre política econômica	51
22. Percepção do CSFB sobre a orientação econômica dos presidencialistas	54
Apêndices	
23. Lista de websites	58
24. Fotos: fontes e créditos	59
Gráficos	
Avaliação do presidente Fernando Henrique Cardoso	11
Correlação entre popularidade presidencial e desemprego	12
O apoio de FHC a um candidato a presidente e seu efeito sobre o eleitor	14
Posição do eleitor em relação a um candidato que represente a continuidade da política econômica	15
As três últimas eleições presidenciais	17
Influência do líder religioso na escolha de algum candidato (nacional)	22
Influência do líder religioso na escolha de algum candidato (por religião)	23
Posicionamento ideológicos dos principais partidos brasileiros	40
Evolução das bancadas na Câmara dos Deputados.....	42
Distribuição partidária dos estados em 2001.....	44
Distribuição partidária das prefeituras em 2000	45
Distribuição partidária dos votos nas capitais e cidades com mais de 200 mil eleitores em 2000.....	45
Distribuição partidária dos estados e capitais brasileiras (Mapa).....	46
Os prováveis candidatos nos estados (Mapa).....	48
O PT e a independência do Banco Central.....	56

Tabelas

Presidentes do Brasil, eleições e trocas de governo	5 e 6
Perfil das instituições políticas	7
Calendário eleitoral	10
Principais motivos para reprovar FHC.....	13
Principais problemas do País.....	14
Fatores considerados “muito importantes” para a decisão do voto	16
Grau de contribuição das pesquisas eleitorais na decisão do voto	16
Grau de confiança nas pesquisas eleitorais.....	17
Distribuição do eleitorado por regiões.....	18
Distribuição do eleitorado por estados e capitais.....	19
Divisão do eleitorado por sexo e idade	20
Nível de escolaridade do eleitorado brasileiro	21
Rendimento mensal dos brasileiros	22
Religião que o eleitorado pratica ou frequenta.....	22
Anthony Garotinho: desempenho em eleições recentes.....	26
Ciro Gomes: desempenho em eleições recentes	27
Itamar Franco: desempenho em eleições recentes	28
José Serra: desempenho em eleições recentes	29
Luiz Inácio Lula da Silva: desempenho em eleições recentes.....	30
Roseana Sarney: desempenho em eleições recentes.....	31
Tasso Jereissati: desempenho em eleições recentes.....	32
Síntese da percepção das características pessoais dos principais presidenciáveis	33
Características de um candidato à Presidência da República	34
CrITÉrios de escolha de um candidato	34
Importância das características para escolher um candidato	34
Partidos brasileiros com estatutos registrados.....	35
Os últimos presidentes e suas coligações partidárias	40
Número de desfiliações de deputados federais	41
Por qual partido político o eleitor torce ou tem simpatia	41
Bancadas dos partidos no Congresso Nacional	43
Perspectiva de renovação das bancadas no Senado	43
Evolução da distribuição partidária dos governadores.....	44
Evolução da distribuição partidária das prefeituras.....	45
Popularidade dos governadores de 11 estados brasileiros	47
Popularidade dos prefeitos de 10 das capitais mais importantes do País.....	49
Distribuição do tempo de propaganda eleitoral gratuita.....	50
Avaliação das tendências econômicas dos principais presidenciáveis	54
Ranking dos pré-candidatos em relação a temas econômicos.....	55
As metamorfoses do PT.....	57

Parte I – Contexto Sucessório

1. Breve história política

O Brasil foi uma colônia portuguesa desde seu descobrimento, em 1500, até 1822. Após declarar sua independência, foi estabelecida uma monarquia que se manteve até 15 de novembro de 1889, quando foi proclamada a República. Em 1930, teve início um regime autoritário chefiado pelo presidente Getúlio Vargas, que governou o País nos 15 anos seguintes. Um regime democrático foi restabelecido em 1945, após a queda do regime Vargas com o final da 2ª Guerra Mundial, e mantido até 1964, quando os militares tomaram o poder depondo o então presidente João Goulart. As eleições deixaram de ser diretas durante o Regime Militar. Em 1964, 1966 e 1969, o Congresso Nacional elegeu os presidentes da República. Em 1978, os militares começaram a restituir gradualmente o poder a um governo civil e, desde então, e até 1985, os presidentes foram eleitos por um Colégio Eleitoral. Em 1985, o Colégio Eleitoral elegeu Tancredo Neves presidente, mas ele adoeceu e faleceu antes de tomar posse. O vice-presidente, José Sarney, tornou-se então o primeiro civil a ocupar a Presidência da República em 30 anos. Em 1988, foi promulgada a nova Constituição (a sétima desde que o país se tornou independente em 1822) e, em 1989, Fernando Collor de Mello derrotou Luiz Inácio Lula da Silva no segundo turno das eleições (49,9% a 44,2% dos votos válidos), tornando-se o primeiro presidente eleito democraticamente desde 1960.

Impulsionado pelo apoio popular obtido na eleição, Fernando Collor deu início a um amplo programa de reformas com estratégia liberal orientada ao mercado, com foco em privatizações, liberalização do comércio exterior e estabilidade econômica. Entretanto, em junho de 1991, seu apoio político começou a declinar, com o Congresso iniciando um inquérito para apurar denúncias de corrupção contra o presidente, que o levou à renúncia em dezembro de 1992, em meio a um processo de impeachment. Subseqüentemente, Collor foi condenado por corrupção e teve seus direitos políticos cassados, sendo impedido de se candidatar a cargo eletivo por oito anos. Em dezembro de 1994, o Supremo Tribunal Federal o absolveu de todas as acusações.

O vice-presidente de Fernando Collor, Itamar Franco, foi presidente interino durante o processo de impeachment, iniciado em outubro de 1992, e presidente depois da renúncia de Collor, em dezembro de 1992. Em junho de 1993, Itamar Franco nomeou Fernando Henrique Cardoso, até então ministro das Relações Exteriores, como o novo ministro da Fazenda. Em julho de 1993, Cardoso, o quarto ministro da Fazenda da gestão Itamar Franco, iniciou um programa de estabilização econômica que culminou com o lançamento de uma nova moeda, o Real (R\$), em julho de 1994, que pôs fim à hiperinflação brasileira. Favorecido pelo sucesso do Plano Real, Cardoso tornou-se candidato a presidente com o apoio de Itamar Franco e da coligação PSDB-PFL. Venceu a eleição presidencial de 1994 no primeiro turno com 54,3% dos votos válidos. Em 1996, o Congresso emendou a Constituição para permitir a reeleição de governantes para um único mandato consecutivo. Nas eleições de 1998, o PMDB se juntou à aliança que elegeu o presidente em 1994 e Cardoso venceu novamente no primeiro turno (53,1% dos votos válidos), tornando-se o primeiro presidente brasileiro reeleito para um segundo mandato consecutivo de quatro anos, que se encerra em dezembro de 2002.

Desde a Proclamação da República, 26 eleições presidenciais foram realizadas no País, das quais 19 diretas e 7 indiretas (a que elegeu o primeiro presidente do Brasil e as seis eleições realizadas durante o Regime Militar entre 1964 e 1985). Apesar da predominância de eleições diretas, a história política brasileira (resumida no quadro a seguir) foi marcada por golpes e revoluções que ou impediram presidentes eleitos de exercerem o cargo ou vice-presidentes de assumirem a presidência em caso de morte ou renúncia do titular. As rupturas constitucionais predominaram mais fortemente entre 1930 e 1974, período que incluiu a Revolução de 1930, a Era Vargas e o Golpe Militar de 1964, mas foram substancialmente reduzidas com a restauração do governo civil depois de 1985. A Constituição foi respeitada mesmo durante o turbulento processo de impeachment do presidente Fernando Collor, em 1992.

Presidentes do Brasil, eleições e trocas de governo

Presidente	Forma de eleição	Mandato
Primeira República		
Marechal Deodoro da Fonseca	Decreta o fim da Monarquia e proclama a República em 15 de novembro de 1889	
Governo Provisório	Torna-se o primeiro presidente do Brasil	15/11/1889 a 24/02/1891
Governo Constitucional	Eleito indiretamente (Congresso Nacional) em 25/2/1891	25/02/1891 a 23/11/1891
Marechal Floriano Vieira Peixoto	Vice-presidente, assume quando Deodoro da Fonseca renuncia em 23/11/1891	23/11/1891 a 15/11/1894
Prudente José de Moraes Barros	Eleito diretamente em 1/3/1894	15/11/1894 a 15/11/1898
Manuel Ferraz de Campos Salles	Eleito diretamente em 1/3/1898	15/11/1898 a 15/11/1902
Francisco de Paula Rodrigues Alves	Eleito diretamente em 1/3/1902	15/11/1902 a 15/11/1906
Afonso Augusto Moreira Penna	Eleito diretamente em 1/3/1906	15/11/1906 a 14/06/1909
Nilo Procópio Peçanha	Vice-presidente, assume quando Afonso Penna morre de pneumonia	14/06/1909 a 15/11/1910
Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca	Eleito diretamente em 1/3/1910	15/11/1910 a 15/11/1914
Wenceslau Bráz Pereira Gomes	Eleito diretamente em 1/3/1914	15/11/1914 a 15/11/1918
Francisco de Paula Rodrigues Alves	Eleito diretamente em 1/3/1918, nunca chegou a tomar posse devido a uma gripe espanhola que o matou em janeiro de 1919	-
Delfim Moreira da Costa Ribeiro	Vice-presidente, assume depois da morte de Rodrigues Alves	15/11/1918 a 27/07/1919
Epitácio da Silva Pessoa	Eleito diretamente em 13/4/1919	28/07/1919 a 15/11/1922
Artur da Silva Bernardes	Eleito diretamente em 1/3/1922	15/11/1922 a 15/11/1926
Washington Luiz Pereira de Sousa	Eleito diretamente em 1/3/1926, é deposto antes de completar o mandato ao desrespeitar a chamada "política do café com leite" que, desde 1899, revezava na presidência políticos de São Paulo (estado produtor de café) e de Minas Gerais (produtor de leite). O paulista Washington Luiz indica outro paulista (Júlio Prestes) à sua sucessão, levando Minas Gerais a se unir ao Rio Grande do Sul e à Paraíba, organizando a Revolução de 30 que depõe Washington Luiz	15/11/1926 a 24/10/1930
Júlio Prestes	Eleito diretamente em 1/3/1930, derrota Getúlio Vargas, mas a junta provisória formada com a Revolução de 1930 impede Prestes de tomar posse	-
Era Vargas		
Junta governativa provisória da revolução de 30:		24/10/1930 a 02/11/1930
General Augusto Tasso Fragoso		
General João de Deus Menna Barreto		
Contra-Almte. José Isaías de Noronha		
Getúlio Dornelles Vargas		
Governo Provisório	Vargas passa a chefiar o Governo Provisório	03/11/1930 a 20/07/1934
Governo Constitucional	Eleito diretamente em 17/7/1934	20/07/1934 a 10/11/1937
Estado Novo	Em 1937, Getúlio Vargas transforma-se em ditador e proclama o Estado Novo	10/11/1937 a 29/10/1945

Presidente	Forma de eleição	Mandato
Segunda República		
José Linhares	Pressionado politicamente, Getúlio Vargas convocou eleições para dezembro de 1945, mas em outubro, o ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, e outros militares forçaram Getúlio a deixar a Presidência. José Linhares, presidente do Supremo Tribunal, assumiu o governo provisoriamente até a posse do presidente eleito em dezembro de 1945	30/10/1945 a 31/01/1946
Gal. Eurico Gaspar Dutra	Eleito diretamente em 2/12/1945	31/01/1946 a 31/01/1951
Getúlio Dornelles Vargas	Eleito diretamente em 3/10/1950	31/01/1951 a 24/08/1954
João Café Filho	Vice-presidente, assume depois que Getúlio Vargas se suicida (24/8/1954), mas sofre um ataque cardíaco e entrega o cargo a Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados	24/08/1954 a 09/11/1955
Carlos Coimbra da Luz	Foi deposto pelo General Henrique Lott em 11/11/1955	09/11/1955 a 11/11/1955
Nereu de Oliveira Ramos	Presidente do Senado, assumiu a presidência depois do golpe organizado por Lott	11/11/1955 a 31/01/1956
Juscelino Kubitschek de Oliveira	Eleito diretamente em 3/10/1955	31/01/1956 a 31/01/1961
Jânio da Silva Quadros	Eleito diretamente em 3/10/1960	31/01/1961 a 25/08/1961
Paschoal Ranieri Mazzilli	Presidente da Câmara dos Deputados, assume interinamente a presidência depois da renúncia de Jânio Quadros, que ocorreu em 25/8/1961, durante visita do vice-presidente João Goulart à China	25/08/1961 a 06/09/1961
João Belchior Marques Goulart	Vice-presidente, assume depois da renúncia de Jânio Quadros, mas, tido como comunista pelos militares, tem seus poderes limitados pelo Congresso Nacional que institui o Regime Parlamentarista	06/09/1961 a 01/04/1964
Regime Parlamentarista:		
1º Ministro - Tancredo de A. Neves	Em janeiro de 1963, um plebiscito deu ampla vitória ao presidencialismo (9 milhões de votos) sobre o parlamentarismo (2 milhões) e João Goulart tornou-se presidente de verdade, mas, em 31 de março de 1964, os militares tomaram o poder, obrigando Goulart a fugir para o Uruguai	07/09/1961 a 26/06/1962
1º Ministro - Francisco B. da Rocha		12/07/1962 a 14/09/1962
1º Ministro - Hermes Lima		15/09/1962 a 06/01/1963
Regime Militar		
Paschoal Ranieri Mazzilli	Presidente da Câmara dos Deputados, assume interinamente a presidência depois do Golpe Militar de março de 1964	01/04/1964 a 15/04/1964
Gal. Humberto de Alencar Castelo Branco	Eleito indiretamente (Congresso Nacional) em 11/4/1964	15/04/1964 a 15/03/1967
Gal. Arthur da Costa e Silva	Eleito indiretamente (Congresso Nacional) em 3/10/1966	15/03/1967 a 31/08/1969
Junta Militar:		31/08/1969 a 30/10/1969
Brigadeiro Márcio de S. Mello	Costa e Silva sofreu um derrame em agosto de 1969, mas em vez de empossar o vice, Pedro Aleixo, como a Constituição determinava, uma junta militar assumiu o controle da nação	
Almirante Augusto Rademaker		
Gal. Aurélio Lyra Tavares		
Gal. Emílio Garrastazu Médici	Eleito indiretamente (Congresso Nacional) em 25/10/1969	30/10/1969 a 15/03/1974
Gal. Ernesto Geisel	Eleito indiretamente (Colégio Eleitoral) em 15/1/1974	15/03/1974 a 15/03/1979
Gal. João Baptista de Oliveira Figueiredo	Eleito indiretamente (Colégio Eleitoral) em 15/10/1978	15/03/1979 a 15/03/1985
Redemocratização		
Tancredo de Almeida Neves	Eleito indiretamente (Colégio Eleitoral) em 15/1/1985, falece antes de tomar posse	-
José Sarney	Vice-presidente, assume depois da morte de Tancredo Neves	15/03/1985 a 15/03/1990
Fernando Affonso Collor de Mello	Eleito diretamente em dois turnos (15/11/1989 e 17/12/1989)	15/03/1990 a 02/10/1992
Itamar Augusto Cautiero Franco	Vice-presidente, assume depois da renúncia de Collor em dezembro de 1992	02/10/1992 a 01/01/1995
Fernando Henrique Cardoso	Eleito diretamente em 3/10/1994	01/01/1995 a 01/01/1999
Fernando Henrique Cardoso	Reeleito diretamente em 4/10/1998	01/01/1999 -

Fonte: Presidência da República, Almanaque Terra, CSFB.

2. Organização político-administrativa

A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, 26 estados, o Distrito Federal e mais de 5.500 municípios, todos autônomos, nos termos da Constituição de 1988. Cada estado tem sua própria constituição, governador, vice-governador e Assembleia Estadual e cada município tem seu prefeito, vice-prefeito e Câmara Municipal; todos eleitos por um mandato de quatro anos.

Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição. São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, que também acumula a função de Chefe de Estado. O presidente é eleito por um mandato de quatro anos.

Perfil das instituições políticas



República Federativa do Brasil

Forma de Governo: República Federativa

Poder Executivo



Federal

Presidente eleito por um período de quatro anos, podendo se candidatar uma única vez para um mandato consecutivo de mais quatro anos.

O presidente tem poder para nomear todos os membros de seu ministério.

O Presidente da República também é o Chefe de Estado.

Estadual e Municipal

Em nível estadual e municipal, o Poder Executivo é exercido, respectivamente, por governadores e prefeitos, que têm autonomia para a constituição de seus secretariados.

Poder Legislativo



Federal

Congresso bicameral formado por:

Câmara dos Deputados : 513 deputados, eleitos com mandato de 4 anos, proporcionalmente distribuídos segundo as populações dos estados;

Senado: 81 senadores eleitos para um mandato de 8 anos: 3 senadores para cada um dos 26 estados mais 3 para o Distrito Federal (Brasília).

A representação dos estados no Senado é renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços. Em 2002, 2/3 da casa serão renovados.

Estadual

Cada um dos 26 estados mais o DF tem uma Assembleia Legislativa, com deputados estaduais eleitos para um mandato de 4 anos e em número que equivale ao triplo do número de representantes do estado na Câmara dos Deputados.

Municipal

Cada um dos 5.561 municípios tem seu prefeito, eleito com mandato de 4 anos, e uma Câmara Municipal.

O número de municípios cresceu significativamente desde que a Constituição de 1988 garantiu uma porcentagem das receitas federais a cada município.

Poder Judiciário



Federal

Exercido pelo Supremo Tribunal Federal (composto por 11 ministros), o Superior Tribunal de Justiça e cortes separadas para assuntos trabalhistas, eleitorais e militares.

3. Regras para as Eleições de 2002

Que cargos estarão em disputa?

Os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, Governador e Vice-Governador de 26 estados e do Distrito Federal, dois terços das 81 cadeiras do Senado, todas as 513 cadeiras da Câmara dos Deputados, além de Deputados Estaduais e do Distrito Federal.

Quando serão as eleições?

O primeiro turno das eleições ocorrerá em 6 de outubro de 2002. Caso nenhum candidato a presidente ou governador obtenha 50% + 1 dos votos válidos no primeiro turno, os dois candidatos mais votados seguem para um segundo turno em 27 de outubro de 2002.

Quem vota e como?

O Brasil tem cerca de 114 milhões de eleitores (67% da população de aproximadamente 170 milhões). O voto é obrigatório para todos os brasileiros com idade entre 18 e 70 anos e facultativo para analfabetos, jovens entre 16 e 18 anos e idosos com mais de 70 anos. Quem deixa de votar deve justificar-se perante a Justiça Eleitoral. A votação é direta e feita através de 404 mil urnas eletrônicas distribuídas por praticamente todo o país, o que contribui para a lisura do processo, além de agilizar a apuração, que geralmente ocorre em 48 horas.

Quais as regras para se eleger? ¹

O Brasil possui dois sistemas eleitorais: o majoritário e o proporcional.

Sistema majoritário: os ocupantes de cargos executivos são escolhidos pelo sistema majoritário. Por esse sistema, vence aquele que conseguir o maior número de votos.

No caso do *presidente da República, dos governadores de estado e dos prefeitos* de cidades com mais de 200 mil eleitores, é preciso que o candidato obtenha 50% + 1 (maioria absoluta) dos votos válidos (que exclui votos em branco e nulos) para que seja eleito já no primeiro turno. Quando isso não acontece, os dois candidatos mais votados disputam o segundo turno do pleito. A eleição do presidente ou governador implica a eleição do vice com ele registrado.

Os *senadores* também são eleitos pelo sistema majoritário. Cada um dos estados (incluindo o Distrito Federal) elege três senadores, com mandato de oito anos. A eleição é alternada: em 1994, foram renovados 2/3 dos senadores; em 1998, renovou-se apenas 1/3; e, nas eleições de 2002, serão novamente eleitos dois senadores por estado.

Sistema proporcional: os deputados federais, os estaduais e os vereadores são eleitos pelo sistema proporcional.

No caso dos *deputados federais*, são computados apenas os votos válidos por estado, subtraindo-se os brancos e nulos. Esse número de votos válidos é dividido pela quantidade de vagas que cabe ao estado. O resultado dessa conta é o chamado quociente eleitoral. A seguir, os votos dados a cada um dos partidos são divididos pelo quociente eleitoral, chegando-se, então, ao quociente partidário. Desprezando-se as frações, esse resultado é igual ao número de cadeiras que cada partido terá. Se o quociente partidário for igual a seis, por exemplo, isso significa dizer que os seis candidatos mais votados desse partido estarão eleitos. O mesmo raciocínio vale para os deputados estaduais e para os vereadores.

Como esse é um sistema que se baseia no quociente eleitoral e partidário, podem acontecer algumas surpresas. Nas eleições de 2000 para a Câmara Municipal de São Paulo, por exemplo, um dos candidatos foi eleito com pouco mais de 2 mil votos, mesmo ficando atrás de muitos outros candidatos adversários que conseguiram maior número de votos, pois a legenda de seu partido obteve uma boa votação.

¹ Extraído de texto do Almanaque Abril (http://pp.uol.com.br/almanaque/show_verbete.php).

Os deputados federais são eleitos para um mandato de quatro anos, em número proporcional à população de cada estado. A Constituição, no entanto, limita essa proporcionalidade, ao determinar que um estado pode ter no máximo 70 e no mínimo oito deputados. Se um estado como São Paulo, por exemplo, tivesse uma bancada na Câmara proporcional a sua população (que representa 22% do total do país), ele teria 113 deputados. Em contrapartida, Roraima, com 0,16% da população brasileira, teria apenas um deputado, e não os oito atuais.

Qual a duração do mandato dos eleitos em 2002?

O mandato do novo Presidente da República será de quatro anos (2003 a 2006), com direito a disputar uma única vez sua reeleição para um mandato consecutivo de mais quatro anos (2007 a 2010). Os governadores também terão mandato de quatro anos com direito a disputar um único mandato consecutivo. Os senadores terão mandato de oito anos (2003 a 2010) e os deputados federais e estaduais de quatro anos.

4. Calendário Eleitoral

O calendário para as eleições de outubro de 2002 é apresentado a seguir.

Os partidos discutirão os nomes dos possíveis candidatos à sucessão de FHC e a formação de coligações até o primeiro trimestre de 2002.

Os partidos da base governista podem antecipar os nomes de seus presidenciáveis depois do Carnaval (9 a 12 de fevereiro). O PSDB deve formalizar a escolha do candidato do partido à presidência em pré-convenção agendada para o final de fevereiro.

O PT deverá escolher seu candidato a presidente no início de março. Em meados de março, será a vez de o PMDB realizar prévias para a escolha do seu candidato à presidência.

Em abril, governadores e prefeitos que pretendem disputar as eleições para cargos diferentes dos que já ocupam terão de se desincompatibilizar de suas funções. O mesmo se aplica a ocupantes de cargos públicos, como ministros de estado.

Ao longo de junho, as atenções da mídia e do público estarão voltadas para a Copa do Mundo (31 de maio a 30 de junho). Um bom desempenho do Brasil na competição pode favorecer o candidato da situação.

Os partidos terão de 10 a 30 de junho para realizar as convenções que definirão coligações e candidatos. Normalmente, as convenções oficializam candidaturas e coligações já antecipadas pelos políticos à imprensa. Todos os candidatos devem estar registrados na Justiça Eleitoral até 7 de julho.

Em 20 de agosto, começa a propaganda eleitoral gratuita em rádio e TV, que durará 45 dias (até 3 de outubro) e tende a ter papel importante na corrida sucessória. O primeiro turno das eleições ocorrerá em 6 de outubro. Caso nenhum dos candidatos a presidente obtenha a maioria absoluta dos votos válidos, os dois mais votados disputarão um segundo turno apenas três semanas mais tarde, em 27 de outubro.

Tipicamente, os resultados das eleições podem ser conhecidos cerca de 48 horas após o término da votação.

O próximo Presidente da República toma posse em 1º de janeiro de 2003.

Calendário Eleitoral

2002

FEVEREIRO

9 a 12 (SÁBADO a TERÇA)

- Feriado de Carnaval.

15 SEXTA

- Início do novo ano legislativo.
- Mensagem presidencial.
- Indicação dos novos presidentes das comissões permanentes do Congresso.

24 DOMINGO

- Data da provável pré-convenção para a escolha do candidato do PSDB à Presidência da República.

MARÇO

3 DOMINGO

- Data da provável prévia do PT para escolha do candidato do partido à Presidência da República.

17 DOMINGO

- Data da provável prévia do PMDB para escolha do candidato do partido à Presidência da República.

ABRIL

6 SÁBADO

- Prazo para desincompatibilização dos candidatos.
- Provável reforma ministerial.

15 SEGUNDA

- Prazo para encaminhamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2003.

MAIO

31 SEXTA

- Início da Copa do Mundo.

JUNHO

10 a 30

- Período de 20 dias para a realização das convenções partidárias para definição de coligações e candidatos.

28 SEXTA

- Fim do prazo para votação da LDO 2003.

30 DOMINGO

- Fim da Copa do Mundo.

JULHO

1º a 31

- Período de Recesso Parlamentar.

5 SEXTA

- Fim do prazo para partidos registrarem candidaturas.
- Último dia para candidatos participarem de inaugurações de obras públicas.

6 SÁBADO

- Início da propaganda eleitoral de rua.

7 DOMINGO

- Último dia para os próprios candidatos registrarem suas candidaturas.

AGOSTO

1º QUINTA

- Retomada dos trabalhos no Congresso.

AGOSTO

20 TERÇA

- Início da propaganda eleitoral gratuita em rádio e TV.

30 SEXTA

- Último dia para Executivo encaminhar Orçamento Geral da União (OGU) de 2003 ao Congresso.

OUTUBRO

3 QUINTA

- Fim da propaganda eleitoral gratuita em rádio e TV.
- Último dia para a realização de comícios e debates.

5 SÁBADO

- Último dia para a distribuição de material de propaganda política.

6 DOMINGO

- **1º turno das eleições** para presidente, governadores, 2/3 dos senadores, deputados federais e estaduais.

11 SEXTA

- Último dia para conclusão dos trabalhos de apuração do 1º turno.

19 SÁBADO

- Último dia para o Tribunal Superior Eleitoral proclamar o vencedor da Eleição para Presidente ou os dois candidatos mais votados que disputarão o 2º turno.

21 SEGUNDA

- Último dia para início da propaganda eleitoral gratuita do 2º turno.

24 QUINTA

- Último dia para a realização de comícios.

25 SEXTA

- Fim da propaganda eleitoral gratuita em rádio e TV.
- Último dia para a realização de debates.

26 SÁBADO

- Último dia para a distribuição de material de propaganda política.

27 DOMINGO

- **2º turno das eleições**

NOVEMBRO

6 QUARTA

- Último dia para encerramento dos trabalhos de apuração do 2º turno.

14 QUINTA

- Último dia para o Tribunal Superior Eleitoral divulgar os resultados das eleições e proclamar vencedores.

DEZEMBRO

13 SEXTA

- Fim do prazo para aprovação do OGU de 2003.

31 TERÇA

- Término do 2º mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso.

2003

JANEIRO

1º QUARTA

- Início do mandato do presidente eleito em outubro de 2002.

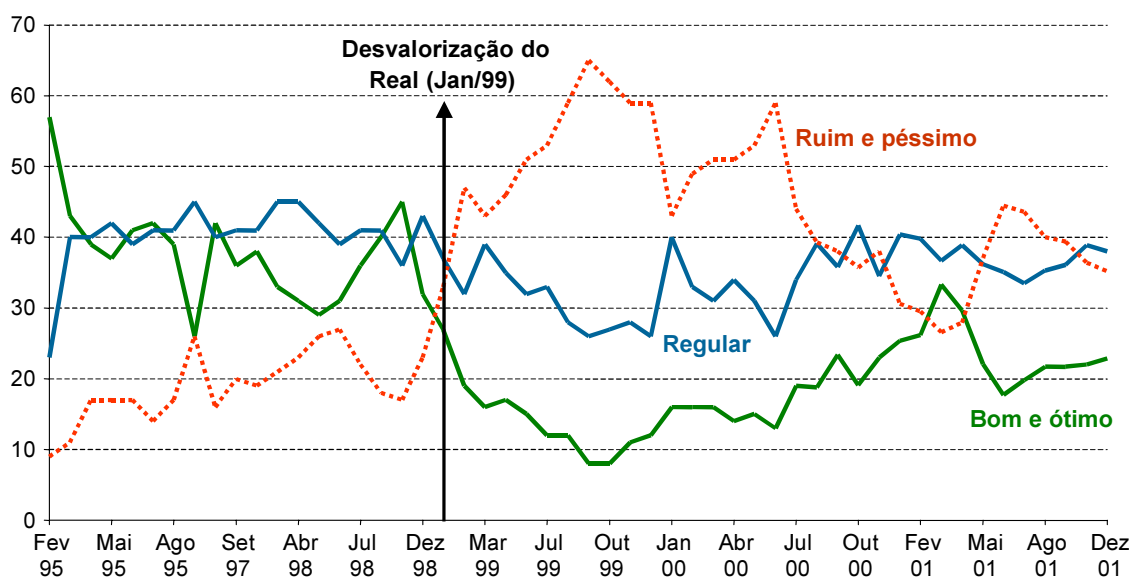
Fonte: TSE, Congresso Nacional, CSFB.

5. Popularidade presidencial e transferência de voto para o candidato governista

A possibilidade de reeleição do presidente, governadores e prefeitos para um segundo mandato consecutivo foi incorporada à Constituição brasileira em 1996. Desde então, cresceu ainda mais a importância de mensurar e analisar a popularidade dos ocupantes de cargos eletivos no Brasil. Há hoje na literatura especializada² ampla evidência sugerindo que a popularidade de um presidente é um importante indicador de resultados eleitorais e de sua capacidade em promover determinada agenda de votações no Congresso.

A popularidade do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) indubitavelmente colaborou para que seu governo promovesse uma série de melhorias estruturais na economia do país, tais como as reformas administrativa e previdenciária, a flexibilização dos monopólios das telecomunicações e do petróleo, a privatização de diversas empresas e a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, além da própria emenda constitucional que permite a reeleição de governantes.

**Avaliação do presidente Fernando Henrique Cardoso
(% de entrevistados)**



Fonte: Vox Populi (até Jul/00), Sensus (Ago/00 em diante).

O gráfico acima sugere que

- (i) FHC registrou elevados níveis de popularidade durante todo o seu primeiro mandato (1995-1998), mas sofreu uma importante perda de credibilidade depois da desvalorização do Real em janeiro de 1999;
- (ii) a popularidade de FHC durante seu segundo mandato tem se situado abaixo dos níveis observados no primeiro mandato, a exemplo de outros governantes no mundo e conforme sugerido na literatura³. A média de sua avaliação positiva ("boa" e "ótima") durante o primeiro mandato foi de 38%, caindo para 19% no segundo mandato até dezembro de 2001. Na mesma comparação, a avaliação negativa ("ruim" e "péssima") do presidente aumentou de 19% para 45%.

Mais recentemente, a tendência de recuperação da popularidade do presidente que vinha sendo observada desde setembro de 1999, quando FHC atingiu seus piores níveis de avaliação, foi temporariamente interrompida pelo anúncio do racionamento de energia em maio de 2001. O racionamento obrigou os brasileiros a economizarem 20% da energia consumida e trouxe o receio de blecautes em importantes cidades do País; e

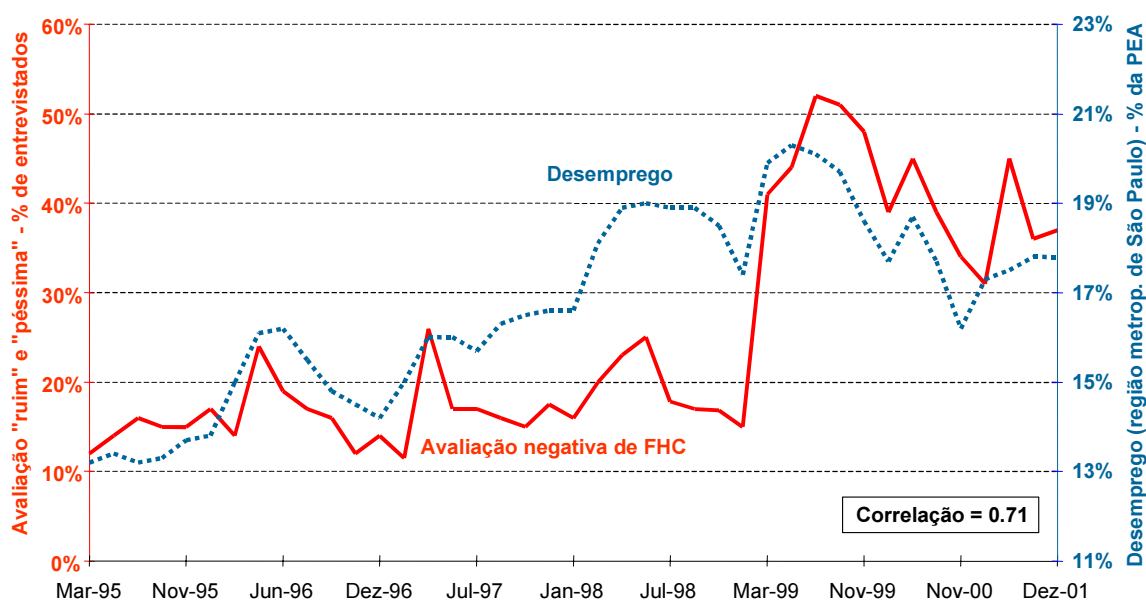
² Ver, por exemplo, (1) Monroe, Kristen R. 1984. *Presidential Popularity and the Economy*. New York, NY: Praeger Publishers; (2) Lanoue, David J. 1988. *From Camelot to the Teflon President: Economics and Presidential Popularity Since 1960*. Westport, CT: Greenwood Press; (3) Alesina, Alberto, Nouriel Roubini and Gerald D. Cohen. 1997. *Political Cycles and the Macroeconomy*. Cambridge, MA: MIT Press.

³ Ver, por exemplo, Brody, Richard A. 1991. *Assessing the President: The Media, Elite Opinion, and Public Support*. Stanford, CA: Stanford University Press.

- (iii) a popularidade de FHC parece apresentar um padrão sazonal, caindo principalmente entre os meses de maio e junho. Este efeito provavelmente está associado ao descontentamento gerado pelo reajuste do salário mínimo, que normalmente ocorre em maio, geralmente ficando bastante aquém dos anseios de trabalhadores e aposentados. A população tende a atribuir a responsabilidade pelo exíguo reajuste do salário mínimo principalmente ao presidente, mas com a maior transparência dada ao Orçamento Geral da União e o crescente envolvimento do Congresso nas discussões em torno do reajuste do mínimo a médio prazo, o padrão sazonal da popularidade presidencial pode se tornar menos marcante.

Importantes variáveis macroeconômicas como desemprego e renda ajudam a explicar parcela significativa das flutuações na percepção do eleitorado em relação ao desempenho do presidente. Alguns estudos e pesquisas de opinião realizados no Brasil e no exterior apontam para essa mesma conclusão⁴. O gráfico seguinte revela que a popularidade do presidente tem apresentado uma correlação significativa com a taxa de desemprego na região metropolitana de São Paulo, a mais industrializada do país e mais fortemente afetada pela desvalorização do Real em janeiro de 1999 e pelo racionamento de energia iniciado em maio de 2001.

Correlação entre popularidade presidencial e desemprego



Fonte: Ibope (avaliação presidencial), Seade (desemprego).

Pesquisa nacional realizada pelo Ibope no final de setembro de 2001 confirmou que três variáveis econômicas (desemprego, salários baixos e, indiretamente, fome/miséria) são, de longe, os principais motivos por trás da reprovação à atual administração. Vale notar que essas três variáveis estão relacionadas à renda ou ao poder de compra da população.

Itens importantes para o bem estar da população, como saúde e educação, aparecem em seguida, mas são bem menos determinantes da rejeição ao governo do que as três variáveis econômicas. Outros fatores relacionados à qualidade de vida da população, como segurança pública e habitação, são, respectivamente, o 11º e 18º motivo para reprovar FHC. A comparação entre o peso dado à saúde e educação de um lado e à segurança pública e habitação de outro sugere que o eleitor parece associar o desempenho do governo FHC a duas das principais pastas sociais (Saúde e Educação) controladas por partidários do presidente e nomes cogitados para a Presidência da República (respectivamente, José Serra e Paulo Renato); mas não faz o mesmo com segurança pública e habitação, provavelmente mais associadas ao desempenho dos governos estaduais do que ao governo federal.

⁴ Ver, por exemplo, Marinis, Alexandre F. 2000. *Presidential Popularity and the Economy: Will Brazil's Cardoso Become Reagan or Bush?*. Mimeo. Georgetown University. Washington, DC.

Principais motivos para reprovar FHC*

	Set/01
Desemprego	64%
Baixos salários	45%
Fome/Miséria	41%
Falta de investimentos na Saúde	18%
Falta de investimentos na Educação	15%
Falta de combate à corrupção / Há corrupção no governo	15%
Inflação	14%
Privatizações	13%
Crise de energia elétrica / Falta de investimentos	13%
Desvalorização da moeda	10%
Falta de investimentos na Segurança Pública	10%
Plano Real	7%
Não é competente	7%
Empréstimos junto ao FMI / Dívida externa	5%
Dá benefícios para banqueiros	4%
Falta de investimentos na Reforma Agrária	4%
Não simpatiza com ele	3%
Falta de investimentos na Habitação	2%
Acordos políticos	2%
Nenhum	0%
Não sabe/Não opinou	0%

* Cada entrevistado é estimulado a apontar três motivos para reprovar FHC.

Fonte: Pesquisa nacional do Ibope (21 a 26/9/01). Margem de erro: 2,2%.

O racionamento, que obrigou a população a economizar 20% de energia e sugeriu falta de planejamento por parte do governo, é apontada como o 9º motivo para reprovar o governo, enquanto que a falta de competência aparece como o 13º motivo. Isto sugere que o impacto negativo da crise de energia sobre a popularidade do presidente já está se dissipando, devendo desaparecer quase que por completo se não houver blecaute e o racionamento não perdurar até as eleições.

Assuntos amplamente debatidos pelo mercado financeiro, como a desvalorização do Real, o acordo do Brasil com o FMI, a dívida externa e a percepção de que os banqueiros são beneficiados pela atual política econômica aparecem como razões menores para determinar o índice de reprovação a FHC. Já a corrupção é mais importante, embora menos determinante da reprovação ao governo do que variáveis econômicas. O mesmo ocorre com a inflação e com as privatizações, o que, de certa forma, sugere que o argumento da estabilidade de preços favorece relativamente pouco o governo e que os protestos às privatizações favorecem relativamente pouco a oposição.

A análise do comportamento da popularidade presidencial ao longo dos últimos sete anos permite-nos inferir que o grau de influência do presidente FHC na escolha do candidato à sua sucessão dependerá fundamentalmente do desempenho da economia, mais especificamente do desemprego e da renda real da população, associada ao comportamento da inflação. A tabela a seguir mostra que o desemprego é percebido pela população como o problema mais grave do País (36% dos entrevistados), seguido pela violência (18%) e pela corrupção e o problema das drogas (15% cada). Já a inflação é percebida como o principal problema do País por menos de 1% dos entrevistados. Como não antevemos um aumento explosivo do desemprego ou da inflação, entendemos que FHC desfrutará de um nível de popularidade elevado o suficiente para lhe garantir significativo grau de interferência na escolha do candidato à sua sucessão.

Principais problemas do País (% de entrevistados)

	Out/01
Desemprego	35.8%
Violência	17.6%
Corrupção	15.2%
Drogas	15.2%
Salário	6.8%
Saúde	4.3%
Educação	3.2%
Inflação	0.8%
Não sabe / Não respondeu	1.1%

Fonte: CNT/Sensus.

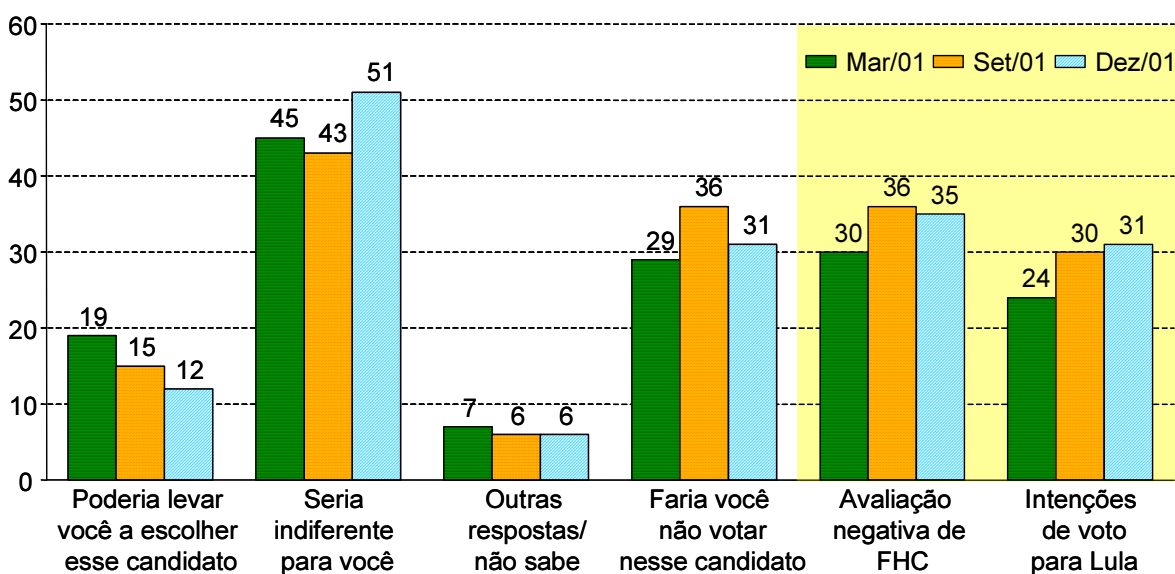
O gráfico abaixo sugere que, em dezembro de 2001, o apoio de FHC a um candidato a presidente poderia levar 12% dos entrevistados a escolherem esse candidato e seria indiferente para 51% dos entrevistados. Para 31% dos entrevistados o apoio de FHC os levaria a não votar nesse candidato (pesquisa Datafolha de 12 a 14/12/01).

Aqui há duas coisas importantes a notar:

Primeiro, o percentual de entrevistados que rejeitam o candidato apoiado por FHC caminha de forma semelhante ao percentual de entrevistados que avaliam FHC negativamente ("ruim" e "péssimo"). Por exemplo, entre março e setembro de 2001, a porcentagem de eleitores que não votariam no candidato de FHC saltou de 29% para 36%, enquanto a avaliação negativa de FHC subiu de 30% para 36%.

Segundo, o percentual de eleitores que se recusam a votar no candidato apoiado por FHC é semelhante às intenções de voto para Lula. Por exemplo, em dezembro de 2001, 31% dos entrevistados afirmavam que não votariam no candidato de FHC e 31% dos eleitores manifestavam o desejo de votar em Lula para presidente.

O apoio de FHC a um candidato a presidente... (% de entrevistados)

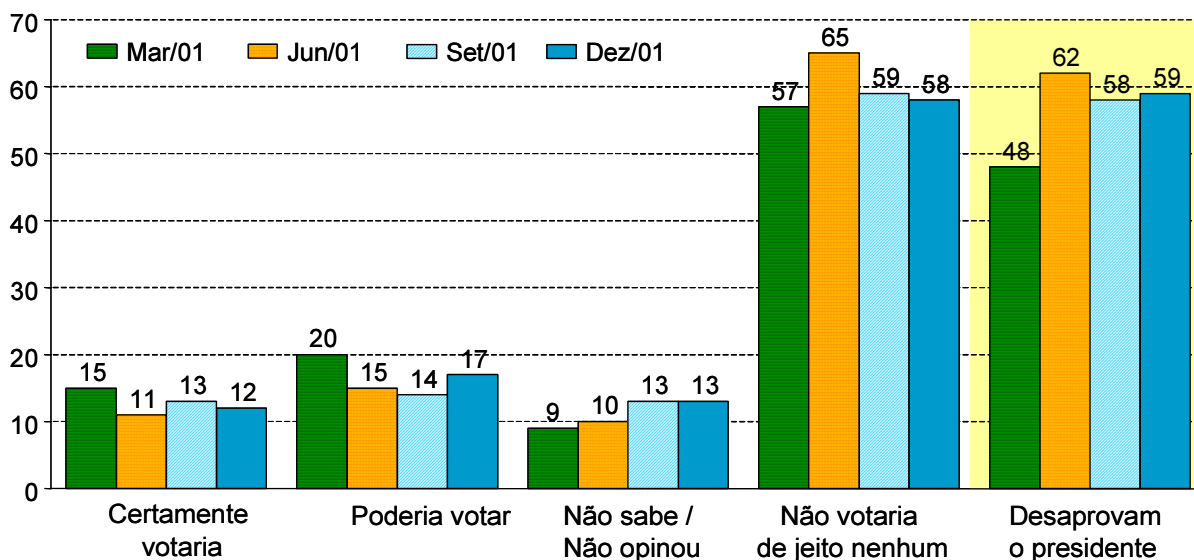


Fonte: Datafolha (Jornal Folha de São Paulo 23/12/01).

Margem de erro: 2%.

As colunas mais à direita no próximo gráfico são mais uma evidência da correlação entre o percentual de entrevistados que desaprovam o presidente e o percentual de eleitores que não votariam de jeito nenhum em um candidato que representasse a continuidade da política de estabilização econômica de FHC.

Posição em relação a um candidato que represente a continuidade da política de estabilização econômica de FHC



Fonte: Ibope (site CNI).

Todos esses dados confirmam a forte correlação entre a popularidade de FHC e a capacidade do presidente de influenciar os eleitores na escolha do seu sucessor. Assim, se a popularidade de FHC se recuperar ou não cair, o presidente tenderá a ter influência sobre o voto de pouco mais de 20% do eleitorado, que é aproximadamente igual ao percentual de eleitores que atualmente avaliam FHC como “ótimo” e “bom”.⁵ A capacidade de FHC transferir pelo menos parte desse percentual ajudará a determinar as reais chances de vitória do candidato governista em 2002.

6. Principais institutos de pesquisa

Os principais institutos de pesquisa brasileiros são: Datafolha, Ibope, Sensus e Vox Populi. De maneira geral, as pesquisas destes institutos são relativamente sofisticadas do ponto de vista técnico e estatisticamente confiáveis.

O Datafolha é o instituto de pesquisas associado ao jornal Folha de São Paulo, o maior do Brasil. Tem larga experiência no acompanhamento de campanhas eleitorais desde os anos 80. Seu principal diferencial reside na realização de pesquisas em pontos de passagem da população (fluxo populacional) em vez de entrevistar o eleitor em sua residência. Isso permite ao Datafolha reduzir o tempo gasto do início da coleta de dados até a divulgação dos resultados, o que pode ser particularmente importante em períodos de grande volatilidade nas intenções de voto, quando os eleitores mudam de opinião rapidamente.

O Ibope é o mais antigo instituto do país, pesquisando as inclinações do eleitorado desde a Segunda Guerra Mundial. O ponto forte do Ibope reside na sua tradição, acuidade de resultados e no fato de que suas amostras são selecionadas probabilisticamente de forma proporcional aos dados censitários. Historicamente, o Ibope apresenta significativo grau de acerto, particularmente nas suas pesquisas de boca de urna que costumam antecipar o candidato vitorioso em relação à apuração oficial.

⁵ Em dezembro de 2001, a porcentagem de entrevistados que avaliavam FHC como “ótimo” e “bom” era igual a 24% segundo o Datafolha, 21% segundo o Ibope e 23% segundo o Sensus.

O Instituto Sensus tornou-se mais conhecido recentemente devido à divulgação sistemática de suas pesquisas. O Sensus tem como um de seus principais clientes a Confederação Nacional do Transporte (CNT), presidida por Clésio Andrade, que também é presidente regional do PFL em Minas Gerais. Enquanto os demais institutos costumam divulgar pesquisas trimestralmente, a CNT/Sensus têm divulgado as preferências eleitorais e a popularidade presidencial mensalmente. Seu processo de amostragem, contudo, é menos transparente e a margem de erro de suas pesquisas (3%) costuma ser ligeiramente maior do que a de outros institutos (2,2% do Ibope e 2,0% do Datafolha e Vox Populi).

O Vox Populi tem larga experiência em pesquisa de opinião pública no Brasil, América Latina e África. Realiza pesquisas eleitorais há mais de 12 anos no país. O instituto tem se colocado como importante gerador de pesquisas qualitativas sobre eleições. Em 1994, o Vox Populi coordenou 150 grupos de discussão para avaliação de programas eleitorais na televisão e 25 grupos de discussão para a avaliação conjuntural da campanha eleitoral do então candidato Fernando Henrique Cardoso.

7. Grau de influência das pesquisas eleitorais

Pesquisa Datafolha realizada com 957 eleitores do município de São Paulo no início de novembro de 2001 revelou que 59% dos entrevistados consideram conversas com familiares ou amigos “muito importantes” para decidir em quem votar, enquanto que as notícias de TV, rádio e jornal são consideradas “muito importantes” por 56% dos entrevistados. Já o resultado de pesquisas eleitorais é considerado “muito importante” para a decisão do voto por 36% dos entrevistados, número semelhante aos que consideram “muito importante” a orientação do sindicato ou do líder religioso (35%). Finalmente, as propagandas políticas que passam na TV e no rádio na época das eleições são consideradas “muito importantes” na hora de escolher um candidato por 25% do eleitorado.

Fatores considerados muito importantes para decisão do voto (taxas de “muito importante” atribuídas a resposta estimulada e única)

	Nov/01
Conversas com familiares ou amigos	59
Notícias de TV, rádio e jornal	56
Resultados de pesquisas eleitorais	36
Orientação do sindicato, igreja	35
Propagandas políticas que passam na TV e no rádio na época das eleições	25

Margem de erro 3%

Fonte: Datafolha (internet).

Ainda segundo o Datafolha, as pesquisas de opinião influenciam positiva ou negativamente a decisão de voto de 49% dos eleitores (33% afirmam que as pesquisas ajudam muito ou um pouco na decisão do voto e 16% afirmam que elas atrapalham muito ou um pouco), enquanto 46% se dizem indiferentes em relação às pesquisas.

Influência das pesquisas eleitorais na decisão do voto (% de entrevistados)

	Nov/01
Ajudam muito	12
Ajudam um pouco	21
Atrapalham muito	10
Atrapalham um pouco	6
Indiferente	46

Margem de erro 3%

Fonte: Datafolha (internet).

Apesar de a maioria dos institutos de pesquisa mencionados anteriormente adotarem padrões metodológicos reconhecidos internacionalmente e apesar da importância que os eleitores atribuem às pesquisas eleitorais na hora do voto, as pesquisas têm sido vistas com ceticismo e desconfiança crescentes ao longo dos últimos anos. A maioria do eleitorado (55%) continua considerando as pesquisas eleitorais muito confiáveis (11%) ou mais ou menos confiáveis (44%), mas a porcentagem que não confia nas pesquisas saltou de 23% em março de 1994 para 39% em novembro de 2001, fundamentalmente por acreditar que os institutos manipulam as pesquisas, conforme mostrado nos quadros abaixo.

Grau de confiança nas pesquisas eleitorais

	Nov/01	Mar/94
Muito confiáveis	11	25
Mais ou menos confiáveis	44	48
Não são confiáveis	39	23

Razões pelas quais considera as pesquisas eleitorais não confiáveis

	Nov/01	Mar/94
Institutos manipulam as pesquisas	30	15
Os políticos podem manipular os dados	9	14
Às vezes erram os resultados	8	12
Às vezes as pesquisas são compradas	7	7
As pessoas que responderam podem mudar de idéia	5	12
Pode ocorrer jogo de interesse na publicação	6	6
O povo não é sincero ao responder	4	4
Cada instituto fornece um resultado diferente	3	6

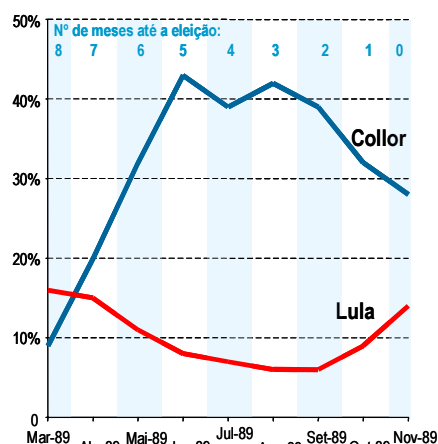
Margem de erro 3% Fonte: Datafolha (internet).

8. Análise das pesquisas em eleições passadas

A análise das três últimas eleições diretas para presidente revela que o desempenho dos candidatos nas pesquisas realizadas até seis meses antes das eleições pode ser muito pouco representativo de suas reais chances de vitória (gráficos abaixo). Em 1989, o até então desconhecido Collor teve um crescimento eleitoral vertiginoso e passou a liderar as pesquisas com ampla margem a apenas seis meses das eleições. Em 1994, FHC ultrapassou Lula e assumiu a liderança nas pesquisas apenas dois meses antes do pleito. Finalmente, em 1998, FHC manteve-se à frente nas pesquisas praticamente o tempo todo, mas foi ameaçado por Lula a quatro meses das eleições.

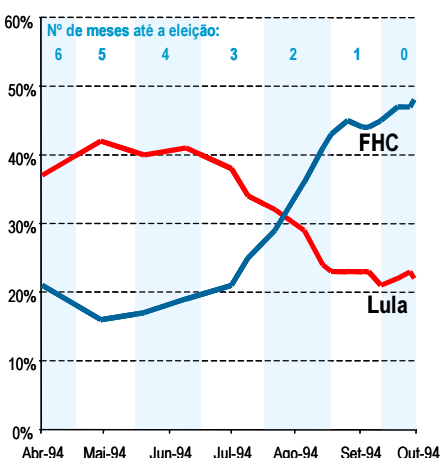
As três últimas eleições presidenciais

1989



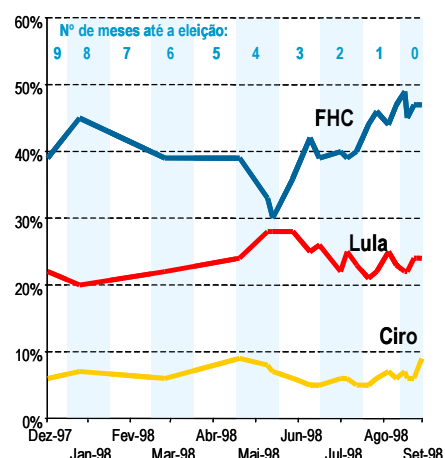
Fonte: Ibope.

1994



Fonte: Datafolha.

1998



Fonte: Ibope.

Os dados das pesquisas de opinião que antecederam as últimas três eleições presidenciais somente revelaram uma tendência mais nítida em relação às reais chances de cada candidato a poucos meses da eleição. Os dados sugerem que pesquisas de opinião divulgadas mais de seis meses antes do pleito podem ter pouco ou até mesmo nenhum valor. O quadro sucessório também pode se alterar depois do início das propagandas políticas em rádio e TV. Antes disso, o eleitorado tende a demonstrar reduzido interesse pelas eleições, principalmente em ano de Copa de Mundo (junho de 2002). Em setembro de 2001, 76,8% dos entrevistados pelo Vox Populi ainda não se interessavam pelas eleições de 2002.⁶ Em dezembro de 2001, 46,9% dos entrevistados pelo Sensus não manifestavam nenhum interesse e outros 28,6% diziam ter “interesse médio” nas eleições para presidente da República⁷. Uma em cada quatro menções de eleitores entrevistados pelo Datafolha em novembro de 2001 coloca as propagandas políticas que passam na TV e no rádio na época das eleições como fator “muito importante” para a decisão do voto⁸. Assim, a TV tende a ter papel determinante não só na inserção do eleitorado no ambiente sucessório, mas também pode influenciar na escolha de um candidato, seja através da transmissão da própria propaganda política, de noticiários sobre os candidatos ou da divulgação de pesquisas eleitorais.

Em 2002, a propaganda eleitoral gratuita terá início em 20 de agosto e durará apenas 45 dias, encerrando-se em 3 de outubro, a três dias do primeiro turno das eleições. Com isso, é possível que uma tendência mais clara em relação à possibilidade de vitória de cada candidato somente se configure a poucos meses ou até mesmo a poucas semanas das eleições. O curto espaço de tempo para a propaganda eleitoral gratuita e o prazo de apenas três semanas que separa o primeiro e o segundo turno das eleições podem dificultar a corrida sucessória para alguns (ex: candidatos menos conhecidos e com pouco tempo de TV terão dificuldades em se estabelecer) e aumentar a volatilidade do ambiente político (ex: candidatos acusados de corrupção na última hora poderão não ter tempo suficiente para rebater as acusações antes do dia da eleição).

9. Estatísticas do eleitorado

Distribuição geográfica por região: Sudeste e Nordeste concentram 71% do eleitorado

O Brasil tem 170 milhões de habitantes, dos quais 65% ou cerca de 110 milhões são eleitores. O Sudeste é a região com o maior número de eleitores (44% do total), seguido pelo Nordeste (27%) e o Sul (16%).

Distribuição do eleitorado por regiões (dados de 2000)

Região	População	% da população	nº de eleitores	% do eleitorado
Sudeste ¹	72,297,351	42.6%	48,486,490	44.1%
Nordeste ²	47,693,253	28.1%	29,561,610	26.9%
Sul ³	25,089,783	14.8%	17,243,157	15.7%
Centro-Oeste ⁴	11,616,745	6.8%	7,418,597	6.8%
Norte ⁵	12,893,561	7.6%	7,073,019	6.4%
Exterior	-	-	43,390	0.0%
Total	169,590,693	100.0%	109,826,263	100.0%

¹ Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo.

Fonte: TSE.

² Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe.

³ Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina.

⁴ Goiás (inclui o Distrito Federal de Brasília), Mato Grosso, Mato Grosso do Sul.

⁵ Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondonia, Roraima, Tocantins.

A concentração de eleitores nas regiões Sudeste e Nordeste estimula a formação de chapas compostas por políticos de expressão oriundos destas duas regiões, que juntas abrigam 71% do eleitorado nacional. Assim, é razoável admitir que (i) as chapas mais competitivas que disputarão a presidência em 2002 serão compostas por um político do Sudeste e outro do Nordeste ou, alternativamente, dois políticos do Sudeste, e (ii) dificilmente um candidato será eleito presidente se não conquistar grande parte do eleitorado do Sudeste e do Nordeste.

⁶ Pesquisa Vox Populi realizada entre 22 e 25 de setembro de 2001 e publicada pelo jornal O Estado de São Paulo em 17 de outubro de 2001.

⁷ Pesquisa Sensus realizada entre 6 e 11 de dezembro de 2001 e publicada no site da CNT.

⁸ Pesquisa Datafolha realizada em novembro de 2001 e disponível no site do Datafolha.

De fato, as discussões em torno da composição da maioria das chapas que potencialmente disputarão a sucessão de FHC incluem um candidato do Sudeste para presidente e outro do Nordeste para vice-presidente e vice-versa ou, em hipóteses mais extremas, dois políticos do Sudeste ou dois do Nordeste. Alguns exemplos hipotéticos incluem (em ordem alfabética):

- Ciro Gomes (NE) e Paulo Pereira da Silva (SE)
- José Serra (SE) e Jarbas Vasconcelos (NE)
- José Serra (SE) e Roseana Sarney (NE)
- Lula (SE) e José Alencar (SE)
- Roseana Sarney (NE) e Pratini de Moraes (Sul)
- Roseana Sarney (NE) e Tasso Jereissati (NE)

Distribuição geográfica por estado: 5 maiores estados concentram 56% do eleitorado

Os cinco maiores estados concentram 56% do eleitorado do País. Só no estado de São Paulo vive 22% do eleitorado. Minas Gerais é o estado com a segunda maior porcentagem de eleitores (11%), seguido pelo Rio de Janeiro (9%), Bahia (7%) e Rio Grande do Sul (6%). As capitais estaduais e o Distrito Federal abrigam quase 23% dos eleitores, sendo que 6,5% do eleitorado nacional vive na cidade de São Paulo, a maior do País.

A distribuição do eleitorado entre estados é importante na medida em que o lançamento de uma candidatura à Presidência da República costuma ser antecipada pela costura de alianças regionais que determinam de antemão quem se candidatará à Presidência da República, aos governos estaduais e ao Senado. É raro no Brasil o vice-presidente se candidatar à presidência. Muito mais comum é a candidatura à presidência ou à vice-presidência de governadores e senadores de importantes estados e de ministros de estado. Por exemplo, os governadores do Maranhão (Roseana Sarney, PFL), do Ceará (Tasso Jereissati, PSDB) e de Minas Gerais (Itamar Franco, PMDB), bem como o senador gaúcho Pedro Simon (PMDB) e o ministro da Saúde José Serra (PSDB), são todos potenciais candidatos a presidente. Já o governador de Pernambuco (Jarbas Vasconcellos) é visto como um bom nome para ocupar a vice-presidência.

Distribuição do eleitorado por estados e capitais (dados de 2000)

Estado	nº de eleitores	% do eleitorado	Governador	Partido do governador	Capital	nº de eleitores	% do eleitorado	Prefeito	Partido do prefeito
São Paulo	24,263,612	22.1%	Geraldo Alckmin	PSDB	São Paulo	7,134,821	6.5%	Marta Suplicy	PT
Minas Gerais	12,259,469	11.2%	Itamar Franco	PMDB	Belo Horizonte	1,573,635	1.4%	Célio de Castro	PT
Rio de Janeiro	9,929,655	9.0%	Anthony Garotinho	PSB	Rio de Janeiro	4,239,216	3.9%	César Maia	PFL
Bahia	8,233,476	7.5%	César Borges	PFL	Salvador	1,388,709	1.3%	Antônio Imbassahy	PFL
Rio Grande do Sul	7,112,134	6.5%	Olívio Dutra	PT	Porto Alegre	956,811	0.9%	Tarso Genro	PT
Paraná	6,504,490	5.9%	Jaime Lerner	PFL	Curitiba	1,110,189	1.0%	Cásio Taniguchi	PFL
Pernambuco	5,254,515	4.8%	Jarbas Vasconcelos	PMDB	Recife	952,393	0.9%	João Paulo Lima e Silva	PT
Ceará	4,623,794	4.2%	Tasso Jereissati	PSDB	Fortaleza	1,217,576	1.1%	Juraci Vieira de Magalhães	PMDB
Santa Catarina	3,626,533	3.3%	Espiridião Amin	PPB	Florianópolis	230,956	0.2%	Ângela Amin	PPB
Pará	3,337,840	3.0%	Almir Gabriel	PSDB	Belém	792,479	0.7%	Edmilson Brito Rodrigues	PT
Maranhão	3,169,383	2.9%	Roseana Sarney	PFL	São Luís	483,854	0.4%	Jackson Lago	PDT
Goiás	3,154,841	2.9%	Marconi Perillo	PSDB	Goiânia	682,517	0.6%	Pedro Wilson Guimarães	PT
Paraíba	2,166,188	2.0%	José Maranhão	PMDB	João Pessoa	343,326	0.3%	Cícero de Lucena Filho	PSDB
Espírito Santo	2,033,754	1.9%	José Ignácio Ferreira	PTN	Vitória	211,706	0.2%	Luiz Paulo Vellozo Lucas	PSDB
Rio Grande do Norte	1,803,825	1.6%	Garibaldi Alves Filho	PMDB	Natal	397,870	0.4%	Wilma Maria de Faria	PSB
Piauí	1,702,001	1.5%	Hugo Napoleão	PFL	Teresina	394,605	0.4%	Firmino Soares Filho	PSDB
Mato Grosso	1,643,996	1.5%	Dante de Oliveira	PSDB	Cuiabá	315,814	0.3%	Roberto França	PSDB
Alagoas	1,522,250	1.4%	Ronaldo Lessa	PSB	Maceió	368,013	0.3%	Kátia Born	PSB
Amazonas	1,409,210	1.3%	Amazonino Mendes	PFL	Manaus	760,925	0.7%	Alfredo do Nascimento	PL
Mato Grosso do Sul	1,331,259	1.2%	José dos Santos	PT	Campo Grande	403,612	0.4%	André Puccinelli	PMDB
Distrito Federal	1,288,501	1.2%	Joaquim Roriz	PMDB	-	-	-	-	-
Sergipe	1,086,178	1.0%	Albano Franco	PSDB	Aracaju	292,389	0.3%	Marcelo Déda	PT
Rondônia	832,513	0.8%	José Bianco	PFL	Porto Velho	191,244	0.2%	Carlos Alberto Camurça	PDT
Tocantins	724,549	0.7%	Siqueira Campos	PFL	Palmas	76,118	0.1%	Nilmar Gavino Ruiz	PFL
Acre	332,781	0.3%	Jorge Viana	PT	Rio Branco	153,161	0.1%	Flaviano Melo	PMDB
Amapá	250,077	0.2%	João Capiberibe	PSB	Macapá	144,393	0.1%	João Henrique Pimentel	PSB
Roraima	186,049	0.2%	Neudo Campos	PFL	Boa Vista	109,455	0.1%	Teresa Jucá	PSDB
Exterior	43,390	0.0%	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	109,826,263	100.0%				24,925,787	22.7%		

Fonte: TSE.

Divisão do eleitorado por sexo: mulheres são maioria no eleitorado e minoria no poder

O Brasil tem quase 1,3 milhão a mais de eleitoras (mulheres) do que eleitores (homens). As mulheres somam 50,48% do eleitorado, enquanto os homens 49,31%. As mulheres brasileiras também participam ativamente do mercado de trabalho, representando 40% da população economicamente ativa (de aproximadamente 72 milhões de brasileiros). Além disso, 25% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres⁹.

Divisão do eleitorado por sexo e idade (em 2000)

	Feminino		Masculino		Sexo não informado		Total geral	
	Número	% do eleitorado	Número	% do eleitorado	Número	% do eleitorado	Número	% do eleitorado
com 16 anos	570,391	0.52%	591,958	0.54%	0	0.00%	1,162,349	1.06%
com 17 anos	970,064	0.88%	1,024,522	0.93%	0	0.00%	1,994,586	1.82%
de 18 a 24 anos	10,518,109	9.58%	10,854,734	9.88%	342	0.00%	21,373,185	19.46%
de 25 a 34 anos	13,491,745	12.28%	13,305,397	12.11%	26,650	0.02%	26,823,792	24.42%
de 35 a 44 anos	11,740,757	10.69%	11,240,302	10.23%	73,909	0.07%	23,054,968	20.99%
de 45 a 59 anos	10,941,064	9.96%	10,342,334	9.42%	77,775	0.07%	21,361,173	19.45%
de 60 a 69 anos	4,162,757	3.79%	3,805,083	3.46%	30,886	0.03%	7,998,726	7.28%
70 anos ou mais	3,038,510	2.77%	2,984,392	2.72%	26,797	0.02%	6,049,699	5.51%
idade não informada	4,031	0.00%	3,742	0.00%	12	0.00%	7,785	0.01%
TOTAL	55,437,428	50.48%	54,152,464	49.31%	236,371	0.22%	109,826,263	100.00%

Fonte: TSE.

Apesar da importância econômica e eleitoral das mulheres, a grande maioria dos cargos públicos ainda é ocupada por homens. O Maranhão é o primeiro e único estado brasileiro governado por uma mulher (Roseana Sarney). As mulheres são apenas 6,2% dos senadores, 6,8% dos deputados federais, 5,7% dos prefeitos e 11,6% dos vereadores. Embora haja três ministras no Superior Tribunal de Justiça, somente em 2000 uma mulher passou a fazer parte do quadro de ministros do Supremo Tribunal Federal. Nenhum dos ministérios de FHC é atualmente chefiado por uma mulher e até hoje nenhuma mulher chegou à presidência ou à vice-presidência da República. Apesar da ainda reduzida presença feminina na política nacional, pesquisas qualitativas demonstram que os eleitores consideram as mulheres que ocupam cargos públicos significativamente mais honestas, responsáveis, confiáveis, competentes, firmes e capazes do que os homens públicos¹⁰. Além disso, uma mulher concorrendo à presidência ou vice-presidência da República pode tirar proveito do fato de ainda ser considerada uma novidade eleitoral. Por fim, como a legislação eleitoral determina que um mínimo de 30% dos candidatos concorrendo às vagas a que cada partido tem direito na Câmara dos Deputados e Assembleias Estaduais sejam mulheres, o número de mulheres disputando cargos eletivos tende a aumentar ao longo dos próximos anos.

Idade dos eleitores: um eleitorado jovem com pouca experiência em votar para presidente

O Brasil tem um eleitorado relativamente jovem. Quase metade dos eleitores tem menos de 35 anos de idade. A maior fatia tem entre 25 e 34 anos de idade (24% do total de eleitores). As faixas etárias entre 18 e 24 anos, 35 e 44 anos, e 45 a 59 anos também têm forte participação, com cada uma delas representando cerca de 20% do eleitorado do País. Menos de 13% dos eleitores têm mais de 60 anos de idade. Isso sugere que, ao contrário de muitos países desenvolvidos, temas como seguro-saúde e previdência social tendem a receber menos atenção durante as campanhas eleitorais do que, por exemplo, emprego e educação.

O perfil etário dos eleitores brasileiros também revela que o Brasil ainda é uma democracia jovem. Se considerarmos que não houve eleições diretas para presidente durante o Regime Militar (entre 1964 e 1985), fica evidente que a grande maioria dos eleitores do país (mais especificamente aqueles com menos de 58 anos de idade) votou no máximo três vezes para presidente.

⁹ Dados do IBGE de 2000.

¹⁰ Dados da pesquisa Sensus de 17 a 23 Ago/01. Pesquisa CNI/Ibope de Dez/01 apontou que o eleitorado considera as mulheres na política mais sensíveis aos problemas sociais, organizadas, honestas, determinadas, realizadoras e competentes do que os homens na política.

Nível de escolaridade dos eleitores: 2/3 do eleitorado tem pouco ou nenhum estudo

Mais de 66% dos eleitores do país receberam pouco ou nenhum estudo. A maioria dos brasileiros que votam tem o primeiro grau incompleto ou menos de 8 anos de estudo (35% do eleitorado total). Pouco mais de 23% do eleitorado sabe ler e escrever, mas nunca frequentou a escola. Outros 8% são analfabetos. Na outra ponta, apenas 3% dos eleitores completaram um curso universitário. Os dados disponíveis sobre o nível de escolaridade do eleitorado são de 1998. Ainda que o governo tenha ampliado a porcentagem de brasileiros matriculados nas escolas nos últimos anos, o perfil educacional do eleitorado não deve ter se alterado significativamente desde então.

Nível de escolaridade do eleitorado brasileiro (em 1998)

	Mulheres		Homens		Sexo não informado	Total geral	
	Número	% do eleitorado	Número	% do eleitorado		Número	% do eleitorado
Analfabeto	4,429,896	4.2%	4,070,344	3.8%	24,210	8,524,450	8.0%
Sabe ler e escrever	11,545,242	10.9%	13,109,471	12.4%	152,120	24,806,833	23.4%
1º grau incompleto	17,951,923	16.9%	19,105,878	18.0%	42,906	37,100,707	35.0%
1º grau completo	4,465,578	4.2%	4,506,060	4.2%	15,346	8,986,984	8.5%
2º grau incompleto	6,041,133	5.7%	5,213,849	4.9%	6,886	11,261,868	10.6%
2º grau completo	5,325,771	5.0%	4,081,118	3.8%	13,179	9,420,068	8.9%
Superior incompleto	1,100,473	1.0%	1,095,276	1.0%	2,409	2,198,158	2.1%
Superior completo	1,791,301	1.7%	1,682,097	1.6%	3,822	3,477,220	3.3%
Não informado	146,760	0.1%	141,090	0.1%	11,949	299,799	0.3%
TOTAL	52,798,077	49.8%	53,005,183	50.0%	272,827	106,076,087	100.0%

Fonte: TSE.

A falta de educação tem importantes implicações eleitorais. Ela abre espaço para candidaturas populistas baseadas no aliciamento das classes sociais de menor poder aquisitivo com a apresentação de propostas de caráter paternalista e/ou assistencialista.

A reduzida escolaridade também dificulta a apresentação de propostas de governo envolvendo temas complexos, como reforma tributária e previdenciária ou a necessidade de redução da “vulnerabilidade externa” e do “déficit em conta corrente”, temas importantes para o caso brasileiro.

A falta de estudo também estimula os políticos a seduzirem o eleitorado com propagandas políticas centradas mais no uso de imagens e músicas de pouco conteúdo do que na apresentação de propostas ou programas de governo. Aliada ao baixo nível de fidelidade partidária, a reduzida escolaridade muitas vezes leva o eleitor a votar no candidato mais atraente do ponto de vista físico ou naquele que compartilha a mesma religião, mas não necessariamente as mesmas idéias de política pública ou a mesma ideologia.

Nível de renda dos eleitores: 1/3 da população vive com até R\$ 360 (US\$ 150) por mês.

Na ausência de dados oficiais recentes sobre o nível de renda dos eleitores, os dados de renda de toda a população brasileira com mais de 10 anos de idade constituem uma boa aproximação.

O quadro abaixo mostra que cerca de 1/3 da população brasileira vive com até 2 salários mínimos mensais (equivalente a R\$ 360 ou US\$ 150) e quase metade da população tem renda mensal de até 5 salários mínimos (R\$ 900 ou US\$ 375). Somente 1,6% dos brasileiros tem renda mensal superior a 20 salários mínimos (R\$ 3.600 ou US\$ 1.500). Mesmo nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, as mais ricas do País, quase metade da população ganha menos de 5 salários mínimos mensais.

Rendimento mensal dos brasileiros (% da população por região geográfica)

Dados de 1999 Salários mínimos ¹	Total	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade - (%) - Grandes Regiões				
		Norte Urbana ²	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Até 1	16.4	17.1	26.0	11.4	13.6	15.6
Mais de 1 a 2	13.7	14.8	13.6	12.8	15.3	15.9
Mais de 2 a 3	9.5	8.1	5.8	11.3	11.2	10.0
Mais de 3 a 5	7.5	6.3	3.6	9.6	9.1	7.2
Mais de 5 a 10	6.7	5.5	2.8	9.0	7.9	6.3
Mais de 10 a 20	3.0	2.2	1.3	4.0	3.5	3.1
Mais de 20	1.6	1.0	0.7	2.0	1.8	2.0
Sem rendimento ³	40.6	44.8	45.2	38.6	37.2	39.3
Sem declaração	0.9	0.2	0.9	1.2	0.6	0.5

¹ Salário mínimo vigente = R\$ 180 (~US\$ 75).

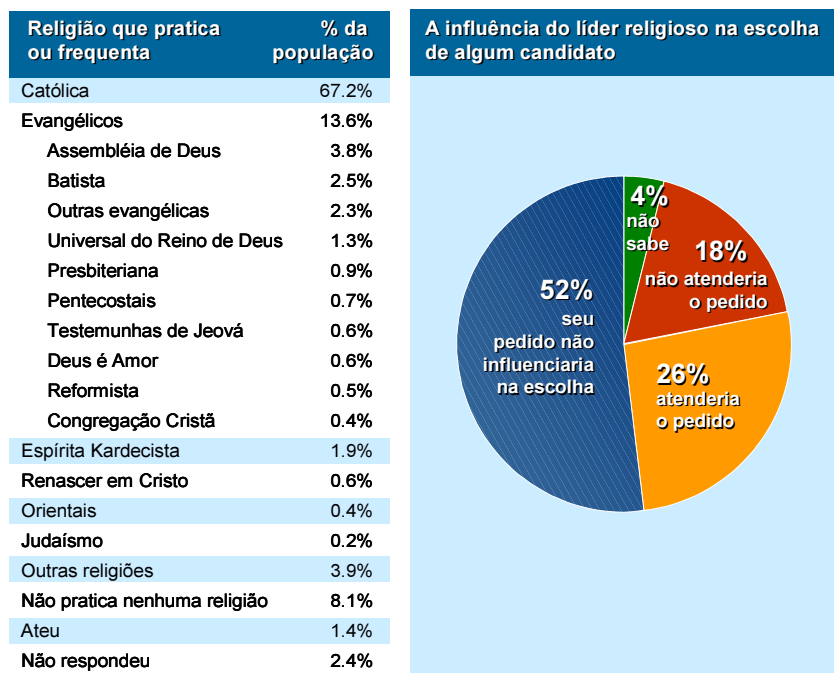
Fonte: IBGE.

² Exclui a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.³ Inclusive as pessoas que receberam somente em benefícios.

Dada a correlação entre escolaridade e renda, o baixo nível de renda da maioria do eleitorado tem implicações semelhantes às apontadas para a educação. Também reforça a tendência de os candidatos apresentarem propostas de geração de empregos, distribuição de renda e combate à fome e à miséria e redução da criminalidade.

Preferência religiosa: eleitorado predominantemente católico, mas evangélicos têm crescido

Os últimos dados oficiais sobre as preferências religiosas da população brasileira são do IBGE e datam de 1991. Há dez anos, 83,3% da população era católica, 9,0% evangélica, 1,6% espírita e 1,0% não tinha preferência ou religião alguma. Dados mais recentes coletados pela Brasmarket no ano 2000 com 200 mil eleitores em 499 cidades do País¹¹, mostram que, nos últimos dez anos, a proporção de católicos caiu 16 pontos percentuais, passando a representar 67,2% da população, enquanto a proporção de evangélicos aumentou quase cinco pontos percentuais, totalizando 13,6% da população ou cerca de 23 milhões de pessoas.

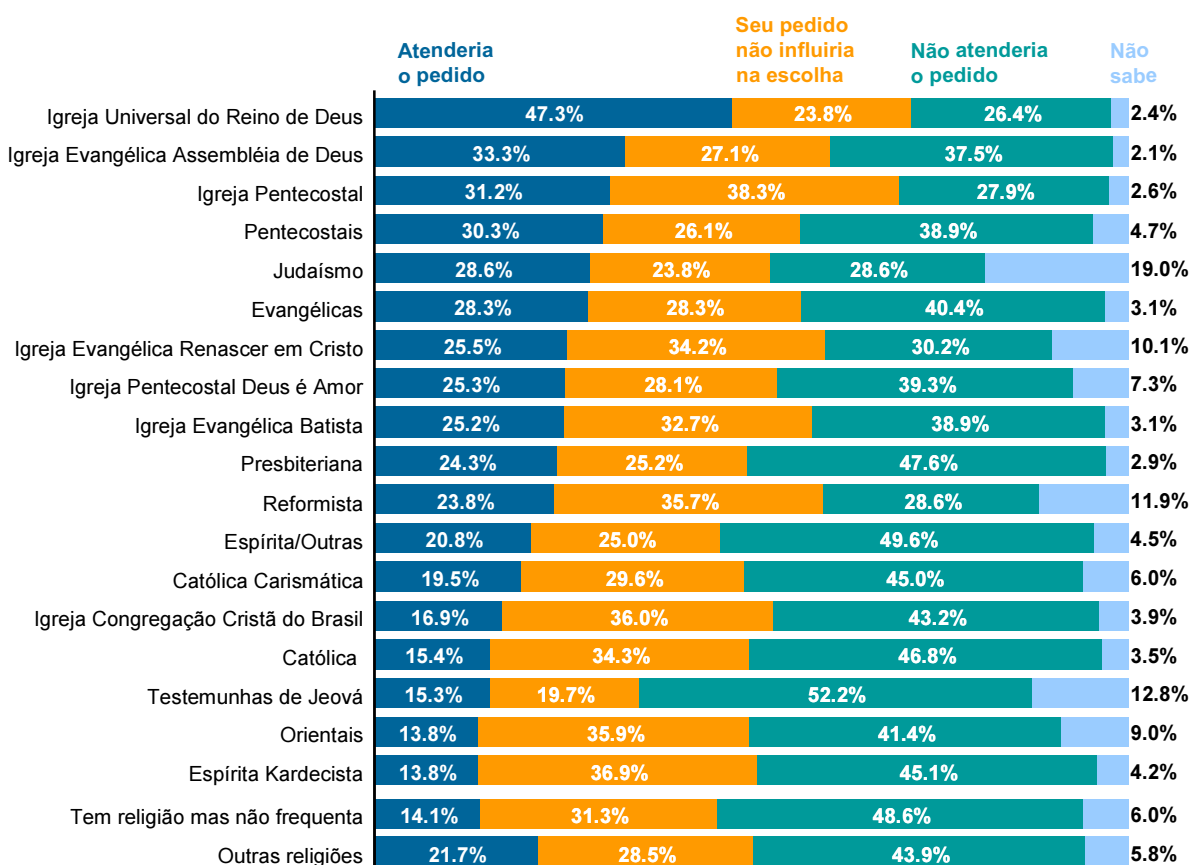
Religião e o eleitorado

Fonte: Brasmarket (IstoÉ online).

¹¹ Reportagem Isto É Exclusivo On-line 09/11/2000 (<http://www.terra.com.br/istoel/>)

O crescimento dos evangélicos é particularmente importante do ponto de vista político, pois esse grupo de fiéis é mais sujeito à influência de seus líderes na escolha de um candidato do que os católicos. No Brasil, grande parte dos católicos ou não é praticante ou transita entre diferentes religiões como o espiritismo e a umbanda, sem apresentar real compromisso com nenhuma delas. Os dados da Brasmaket mostram que enquanto um em cada quatro brasileiros (26% do total) votaria no candidato indicado por seu líder religioso¹², esse percentual sobe para 47% entre os evangélicos da Igreja Universal do Reino de Deus e 33% entre os frequentadores da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, duas igrejas que abrigam 5% da população. Apenas 15% dos católicos afirmam que votariam no candidato indicado por seus líderes religiosos.

Influência do líder religioso na escolha de algum candidato



Fonte: Brasmaket, IstoÉ online.

Conclusão:

Com base na distribuição geográfica do eleitorado, sua idade, sexo, escolaridade, renda e religião, é possível afirmar que dificilmente o próximo presidente do Brasil será eleito sem dar a devida atenção ao eleitorado feminino e cooptar grande parte do eleitorado pobre e de baixa escolaridade, que faz parte ou busca inserir-se no mercado de trabalho (idade entre 18 e 59 anos) principalmente das regiões Sudeste e Nordeste do país.

¹² Pesquisa Sensus de junho de 2001 chega à conclusão parecida ao apontar que 26% dos entrevistados afirmam que a opinião de líderes religiosos vai ter muita ou alguma influência na hora do voto.

Parte II - Características Pessoais dos Presidenciais

10. Biografia dos presidentes brasileiros desde o fim do regime militar em 1985



José Sarney (1985-1989)

Advogado e político maranhense.

Primeiro presidente civil após o regime militar de 1964.

José Ribamar Ferreira de Araújo Costa nasce em Pinheiro em 24 de abril de 1930. Adota o nome Sarney em homenagem ao pai, Sarney de Araújo Costa. Formado em direito, em 1954 entra para a política como suplente de deputado federal pela União Democrática Nacional (UDN) e cumpre dois mandatos como deputado federal eleito, de 1958 a 1965. É um dos líderes do grupo progressista da UDN, que defende, entre outras bandeiras, a reforma agrária no início dos anos 60. Em 1964 posiciona-se contra o golpe militar que depõe o presidente João Goulart. Após a instituição do bipartidarismo (1965), adere ao partido governista, a Aliança Renovadora Nacional (Arena). É governador do seu estado (31/1/1966 a 15/3/1971). Como senador, nos dois primeiros mandatos (de 1971 a 1985), torna-se um dos principais representantes políticos do regime militar. Em 1979, após o fim do bipartidarismo, participa da fundação do Partido Democrático Social (PDS). Deixa o PDS em 1984, por ser contrário à escolha de Paulo Maluf para disputar a eleição indireta à Presidência da República. Entra no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e é indicado pela Frente Liberal como vice-presidente na chapa de Tancredo Neves. Assume a Presidência em abril de 1985, com a morte de Tancredo. Restabelece a eleição direta para presidente, promulga a nova Constituição e implanta quatro planos de estabilização econômica, sem sucesso. Deixa a Presidência da República e elege-se senador (1991-1999), reelegendo-se para um segundo mandato (2000-2008). Presidiu o Senado de 1995 a 1997 e é tido como um dos políticos mais influentes no Congresso e no PMDB. É também escritor de poesias, contos e ensaios e membro da Academia Brasileira de Letras desde 1981. (Fonte: baseado em texto do Almanaque Abril)



Fernando Collor (1990-1992)

Economista e político alagoano.

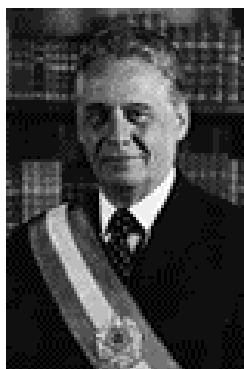
Primeiro presidente eleito por voto direto após a ditadura militar e único a sofrer um processo de impeachment.

Fernando Collor de Mello nasce no Rio de Janeiro em 12 de agosto de 1949, filho de uma família com tradição política. Conclui os estudos secundários em Brasília, em 1968. Cursa economia na Universidade de Brasília e, em 1973, vai para Maceió dirigir o jornal da família, a *Gazeta de Alagoas*. É nomeado prefeito da cidade em 1979 e, três anos depois, elege-se deputado federal pelo Partido Democrático Social (PDS). Em 1986 ganha a eleição para governar Alagoas pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Durante sua gestão, fica conhecido nacionalmente pelo "programa de caça aos marajás", funcionários públicos que recebem salários milionários. Candidato à Presidência da República em 1989 pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN), derrota Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), no segundo turno. Assume o cargo adotando medidas econômicas drásticas, como o bloqueio dos saldos das contas bancárias superiores a 50 mil cruzados - a moeda na época. Durante seu governo surge uma série de escândalos e suspeitas de corrupção. As denúncias ganham força em abril de 1992, quando Pedro Collor, irmão do presidente, revela a existência do "esquema PC" de tráfico de influência e irregularidades financeiras, organizado por Paulo César Farias (PC), ex-tesoureiro de Collor. Com a abertura do processo de impeachment, o presidente é afastado em outubro de 1992 e renuncia ao mandato durante a sessão de julgamento no Senado, em dezembro do mesmo ano. É proibido de exercer qualquer função pública por oito anos. Muda-se, então, para Miami, Estados Unidos, onde vive até abril de 1998. De volta ao Brasil, escolhe São Paulo como domicílio eleitoral e concorre à eleição para a prefeitura da cidade em 2000, ficando em 9º lugar (0,3% dos votos válidos). Atualmente é um político sem maior expressão. (Fonte: baseado em texto do Almanaque Abril)

**Itamar Franco (1992-1994)****Engenheiro e político mineiro.****Presidente durante a implantação do Plano Real, que pôs fim à hiperinflação brasileira em julho de 1994.**

Itamar Augusto Cautiero Franco nasce a bordo de um navio que faz a rota Salvador-Rio de Janeiro em 28 de junho de 1930. Órfão de pai, que morreu de malária antes de seu nascimento, vive uma infância pobre em Juiz de Fora, ajudando a mãe a entregar marmitas. Forma-se em engenharia e eletrotécnica pela Escola de Engenharia de Juiz de Fora em 1945. Elege-se prefeito da cidade pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em 1966 e 1972 e senador por Minas Gerais em 1974 e 1982. Torna-se vice-presidente da República com a eleição de Fernando Collor de Mello, em 1989. Assume a Presidência

durante o processo de impeachment e, com a renúncia de Collor, em dezembro de 1992, permanece no cargo até o final do mandato. Marca sua administração com o lançamento do Plano Real, que dá início ao processo de estabilização da economia, e deixa o governo com alto índice de aprovação popular. Eleito governador de Minas Gerais em 1998, adota uma política de confronto com o governo federal, particularmente na renegociação das dívidas do estado para com a União, e inicia seu mandato decretando uma moratória dos pagamentos, por 90 dias. A medida provoca queda no valor dos títulos brasileiros no exterior e das bolsas de São Paulo, México e Argentina e abala sua relação com o presidente Fernando Henrique Cardoso. Encerra a moratória dos pagamentos da dívida estadual assinando um acordo global de renegociação com o governo federal em 4/2/2000. Exerce importante liderança em Minas Gerais e no PMDB, buscando o apoio do partido para retornar à Presidência da República. (Fonte: baseado em texto do Almanaque Abril)

**Fernando Henrique Cardoso (1995-Presente)****Sociólogo e político paulista.****Primeiro presidente a ser reeleito para dois mandatos consecutivos.**

Fernando Henrique Cardoso nasce na cidade do Rio de Janeiro em 18 de junho de 1931. Filho de um general do Exército, muda-se para São Paulo aos 8 anos. Forma-se em ciências sociais na Universidade de São Paulo (USP), faz pós-graduação na Universidade de Paris e leciona nas universidades de Nanterre (França), Cambridge (Reino Unido) e Stanford (EUA), entre outras. Publica 24 livros, dos quais se destacam *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional* (1962) e *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (1970). Após o golpe militar de 1964, exila-se no Chile e depois na França. Volta ao Brasil em 1968 e torna-se professor de ciência política da USP. Meses depois é aposentado

pelo Ato Institucional nº 5 (AI-5). Em 1978 é eleito suplente de Franco Montoro para o Senado pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Em 1983, ocupa o cargo quando Montoro assume o governo paulista. Em 1985 candidata-se pelo PMDB à prefeitura de São Paulo, mas perde para Jânio Quadros. Reelege-se senador em 1986 e, dois anos depois, participa da fundação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). É ministro das Relações Exteriores no governo Itamar Franco, de outubro de 1992 a maio de 1993. Assume a pasta da Fazenda e muda a moeda de cruzeiro para cruzeiro real em agosto do mesmo ano. Lança o Plano Real em julho de 1994. Vence a eleição presidencial de 1994 no primeiro turno, pela coligação PSDB e Partido da Frente Liberal (PFL), e é reeleito em 1998. (Fonte: baseado em texto do Almanaque Abril)

11. Biografia dos presidenciáveis e seus desempenhos em eleições recentes



Anthony Garotinho

Técnico em contabilidade e político fluminense.

Atual governador do estado do Rio de Janeiro.

“Anthony Willian Matheus de Oliveira nasceu em Campos (RJ), em 18 de abril de 1960. É o segundo dos quatro filhos de Hélio Montezano e Samira Matheus de Oliveira. Na sua estréia no rádio, em 1975, Garotinho narrava as preliminares de futebol na rádio Cultura de Campos, apesar de ter apenas 15 anos. Seu apelido, que mais tarde seria incorporado ao nome, nasceu nessa época, pois devido a sua idade o locutor o anunciava da seguinte forma: ‘E agora com vocês, o garotinho Anthony Matheus’. Recebeu o convite para fazer parte da equipe da Rádio Nacional, do Rio, em 1979. Em 1981, Garotinho ajudou a fundar o PT, lançando-se candidato a vereador de Campos, em 1982, já incorporando o apelido ao nome. Apesar de ter sido o candidato mais votado na cidade, não se elegeu pelo fato de o PT não ter alcançado o coeficiente eleitoral necessário para eleger um vereador na cidade. Casou-se com Rosinha (Rosângela Barros Assed) em dezembro de 1981. Criticando a decisão do partido de não participar da eleição indireta de Tancredo Neves, deixou o PT em 1984. Em 1986, filiou-se ao PDT e elegeu-se deputado estadual. Em 1988, elegeu-se prefeito de Campos. Foi secretário de Agricultura, entre 1993 e 1994, no governo de Leonel Brizola. Devido à sua popularidade, foi escolhido pelo PDT para disputar o governo do Rio, em 1994. Após um acidente de automóvel na Via Dutra em setembro, já no final da campanha, converteu-se ao presbiterianismo. Chegou ao segundo turno, mas acabou derrotado por diferença de 4% dos votos para Marcelo Alencar (PSDB). Em setembro de 1996, quando concorria à Prefeitura de Campos, teve seu registro cassado por uso indevido dos meios de comunicação e abuso do poder econômico. Mas recorreu da decisão e pôde concorrer às eleições. Foi reconduzido ao cargo de prefeito de Campos com 74% dos votos válidos. Deixou o cargo de prefeito, em abril de 1998, para candidatar-se ao governo do Rio pela coligação Muda Rio (formada pelo PDT, PT, PSB PC do B e PCB), tendo como vice a petista Benedita da Silva. Derrotou o candidato do PFL, César Maia, obtendo 58% dos válidos. Passou a comandar o programa ‘Fala Governador’, na rádio Tupi no Estado. Considerando-o centralizador, o PT carioca começou a reivindicar maior participação nas decisões do governo e, em função disso, a direção regional do partido recomendou o afastamento de seus membros do governo. Em represália, Garotinho demitiu todos os petistas que ocupavam cargos no governo, em outubro de 1999. Em março de 2000, o coordenador de Segurança do Rio, Luiz Eduardo Soares, denunciou a existência de uma ‘banda podre’ na polícia carioca, infiltrada em cargos de chefia. Garotinho demitiu seu coordenador pela TV. As denúncias de corrupção no governo do Rio, no entanto, continuaram e provocaram a queda do secretário de Justiça, Antônio Oliboni. Em novembro de 2000, devido às desavenças com o presidente do PDT, Leonel Brizola, desligou-se do partido. Em uma demonstração de força de seu grupo político, anunciou também a desfiliação de mais de 11 mil pedetistas. Dias depois, o diretório regional do PT do Rio oficializou sua oposição ao governo de Garotinho. Levou para o PSB, partido ao qual é filiado atualmente, 3 deputados federais, 14 estaduais, 36 prefeitos, 115 vereadores e 11 secretários estaduais. Em março de 2001, pensando em uma futura candidatura ao Planalto, lançou uma ofensiva na mídia e passou a ter na TV Record do Rio um programa semanal. Seu programa ‘A Paz do Senhor Governador’ passou a ser transmitido por várias rádios evangélicas para 11 Estados. Em junho de 2001, lançou sua pré-candidatura a presidente da República, na Terra Prometida, bairro mais pobre de Campos.” (Fonte: Folha Online)

Anthony Garotinho - Desempenho em eleições recentes

Anthony Garotinho	
Governador do Rio de Janeiro (1998)	Eleito no 2º turno com 57,98% dos votos válidos, derrotando César Maia (42,02%). Teve 46,86% dos votos válidos no 1º turno, contra 34,30% para César Maia.
Prefeito de Campos (1996)	Eleito no 1º turno com 70,61% dos votos válidos.
Governador do Rio de Janeiro (1994)	Derrotado no 2º turno por Marcelo Alencar que teve 56,08% dos votos válidos, contra 43,92% para Garotinho. No 1º turno, Alencar teve 37,15% e Garotinho 30,38% dos votos válidos.
Prefeito de Campos (1988)	Eleito.

Fonte: TSE.



Ciro Gomes

Advogado e político cearense.

Ex-ministro da Fazenda e ex-governador do Ceará.

“O candidato do PPS à Presidência da República, Ciro Ferreira Gomes, nasceu em 6 de novembro de 1957, em Pindamonhangaba (SP), mas foi criado em Sobral (CE), onde sua família está na política há cem anos. Começou sua carreira política no movimento estudantil quando ingressou na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, em 1975. No início dos anos 80, filiou-se a Arena e mais tarde ao PDS. Foi eleito, em 1982, aos 25 anos, deputado estadual e reeleito, desta vez pelo PMDB, em 1986. No início dos anos 80, Ciro conheceu a estudante e militante do PC do B, Patrícia Mendes Saboya. Começaram a namorar e casaram-se em 1983. Como deputado estadual, foi líder do primeiro governo de Tasso Jereissati (1986-1990). Ciro, lançado por Tasso à Prefeitura de Fortaleza pelo PMDB, em 1988, ganhou por uma diferença de apenas 5.000 votos, tornando-se o mais jovem prefeito eleito da história do Brasil. Em 1990, foi o único a se eleger governador pelo PSDB. Teve sua gestão marcada por grande aprovação popular (sempre superior a 70%) e pela construção do Canal do Trabalhador, obra feita para amenizar os efeitos da seca. Recebeu um prêmio da Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) pelas ações desenvolvidas no combate à mortalidade infantil no Estado. Foi incluído também pela revista americana ‘Time’ em uma relação de ‘cem lideranças emergentes no cenário mundial’. Passou a enfrentar acusações de irregularidades administrativas feitas pelo Ministério Público Federal, em 1994, que questionou o volume de gastos (R\$ 48 milhões) e a falta de licitação do Canal do Trabalhador, construção apresentada como a ‘obra do século’, por ter sido feita em apenas três meses e com uma extensão de 115 km. Ciro alegou que a situação de emergência - para evitar um colapso no abastecimento de água de Fortaleza - legitimava a falta de concorrência pública para a obra. Deixou o governo cearense para assumir o Ministério da Fazenda do governo Itamar Franco, em setembro de 1994, quando Fernando Henrique Cardoso afastou-se do cargo para concorrer à Presidência. Por isso, disputa a paternidade - ou parte dela - do Plano Real, até hoje, com FHC e Itamar Franco. Em 1995, sem mandato, mudou-se para os Estados Unidos onde frequentou como ‘aluno visitante’ por 18 meses a Faculdade de Direito da Universidade de Harvard. Em sua estadia nos EUA, trabalhou sua plataforma de governo, exposta pela primeira vez no livro ‘O Próximo Passo - Uma Alternativa Prática ao Neoliberalismo’ (1995), escrito em parceria com o seu guru político, o filósofo Roberto Mangabeira Unger. Em 1997, depois de vários desentendimentos com membros de seu partido, especialmente com José Serra e FHC, deixou o PSDB para ingressar no PPS (antigo Partido Comunista Brasileiro). Em 1998, Ciro lançou-se candidato a presidente da República pela coligação ‘Brasil Real e Justo’, formada pelos partidos PPS, PL e PAN, tendo como vice Roberto Freire. Ficou em terceiro lugar na eleição, atrás de FHC e Luiz Inácio Lula da Silva, obtendo 11% dos votos. Após a campanha, separou-se de sua mulher Patrícia Gomes, após 15 anos de casamento e tornou público seu romance com a atriz Patrícia Pillar. A Secretaria da Receita Federal passou a investigar a denúncia de que Ciro omitiu dados da declaração de renda, em 1999. Em 2000, criticou a posição do PSB na disputa pela Prefeitura de São Paulo, pois o professor Roberto Mangabeira Unger foi preterido pelo partido em favor da candidatura de Luiza Erundina, e se recusou a participar da campanha paulistana. A candidatura Erundina, no entanto, contou com a adesão do PPS, que indicou o deputado federal Emerson Kapaz para vice. Apoiou a candidatura de sua ex-mulher, Patrícia Gomes, à Prefeitura de Fortaleza. Após a derrota de Patrícia (ficou em quarto lugar no primeiro turno), atacou o presidente FHC por ter ajudado, com empréstimos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), o prefeito Juraci Magalhães (PMDB) a se reeleger. Em março de 2001, Ciro, mais uma vez, entrou em atrito com o presidente ao dizer que tem ‘horror a ele’ e que o considera ‘um ser desprezível’. Poucos dias após a declaração, o governador do Ceará, Tasso Jereissati, afirmou, pela primeira vez, que não apoiaria a candidatura do amigo a presidente, dizendo ser um ‘homem de partido’. Em maio de 2001, a Executiva Nacional do PTB aprovou, por unanimidade, o apoio do partido a Ciro Gomes para as eleições de 2002. Com esse apoio, Ciro garantiu mais tempo no horário político eleitoral e ampliou seu poder de barganha para conseguir outros apoios.” (Fonte: Folha Online)

Ciro Gomes - Desempenho em eleições recentes

Ciro Gomes	
Presidente (1998)	Derrotado no 1º turno. Ficou em 3º lugar, com 10,97% dos votos válidos. Fernando Henrique Cardoso foi eleito no 1º turno (53,06%) e Lula ficou em 2º lugar (31,71%).
Governador do Ceará (1989)	Eleito. Único candidato do PSDB eleito governador.
Prefeito de Fortaleza (1988)	Eleito por uma diferença de apenas 5.000 votos. Foi lançado por Tasso Jereissati pelo PMDB.

Fonte: TSE.



Itamar Franco

Engenheiro e político mineiro.

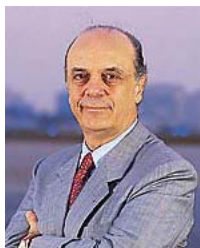
Presidente durante a implantação do Plano Real, que pôs fim à hiperinflação brasileira em julho de 1994.

“Nascido dentro de um navio, durante uma viagem do Rio de Janeiro para Salvador, no dia 28 de junho de 1930, Itamar Augusto Cautiero Franco, foi registrado em Salvador (BA), mas se considera mineiro, pois cresceu, a partir dos dois meses de idade, em Juiz de Fora. Filho de Augusto César Stiebler Franco, engenheiro falecido antes de seu nascimento, e Itália Cautiero Franco, Itamar fez os estudos fundamentais no Instituto Metodista Granbery, escola considerada de vanguarda na cidade. Formou-se, em 1954, aos 24 anos, em engenharia civil e eletrotécnica pela UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora), onde também iniciou na política, ao eleger-se duas vezes seguidas presidente do diretório acadêmico da Faculdade de Engenharia, nos biênios de 1952-1953 e de 1954-1955. Fez ainda o curso de administração de empresas. Em 1958, filiado ao PTB, concorreu ao cargo de vereador na Câmara Municipal de Juiz de Fora, mas não se elegeu. Em 1962, candidatou-se a vice-prefeito da cidade e foi novamente derrotado. No mesmo ano, no entanto, Itamar assumiu seus primeiros cargos públicos - diretor na Divisão Industrial e no Departamento de Água e Esgoto -, ambos na prefeitura de Juiz de Fora. Já filiado ao MDB, em 1966, concorreu à prefeitura de Juiz de Fora e venceu as eleições. Seria reeleito vereador no pleito seguinte, em 1971. Dez anos como prefeito da cidade deram a Itamar certa projeção nacional, levando-o a, em 1974, ser eleito senador com 1,4 milhão de votos. No Senado, sempre com posições nacionalistas, tornou-se vice-líder da bancada do MDB. Em 1982, foi reeleito para o cargo. Entre o primeiro e o segundo mandatos, em 1976, concorreu ao governo de Minas Gerais, mas foi derrotado nas urnas. Em maio de 1989, concorreu à vice-presidência da República pelo PRN (Partido da Reconstrução Nacional), na chapa de Fernando Collor de Mello, na primeira eleição para presidente após o período militar. Três anos depois, deixou o PRN e assumiu interinamente a presidência, em 2 de outubro de 1992. Em 29 de dezembro do mesmo ano, Itamar Franco tomou posse em definitivo, com o processo de impeachment de Collor. Sem grande oposição política, mas com apoio popular, teve que enfrentar o crônico problema da inflação brasileira. Em menos de um ano, trocou o ministro da Fazenda quatro vezes e, em maio de 1993, Fernando Henrique Cardoso assumiu o cargo com total liberdade para conduzir a economia do país. Em dezembro do mesmo ano, foi anunciado o Plano Real, seu plano de estabilização econômica. O sucesso do plano acabou por ajudar na eleição de FHC para presidente, em 1994, indicação da qual Itamar se diz, hoje, arrependido. Com o fim do mandato tornou-se embaixador do Brasil em Lisboa (1995-1996) e na OEA (Organização dos Estados Americanos), em 1996. Considerado personagem folclórico por seus pares, Itamar protagonizou algumas cenas embaraçosas ao longo de sua carreira política. No Carnaval de 1994, por exemplo, assistiu ao desfile das escolas de samba do Rio ao lado da modelo Lilian Ramos - fotografada sem calcinha - em um camarote no Sambódromo. O episódio causou também o pedido de divórcio da ex-mulher de Itamar, Anna Elisa Surerus, 16 anos após a separação do casal. Separado e pai duas filhas - Georgiana e Fabiana - Itamar, entre jogadas de marketing e relacionamentos mais duradouros, tem ‘colecionado’ algumas namoradas desde então: Lisle Lucena, June Drummond, além de sua ajudante-de-ordens, Kênia Prates. Nas eleições de 1998, Itamar concorreu pela segunda vez ao governo de Minas Gerais e venceu a disputa. Assumiu em 1º de janeiro de 1999 e, com poucos dias no governo, anunciou moratória das dívidas do Estado com o governo federal. Lembrando os tempos nacionalistas no Senado, manteve postura oposicionista e colocou-se contra as privatizações no governo FHC. Na recente crise do ‘apagão’, colocou-se contra a redução de 20% no consumo de energia pelos mineiros. Prepara-se, agora, para concorrer à presidência em 2002, como candidato próprio do PMDB. É no partido o presidenciável com maior coeficiente eleitoral, mas terá que enfrentar as consequências da ruptura com o governo, caso sua posição seja a vitoriosa no partido.” (Fonte: Folha Online)

Itamar Franco - Desempenho em eleições recentes

Itamar Franco	
Governador de Minas Gerais (1998)	Eleito no 2º turno com 57,62% dos votos válidos, contra 42,38% para Eduardo Azeredo do PSDB. No 1º turno, Itamar teve 44,29% dos votos válidos e Azeredo 38,32%.
Senador por Minas Gerais (1982)	Reeleito.
Senador por Minas Gerais (1974)	Eleito com 1,4 milhão de votos.

Fonte: TSE.



José Serra

Engenheiro, economista e político paulista.

Atual ministro da Saúde e ex-ministro do Planejamento do governo Fernando Henrique Cardoso.

"O ministro da Saúde José Serra, 59, ocupa pela segunda vez um ministério no governo de Fernando Henrique Cardoso, desta vez o da Saúde. Nascido em 19 de março de 1942, em São Paulo, é casado e tem dois filhos. Formado em engenharia civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, Serra começou sua vida pública como presidente da UNE (União Nacional dos Estudantes), em 1964. A militância estudantil levou Serra ao exílio no Chile, após o golpe militar daquele ano. No exílio, obteve o mestrado em economia pela Universidade do Chile e o doutorado na Universidade de Cornell, nos EUA. Trabalhou ainda na Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) e como professor da Universidade do Chile. Retornou ao Brasil em 1978 e hoje é professor licenciado da Unicamp (Universidade de Campinas). A carreira política começou na década de 80. Entre 1983 e 1986, foi secretário de Planejamento de São Paulo, no governo de Franco Montoro (1983-1986). Nessa época, também coordenou o Copag, um grupo de trabalho encarregado de elaborar propostas para o programa de governo de Tancredo Neves, eleito presidente pelo Colégio Eleitoral em 1984. Em 1986, Serra foi eleito deputado federal pelo PMDB paulista. Ajudou a fundar, em 1988, ao lado de Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas, entre outros, o PSDB. Em 1990 foi reeleito deputado federal. Nas eleições de 1994, chegou ao Senado com mais de 6,5 milhões de votos. Foi ministro do Planejamento entre 1995 e 1996, antes de assumir a Saúde. Por cerca de um ano e cinco meses, Serra teve sob seu comando o Orçamento da União e a reforma do setor público. Deixou o cargo em 1996, para concorrer à Prefeitura de São Paulo. Derrotado na eleição paulistana, retornou ao Senado, de onde se afastaria em 1998 para assumir o ministério da Saúde em substituição a Carlos César de Albuquerque. Em sua passagem pelo ministério, Serra enfrentou uma condenação na Justiça Eleitoral paulista. O ministro foi condenado pelo TRE (Tribunal Regional Eleitoral) a pagar multa de cerca de R\$ 97 mil por ter usado um avião da Cesp em viagem para participar de um encontro do PSDB. O TSE (Tribunal Superior Eleitoral), no entanto, anulou a multa. Dois episódios polêmicos também marcaram a gestão de Serra na Saúde. Em 1998, o ministro criticou publicamente o então técnico do Palmeiras (seu time de coração) e atual comandante da seleção brasileira de futebol, Luiz Felipe Scolari. Após uma derrota do time em São Paulo, que eliminou o Palmeiras do Campeonato Brasileiro daquele ano, Serra declarou que Felipão não era 'apropriado' para dirigir o time. O técnico reagiu criticando a situação da saúde pública no Brasil. No ano seguinte, nova polêmica. Serra afirmou que a 'produção independente' da apresentadora Xuxa não seria um bom exemplo para adolescentes brasileiras e incentivaria a gravidez precoce. Xuxa respondeu que a declaração de Serra era 'injusta e demagógica'." (Fonte: Folha Online)

José Serra - Desempenho em eleições recentes

José Serra	
Prefeito de São Paulo (1996)	Derrotado no 1º turno. Ficou em 3º lugar com 15,57% dos votos válidos, atrás de Celso Pitta do PPB (48,24%) e Luiza Erundina do PT (24,51%). Pitta (62,28%) derrotou Erundina (37,72%) no 2º turno.
Senador por São Paulo (1994)	Eleito com 6.497.664 votos (27,67% dos válidos; senador mais bem votado). Romeu Tuma do PL foi o outro senador eleito por São Paulo com 5.541.262 votos (23,60% dos válidos).
Deputado federal por São Paulo (1990)	Eleito com 338.747 votos (8,64% dos válidos; deputado mais bem votado do País).
Prefeito de São Paulo (1988)	Derrotado. Ficou em 4º lugar com 6,89% dos votos válidos, atrás de Luiza Erundina do PT (36,78%), Paulo Maluf do PDS (30,14%) e João Leiva do PMDB (17,47%).
Deputado federal por São Paulo (1986)	Eleito deputado federal constituinte pelo PMDB com 160.868 votos, 4º mais bem votado do estado. Lula (651.763 votos) foi o deputado mais bem votado no estado e no país.

Fonte: TSE, Seade.



Luiz Inácio Lula da Silva

Líder sindical e político paulista.

Dirigiu as greves de metalúrgicos do ABC paulista no final dos anos 70 e fundou o PT, principal partido de oposição, e a CUT, principal central sindical do país.

“Luiz Inácio Lula da Silva (o ‘Lula’ foi acrescentado em cartório, em 1982) nasceu em Garanhuns (PE), a 27 de outubro de 1945. Seu pai, Aristides Inácio da Silva, deixou o filho recém-nascido com a esposa, Eurídice Ferreira de Melo, em Pernambuco, para trabalhar na estiva do porto de Santos. Em 1952, Lula, sua mãe e seus irmãos viajaram 13 dias em um pau-de-arara para o litoral paulista, para depois, em 1956, mudarem-se para a capital. Em 1961, Lula iniciou o curso de torneiro mecânico no Senai (Serviço Nacional da Indústria), concluindo-o em 1963. Foi seu irmão José Ferreira da Silva, quem o colocou em contato com sindicalismo pela primeira vez. José era ligado ao Partido Comunista e insistia para que Lula lesse os boletins clandestinos distribuídos dentro das fábricas. Em 1967, Lula entrou pela primeira vez em um sindicato. Dois anos depois, integraria a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico de São Bernardo do Campo e Diadema. Em 1970, participou como 1º secretário e responsável pela área sindical. Em 1975, foi eleito presidente do sindicato. Em 1978, organizou a primeira greve ocorrida no regime militar e, no ano seguinte, foi afastado por 60 dias do sindicato, por uma intervenção do Ministério do Trabalho. Todo esse movimento de organização da classe trabalhista resultaria no Manifesto do Partido dos Trabalhadores, em 10 de fevereiro de 1980, em um encontro no Colégio Sion (São Paulo), que contou com a presença de mais de 2.000 simpatizantes. Em 31 de maio e 1º de junho de 1980, o PT realizou um Encontro Nacional, que aprovou seu programa e seu estatuto. Lula foi eleito presidente do partido. Em 1980, ao liderar uma nova greve de metalúrgicos, Lula foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional, permanecendo 30 dias preso no DOPS (Departamento de Ordem Política e Social). Pelo mesmo motivo, teve seu mandato de líder sindical cassado. A paralisação, que durou 41 dias e teve a participação de mais de 200 mil trabalhadores, levaria Lula à prisão. Em 1982, candidatou-se a governador de São Paulo, ficando em 4º lugar. No ano seguinte, em 27 de novembro, liderou o primeiro comício para a campanha Diretas Já, em São Paulo. Lula também foi uma das lideranças sindicais que, no início da década de 80, fundaram a CUT (Central única dos Trabalhadores). Em 1986, foi eleito deputado federal constituinte pelo PT - sua votação foi a maior do país: 650 mil votos. Em 1989, candidatou-se a presidente e foi para o segundo turno, sendo derrotado por Fernando Collor de Mello. Em 1993, lançou as ‘caravanas da cidadania’ e no ano seguinte candidatou-se novamente à Presidência, sendo derrotado por FHC ainda no primeiro turno. Deixou a presidência do PT, em 1995, e tornou-se presidente de honra do partido. Foi um dos líderes da ‘Marcha dos 100 Mil’, realizada em agosto de 1999, a maior manifestação política contra o atual governo. Em janeiro de 2001, participou do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, promovido por oito entidades que formam o fórum anti-Davos. ‘Em 1989, depois das eleições presidenciais, fui convidado a ir para Harvard, mas recusei. Fiz a opção consciente de passar três meses no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, em vez de passar três meses em Harvard. O importante é conhecer o país que se quer governar’, afirmou na ocasião.” (Fonte: Folha Online)

Lula - Desempenho em eleições recentes

Lula	
Presidente da República (1998)	Derrotado no 1º turno por Fernando Henrique Cardoso (53,06% dos votos válidos), ficou em 2º lugar com 31,71%.
Presidente da República (1994)	Derrotado no 1º turno por Fernando Henrique Cardoso (54,28% dos votos válidos), ficou em 2º lugar com 27,04%.
Presidente da República (1989)	Derrotado no 2º turno por Fernando Collor (49,94% dos votos válidos), Lula teve 44,23%. No 1º turno, Collor teve 28,52% e Lula 16,08%.
Deputado Federal por São Paulo (1986)	Eleito deputado federal constituinte pelo PT com 651.763 votos, maior votação do país.
Governador de São Paulo (1982)	Derrotado, ficou em 4º lugar.

Fonte: TSE, Seade.



Roseana Sarney

Cientista política e política maranhense. Governadora do estado do Maranhão e filha do ex-presidente da República, José Sarney.

“Roseana Sarney, a primeira mulher a ser eleita governadora no Brasil e herdeira de um dos mais tradicionais clãs da política nacional (o clã Sarney), procurou construir sua trajetória na vida pública afirmando uma imagem de independência em relação às posições do pai, o ex-presidente e senador José Sarney (PMDB-AP). Hábil negociadora política, foi eleita em 1992 a ‘musa do impeachment’, quando coordenou, como deputada federal, as articulações no Congresso que culminaram com o afastamento do ex-presidente Fernando Collor de Mello. Roseana teve também papel importante na eleição da chapa de Tancredo Neves e seu pai pelo Colégio Eleitoral, em 1984, e na votação que garantiu cinco anos de mandato para o então presidente Sarney. Roseana Macieira Sarney nasceu em 1º de junho de 1953, na casa do avô materno, em São Luís, no Maranhão. Ela estava com 12 anos quando o pai foi eleito governador do Maranhão, o que ocasionou a mudança da família do Rio de Janeiro, onde moravam na época, para São Luís. Em 1968, participou das agitações dos estudantes no Rio e, em 1970, da campanha do pai ao Senado. Formada em ciências sociais pela Universidade de Brasília (UnB), Roseana fez mestrado em ciência política na Suíça. Foi em Genebra que começaram seus problemas de saúde. Operada às pressas de apendicite em um hospital local, em 1973, ficou com sequelas que resultariam em uma série de operações posteriores. De volta ao Brasil, Roseana trabalhou durante cinco anos na Novacap, a empresa que construiu Brasília, e depois no Instituto de Planejamento Econômico e Social da Secretaria do Planejamento. Em 1981, foi trabalhar como assessora de gabinete do senador José Sarney. Roseana e o marido, Jorge Murad, secretário particular do presidente, foram considerados o casal mais influente da Nova República. Ela tinha maior ascendência na área política e ele, na econômica. Os dois, casados desde 1976, tinham poder para fazer ou derrubar ministros. Em 1987, separaram-se, mas não por muito tempo. Roseana casou-se, em 1989, com Carlos Henrique Abreu Mendes, na época secretário de Meio Ambiente do Rio de Janeiro. Mas, em 1994, ela e Jorge Murad voltaram a viver juntos, casando-se novamente em 1997. Católica, mãe adotiva de Rafaela, Roseana foi eleita deputada federal pelo Maranhão em 1990 com 45 mil votos, a maior votação no Estado. Em 1993, foi investigada pela CPI do Orçamento, sob suspeita de ter envolvimento com a empreiteira Norberto Odebrecht. No ano seguinte, foi eleita governadora do Maranhão, em votação apertada, derrotando Eptácio Cafeteira, do PPR (Partido Progressista Renovador). Em seu governo, Roseana promoveu uma reforma administrativa no Estado em que foram demitidos muitos servidores públicos. Em 1997, enfrentou uma crise na Polícia Civil do Maranhão, por causa do envolvimento de um grupo de policiais na chacina de quatro pistoleiros acusados de matar o delegado Stênio José Mendonça. Roseana acabou demitindo o secretário de Justiça e Segurança Pública, coronel Jair Xeró. Em 1998, seu governo enfrentou mais problemas. Seu maior projeto social, o pólo industrial de confecções de Rosário, fracassou e foi motivo de investigação da Justiça Federal por suspeita de fraude em licitação. Apesar de não poder fazer campanha pelo interior do Maranhão, devido às várias cirurgias que sofreu, Roseana se reelegeu com 66% dos votos para mais um mandato de governadora. Ao assumir pela segunda vez, em 1999, promoveu uma pequena revolução administrativa. Roseana acabou com a figura do secretário de Estado. Os 18 que tinham esse título foram substituídos por oito ‘gerentes-executivos’. Em 2000, voltou a ter problemas de saúde. Em abril, foi operada para recompor a patela do joelho esquerdo, fraturada em uma queda. No mês de outubro, sofreu uma cirurgia para a retirada de um nódulo no seio.” (Fonte: Folha Online)

Roseana Sarney - Desempenho em eleições recentes

Roseana Sarney	
Governadora do Maranhão (1998)	Reeleita no 1º turno com 66,01% dos votos válidos. Eptácio Cafeteira do PPB ficou em 2º com 26,35%.
Governadora do Maranhão (1994)	Eleita no 2º turno com 50,61% dos votos válidos, contra 49,39% para Eptácio Cafeteira. No 1º turno, Roseana teve 47,18% dos votos válidos e Cafeteira 30,79%.
Deputada Federal pelo Maranhão (1990)	Eleita com 45 mil votos, a maior votação no Estado.

Fonte: TSE.



Tasso Jereissati

**Administrador de empresas e político cearense.
É governador do estado do Ceará e empresário.**

“O governador do Ceará, Tasso Ribeiro Jereissati (PSDB-CE), 52, nasceu em Fortaleza (CE), no dia 15 de dezembro de 1948. Empresário de sucesso, controla empreendimentos avaliados em R\$ 500 milhões. Entre eles, uma fábrica de Coca-Cola, o shopping Iguatemi de Fortaleza e um dos maiores hotéis da capital cearense. Tasso é irmão do também empresário Carlos Jereissati, que se tornou conhecido fora do mundo dos negócios ao ser apontado como principal suspeito do vazamento do grampo do BNDES, em 1998. Formado em administração de empresas pela FGV (Fundação Getúlio Vargas), em São Paulo, Tasso Jereissati tem quatro filhos e é casado com Renata Queiroz, herdeira de um dos maiores grupos empresariais do Estado. No final dos anos 70, ele fundou o CIC (Centro Industrial do Ceará), entidade civil da indústria do Estado e um dos principais fóruns de debates da região. Foi dali que partiram as primeiras idéias de lançar uma candidatura para derrotar os coronéis cearenses. Filho do ex-senador e ex-deputado Carlos Jereissati, já falecido, Tasso iniciou sua carreira pública em 1986, ano em que foi eleito governador do Estado do Ceará, pelo PMDB. Foi a primeira vez que concorreu a um cargo público, tendo sido eleito com mais de 60% dos votos. Sua candidatura foi lançada pelas mãos do então governador do Estado, Gonzaga Mota, e do ex-senador Mauro Benevides. Foi cotado para ocupar dois ministérios: o da Fazenda, em 1987, ocasião em que Dilson Funaro deixou a pasta, e da infra-estrutura, em 1992, em uma possível coligação do PSDB com o governo. Apesar de quase ter dado seu apoio a Fernando Collor de Mello nas eleições para a presidência da República em 1990, acabou se filiando ao PSDB e aderindo à candidatura do então senador Mário Covas. No mesmo ano, Tasso conseguiu eleger seu candidato, Ciro Gomes, como seu sucessor no governo do Ceará. Tasso deixou o governo do Estado saneado para Ciro Gomes, com a dívida interna quitada e o salário do funcionalismo em dia. Ele também reduziu de 146 mil para 106 mil o número de funcionários públicos estaduais. Embora tenha sido acusado em 1991 de envolvimento em fraudes contra a extinta Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) durante seu governo, Tasso foi considerado o governador mais popular do país. Em setembro de 1991, foi eleito presidente nacional do PSDB, posto que ocupou até 1992. Em 1994, foi eleito novamente, no primeiro turno, para o governo do Ceará. Sua popularidade, que chegou a 80% de aprovação, garantiu sua eleição pela terceira vez ao governo do Estado e a de seu companheiro de chapa, Luiz Pontes, para o Senado, em 1998. Em 2000, Tasso deu seu apoio à candidatura de Patrícia Gomes (PPS), ex-mulher de Ciro Gomes, para a prefeitura de Fortaleza. Patrícia, no entanto, ficou em quarto lugar na eleição, com 157.790 votos, não chegando ao segundo turno. Juraci Magalhães (PMDB-CE) acabou reeleito para o cargo. Tasso Jereissati está sendo acusado pelo TCU (Tribunal de Contas da União) de beneficiar suas empresas com dinheiro público e de repetir as mesmas práticas dos velhos coronéis cearenses. Um estudo feito pelo deputado estadual Eudoro Santana (PSB), ex-secretário de Agricultura de Tasso, mostra que, em 12 anos da administração do tucano incluindo a gestão de seu afilhado político, Ciro Gomes -, a situação do Estado do Ceará piorou. A indústria cresceu menos e há forte concentração de renda. Uma outra análise, esta do Banco Mundial, critica a política de industrialização empregada pelo governo cearense e informa que os resultados sociais são inexpressivos. Seu nome à Presidência da República foi lançado pelo governador de São Paulo Mário Covas, morto em março deste ano. Após a morte de Covas, Tasso afirmou que não será candidato pelo partido, mas seu nome tem boa circulação dentro do PFL, partido que apóia o governo de Fernando Henrique Cardoso, e agrada também a setores do PSDB.” (Fonte: Folha Online)

Tasso Jereissati - Desempenho em eleições recentes

Tasso Jereissati	
Governador do Ceará (1998)	Reeleito no 1º turno com 62,72% dos votos válidos. Luiz Gonzaga Mota ficou em 2º com 21,92%.
Governador do Ceará (1994)	Eleito no 1º turno com 55,32% dos votos válidos. Juraci Magalhães do PMDB ficou em 2º lugar com 37,61%.
Governador do Ceará (1986)	Eleito pelo PMDB com mais de 60% dos votos.

Fonte: TSE.

12. As características pessoais dos presidenciáveis e os desejos do eleitorado

Características dos presidenciáveis

As percepções das características pessoais dos principais pré-candidatos à presidência são resumidas na tabela abaixo. Ela posiciona os candidatos com base em pesquisas de opinião, critérios quantitativos e qualitativos e artigos publicados pela imprensa. Os nomes à esquerda apresentam mais fortemente a percepção do atributo mencionado e os nomes à direita menos; o que não quer dizer que os nomes à direita não possuam aquele atributo. Por exemplo, segundo pesquisa Vox Populi, Lula é o presidenciável com a imagem mais positiva e Tasso Jereissati, o presidenciável com a imagem menos positiva. Isso não quer dizer que Jereissati tenha uma imagem negativa, mas simplesmente que sua imagem é avaliada pelos eleitores como menos positiva do que a de Lula. Tendo isso em mente, os extremos da tabela podem ser mais úteis ao leitor do que a ordenação dos nomes ao centro.

Síntese da percepção das características pessoais dos principais presidenciáveis

	Mais (+)				Menos (-)			Critério
Imagem positiva	Lula	Roseana Sarney	Ciro Gomes	José Serra	Itamar Franco	Anthony Garotinho	Tasso Jereissati	Pesquisa Vox Populi Ago/01 publicada no site do PFL.
Passa honestidade	Itamar Franco	Lula	Ciro Gomes	Roseana Sarney	José Serra	Tasso Jereissati	Anthony Garotinho	Pesquisas publicadas pelas revistas Veja (2 e 30-Mai/01), IstoÉ (19-Ago/01) e Época (26-Nov/01). Pesquisa CNI/Ibope (Fev/00). Biografia dos candidatos Folha Online.
Experiência em cargos públicos	Itamar Franco	José Serra	Tasso Jereissati	Ciro Gomes	Anthony Garotinho	Roseana Sarney	Lula	Baseado na seguinte escala de pontos: para cargos no Executivo, Presidente (5 pontos), Governador (4), Prefeito (3), Ministro (2), e Secretário Estadual (1). Para cargos no Legislativo, Senador (3), Deputado Federal (2), Deputado Estadual (1). A experiência em cargos públicos reflete a soma das pontuações em cargos executivos e legislativos.
Experiência no Executivo	Itamar Franco	Tasso Jereissati	Anthony Garotinho	Ciro Gomes	Roseana Sarney	José Serra	Lula	
Experiência no Legislativo	José Serra	Itamar Franco	Roseana Sarney	Lula	Ciro Gomes	Anthony Garotinho	Tasso Jereissati	
Tranquilidade decisória	José Serra	Tasso Jereissati	Roseana Sarney	Lula	Anthony Garotinho	Ciro Gomes	Itamar Franco	Pesquisas publicadas pelas revistas Época (26-Nov/01), Veja (2 e 30-Mai/01) e IstoÉ (19-Ago/01). Pesquisa CNI/Ibope (Fev/00).
Boa formação educacional	José Serra	Ciro Gomes	Roseana Sarney	Tasso Jereissati	Itamar Franco	Anthony Garotinho	Lula	Baseado na biografia dos cadidatos.
Carisma pessoal	Roseana Sarney	Lula	Anthony Garotinho	Ciro Gomes	Tasso Jereissati	Itamar Franco	José Serra	Pesquisas publicadas pelas revistas Época (26-Nov/01), Veja (2 e 30-Mai/01) e IstoÉ (19-Ago/01).
Bom poder de oratória	Anthony Garotinho	Ciro Gomes	Roseana Sarney	José Serra	Tasso Jereissati	Lula	Itamar Franco	Baseado na biografia dos cadidatos e em seus desempenhos em palestras, debates e programas no rádio e TV.
Boa aparência física	Roseana Sarney	Ciro Gomes	Anthony Garotinho	Tasso Jereissati	José Serra	Itamar Franco	Lula	Baseado na comparação das taxas de rejeição aos candidatos entre homens e mulheres, em pesquisa interna e pesquisa publicada pela revista Época (26-Nov/01).
Associado a FHC	José Serra	Roseana Sarney	Anthony Garotinho	Ciro Gomes	Tasso Jereissati	Itamar Franco	Lula	Pesquisa CNI/Ibope 13 a 17-Set/01.
Conhecido do público	Lula	Itamar Franco	Roseana Sarney	José Serra	Ciro Gomes	Anthony Garotinho	Tasso Jereissati	Pesquisa CNI/Ibope (Dez/01).
Jovem (idade)	Anthony Garotinho (41)	Ciro Gomes (44)	Roseana Sarney (48)	Tasso Jereissati (52)	Lula (56)	José Serra (59)	Itamar Franco (71)	Baseado na biografia dos candidatos.
Goza de boa saúde	Anthony Garotinho	Ciro Gomes	Lula	José Serra	Itamar Franco	Tasso Jereissati	Roseana Sarney	Baseado na biografia e na idade dos cadidatos.

Lula tem como pontos fortes uma imagem positiva, a percepção de honestidade, seu carisma pessoal e o fato de ser conhecido do eleitorado. O candidato do PT tem como pontos fracos percebidos, a falta de experiência, sua reduzida formação educacional, seu poder de oratória e aparência física. Em contraste, Serra tem na sua experiência legislativa, tranquilidade decisória e formação educacional seus pontos fortes, mas lhe falta carisma e mais experiência no Executivo. Por outro lado, o carisma e a aparência física são os pontos fortes de Roseana Sarney, conferindo-lhe uma das imagens mais positivas entre os presidenciáveis. Porém, falta à governadora do Maranhão melhor saúde e um pouco mais de experiência em cargos públicos. O ex-presidente da República e atual governador de Minas Gerais, Itamar Franco, tem experiência de sobra e transmite honestidade ao eleitor, mas passa a percepção de que lhe falta tranquilidade decisória e maior poder de oratória. O governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, tem boa oratória e vigor físico, mas sua imagem é menos positiva do que a de outros

presidenciáveis. Garotinho também é o único entre os presidenciáveis que já teve seu registro político “cassado por uso indevido dos meios de comunicação e abuso do poder econômico”¹³ e, em meados de 2001, o jornal O Globo envolveu seu nome em fraudes de sorteios e irregularidades tributárias.¹⁴ A percepção de menor tranquilidade decisória vis-à-vis os demais candidatos é o item mais negativo de Ciro Gomes, cujas características pessoais aparecem relativamente bem posicionadas no quadro acima. O governador do Ceará, Tasso Jereissati, é pouco conhecido e tem a imagem menos positiva entre os candidatos, faltando-lhe experiência legislativa e melhor saúde, prejudicada por problemas cardíacos.

Atributos desejados pelo eleitorado

Pesquisa nacional realizada no final de 2001 apontou que 52% dos eleitores consideram a “proposta de governo” o item mais importante na escolha de um candidato a presidente, seguido pela “pessoa do candidato” (36% dos entrevistados), enquanto que “o partido do candidato” é considerado o item mais importante por apenas 7% dos eleitores.¹⁵ Diversas pesquisas realizadas desde o final de 2000 sugerem que honestidade e experiência administrativa são as principais características pessoais que os eleitores buscam em um candidato a presidente (tabelas abaixo). A importância dada à honestidade sinaliza que o debate sucessório de 2002 pode tornar-se extremamente volátil se ele for marcado por acusações de corrupção. Essa volatilidade pode ser exacerbada pelo curto espaço de 45 dias destinado à propaganda eleitoral gratuita em rádio e TV e o prazo de apenas três semanas que separa o 1º e o 2º turno das eleições, o que pode impedir que um candidato acusado, ainda que injustamente, de corrupção, tenha tempo suficiente para reverter os prejuízos eleitorais que tais acusações podem suscitar.

As pesquisas também trazem outras informações importantes. O eleitorado não dá peso necessariamente significativo a nomes novos na política, o que não confere vantagem adicional a candidatos menos conhecidos do público, como Jereissati e Garotinho. O eleitorado também não valoriza significativamente a formação educacional e o conhecimento sobre economia de um candidato, o que não parece conferir vantagem adicional a Serra e também não prejudica Lula. Por outro lado, a importância relativa atribuída a características empreendedoras e administrativas prejudica Lula, já que o candidato do PT jamais ocupou cargo executivo e, à exceção de um único mandato como deputado federal constituinte, também não teve destaque no legislativo. Nesse quesito, os potenciais candidatos da base governista aparecem melhor posicionados do que os da oposição. Poucos eleitores acham importante que o candidato faça oposição ou tenha o apoio do governo FHC. Isso revela que há espaço para os candidatos mais associados a FHC, como Roseana Sarney e Serra. Também indica que esses candidatos não têm necessariamente que adotar um discurso conflitante com o da atual administração. A maioria do eleitorado (59%) não acha importante o sexo do candidato e metade dos eleitores consideram “muito importante” que o candidato a presidente seja religioso, o que pode ajudar a candidatura do evangélico Garotinho. O eleitor se divide em relação à importância do estado civil do candidato: 41% consideram “muito importante” que o candidato seja casado, como Garotinho, Lula, Roseana Sarney e Serra. Outros 43% não acham importante que o candidato seja casado, o que não parece prejudicar os candidatos solteiros ou descasados, como Ciro Gomes e Itamar Franco.

Atributos e critérios de escolha de um candidato à presidência (% de entrevistados)

Características de um Candidato à Presidência da República	Dez/00	Crítérios de escolha do candidato	Set/01	A importância das características para escolher um candidato	Muito importante	Um pouco importante	Nada importante	Não sabe
Honestidade	48,9	Ser honesto	53,3	Nunca tenha se envolvido em casos de corrupção	88	4	4	3
Conhecer os problemas do povo	28,9	Empreendedor e bom Administrador	27,7	Tenha experiência administrativa	87	8	3	2
Sinceridade	8,7	Ter sido bom Governador ou bom Ministro	8,0	Seja religioso	50	17	32	2
Autoridade	4,6	Ser oposição a Fernando Henrique	3,5	Seja casado	41	14	43	2
Político experiente	2,9	Ter o apoio de Fernando Henrique	1,9	Seja do sexo masculino	23	15	59	3
Ter estudo e entender de economia	2,3	Político como os nomes cogitados	1,8	Seja do sexo feminino	21	16	59	3
Nome novo na política	1,1	Não sabe/não respondeu	4,0					
Nenhuma dessas/outras	1,3							
Não sabe/não respondeu	1,5							

Fonte: CNT/Sensus (10-15 Dez/00).

Fonte: CNT/Sensus (14-20 Set/01).

Fonte: Datafolha (12-14 Dez/01).

¹³ Biografia de Garotinho disponível no Folha Online.

¹⁴ Jornal O Globo de 10/7/01 e edições subsequentes.

¹⁵ Pesquisa Datafolha de 12 a 14/12/01, publicada no jornal Folha de São Paulo de 30/12/01. Outras respostas = 2% e indecisos = 3%.

Parte III - Estrutura Político-Partidária

13. Os principais partidos brasileiros e seu grau de influência

Depois do Golpe de 1964, os militares dissolveram os partidos políticos, estabeleceram eleições indiretas para presidente e governadores, cassaram os mandatos de parlamentares federais e estaduais e suspenderam os direitos políticos de muitos brasileiros, além de interferirem em sindicatos e organizações de trabalhadores. Em 1966, foi instituído o bipartidarismo. Adeptos do regime ditatorial criaram a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e os que se opunham ao regime fundaram o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Em janeiro de 1967, o governo impôs ao Congresso a aprovação de uma nova Constituição que institucionalizou a ditadura. O processo de redemocratização do País foi retomado somente em 1978 de forma lenta e gradual. Daí o fato de a maioria dos partidos atuais terem sido criados depois do fim do Regime Militar em 1985. Hoje, o Brasil tem 30 partidos políticos legalmente registrados, 17 dos quais com representação na Câmara dos Deputados e 10 com representação na Câmara e no Senado. O PMDB é o maior e mais antigo partido do país, tendo sido constituído em meados de 1981.

Partidos brasileiros com estatutos registrados

Sigla	Nome	Data de constituição	Governadores	Senadores	Deputados federais	Prefeitos	Vereadores
PMDB **	Partido do Movimento Democrático Brasileiro	30.06.81	5	24	92	1254	11363
PTB **	Partido Trabalhista Brasileiro	03.11.81	-	4	32	397	4988
PDT **	Partido Democrático Trabalhista	10.11.81	-	5	17	287	3766
PT **	Partido dos Trabalhadores	11.02.82	3	7	58	174	2483
PFL **	Partido da Frente Liberal	11.09.86	8	18	96	1025	9642
PL **	Partido Liberal	25.02.88	-	1	23	233	2894
PC do B *	Partido Comunista do Brasil	23.06.88	-	-	10	-	149
PSB **	Partido Socialista Brasileiro	01.07.88	3	4	16	131	1721
PSDB **	Partido da Social Democracia Brasileira	24.08.89	6	13	91	988	8514
PTC	Partido Trabalhista Cristão (Antigo PRN)	22.02.90	-	-	-	3	61
PSD	Partido Social Democrático	16.03.90	-	-	-	111	1466
PSC	Partido Social Cristão	29.03.90	-	-	-	32	734
PMN	Partido da Mobilização Nacional	25.10.90	-	-	-	14	386
PRONA	Partido de Reedificação da Ordem Nacional	30.10.90	-	-	-	-	30
PRP	Partido Republicano Progressista	29.10.91	-	-	-	16	370
PPS **	Partido Popular Socialista (Antigo PCB)	19.03.92	-	2	13	163	2569
PV *	Partido Verde	30.09.93	-	-	1	-	315
PT do B	Partido Trabalhista do Brasil	11.10.94	-	-	-	6	176
PPB **	Partido Progressista Brasileiro (Fusão PPR+PP)	16.11.95	1	2	51	617	7060
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (Antigo PRT)	19.12.95	-	-	-	-	3
PCB	Partido Comunista Brasileiro	09.05.96	-	-	-	-	1
PST *	Partido Social Trabalhista	28.08.96	-	-	5	16	408
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	18.02.97	-	-	-	4	165
PHS *	Partido Humanista da Solidariedade (Antigo PSN)	20.03.97	-	-	1	6	132
PSDC *	Partido Social Democrata Cristão (Antigo PDC)	05.08.97	-	-	1	8	243
PCO	Partido da Causa Operária	30.09.97	-	-	-	-	-
PTN *	Partido Trabalhista Nacional	02.10.97	1	-	1	2	82
PAN	Partido dos Aposentados da Nação	19.02.98	-	-	-	13	31
PSL *	Partido Social Liberal	02.06.98	-	-	5	26	487
PGT	Partido Geral dos Trabalhadores	02.09.99	-	-	-	-	26
Total			27	80 ^a	513	5.526	60.265

* Bancada na Câmara.

** Bancada na Câmara e Senado Federal.

^a não inclui o senador Benício Sampaio (PI), sem partido.

Fonte: TSE.

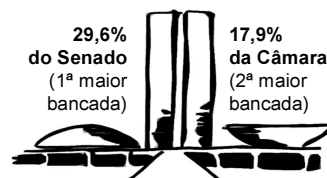
14. Perfil dos maiores partidos e seus políticos mais influentes



PMDB

Partido do Movimento Democrático Brasileiro

Criação: 30 de junho de 1981 Perfil ideológico: Centro Apóia FHC? Sim



História

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro surge em 1981, como herdeiro do MDB, partido de oposição ao regime militar. Em 1986, elege 22 dos 23 governadores. Ainda na década de 80, passa por rompimentos internos, e de uma dessas dissidências surge o PSDB. Em 1994, elege as maiores bancadas para o Congresso. Em 1995, ingressa na aliança de apoio de FHC. Já em 1998, abre mão da candidatura própria à Presidência da República e hoje faz parte da base de sustentação do governo Fernando Henrique Cardoso, ocupando alguns ministérios. Em dezembro de 1999, o PMDB perdeu temporariamente a liderança política do governador mineiro Itamar Franco, que abandonou o partido em meio a desentendimentos em torno da composição política montada para a reeleição do presidente FHC. Franco retornou ao PMDB em março de 2001. A importância de Jader Barbalho diminuiu depois que ele renunciou à presidência do Senado e ao mandato de senador devido a acusações de corrupção.

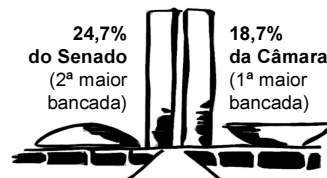
Principais Líderes

Itamar Franco (governador de Minas Gerais), Jarbas Vasconcellos (governador de Pernambuco), Michel Temer (presidente do partido), Pedro Simon (senador), José Sarney (ex-presidente da República), Jader Barbalho (ex-presidente do Senado).



Partido da Frente Liberal

Criação: 11 de setembro de 1986 Perfil ideológico: Direita Apóia FHC? Sim



História

Principal base de apoio da administração de Fernando Henrique Cardoso, ao lado do PSDB, o Partido da Frente Liberal nasce de uma dissidência do PDS (Partido Democrático Social), durante o processo político que culminou com a eleição do presidente Tancredo Neves, em 1985. É herdeiro político da Arena, que foi a base de sustentação do regime militar. Após o impeachment de Fernando Collor de Mello, ocupa espaço no governo de Itamar Franco, firma aliança com o PSDB para as eleições presidenciais de 1994 e conquista a Vice-Presidência. Em 1998, novamente aliado ao PSDB, o PFL reelege o vice-presidente, Marco Maciel. Possui a maior bancada da Câmara e a segunda maior do Senado. O PFL mantém no Nordeste suas principais bases eleitorais e políticas, onde o senador Antônio Carlos Magalhães e a governadora do Maranhão, Roseana Sarney, são importantes lideranças. Fora desse eixo, destacam-se nomes como César Maia, prefeito do Rio de Janeiro, Jaime Lerner, no Paraná, e Jorge Bornhausen, no Sul do país.

Principais Líderes

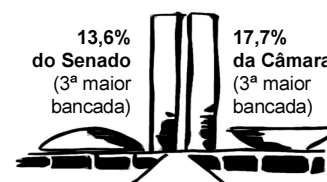
Marco Maciel (Vice-presidente da República), Jorge Bornhausen (presidente do partido), Roseana Sarney (governadora do Maranhão), Antônio Carlos Magalhães (ex-presidente do Senado), Inocêncio Oliveira (líder do partido na Câmara), Heráclito Fortes (líder do governo no Congresso), César Maia (prefeito do Rio de Janeiro).

Fonte: TSE, CSFB, Câmara dos Deputados, Senado Federal, Almanaque Abril.



Partido da Social Democracia Brasileira

Criação: 24 de agosto de 1989 Perfil ideológico: Centro Apóia FHC? Sim



História

O Partido da Social Democracia Brasileira nasce de uma dissidência do PMDB, em 1988. Defende o parlamentarismo. Participa do processo de impeachment do ex-presidente Collor e, com Itamar Franco na Presidência, assume alguns ministérios, entre eles o da Fazenda, ocupado por Fernando Henrique. Amparado pelo Plano Real, ele torna-se candidato à Presidência e, em aliança com o PFL, vence as eleições, em 1994, sendo reeleito em 1998. Possui a terceira maior bancada da Câmara e do Senado, além de ocupar os principais ministérios, como Saúde, Educação, Comunicações e Fazenda.

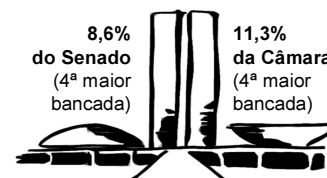
Principais Líderes

Fernando Henrique Cardoso (presidente da República), José Serra (ministro da Saúde), Tasso Jereissati (governador do Ceará), Paulo Renato Souza (ministro da Educação), Aécio Neves (presidente da Câmara dos Deputados), Geraldo Alckmin (governador de São Paulo), José Aníbal (presidente do partido).



Partido dos Trabalhadores

Criação: 11 de fevereiro de 1982 Perfil ideológico: Esquerda Apóia FHC? Não



História

Fundado em 1979, como fruto da redemocratização do país e das greves do ABC paulista, o Partido dos Trabalhadores tem como sua principal liderança nacional Luiz Inácio Lula da Silva, candidato a presidente derrotado em três ocasiões: 1989, 1994 e 1998. Sua atuação sobressai nas CPIs que investigam o esquema PC-Collor e os escândalos de corrupção na elaboração do Orçamento da União. Em 1994, faz seus primeiros governadores (Distrito Federal e Espírito Santo). Em 1998, elege governadores do Rio Grande do Sul, do Acre e de Mato Grosso do Sul. É o grande partido de esquerda e de oposição no país. Cresce no Congresso, nas prefeituras e elege prefeitos de seis capitais, em outubro de 2000, entre eles Tarso Genro, em Porto Alegre, Marta Suplicy, em São Paulo, e João Paulo, no Recife.

Principais Líderes

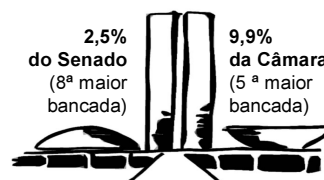
Luiz Inácio "Lula" da Silva (presidente de honra), José Dirceu (presidente do partido), José Eduardo Dutra (líder do partido no Senado), Eduardo Suplicy (senador), Marta Suplicy (prefeita de São Paulo), Aloizio Mercadante (deputado federal), José Genoíno (deputado federal), Tarso Genro (prefeito de Porto Alegre), Olívio Dutra (governador do Rio Grande do Sul), Cristóvam Buarque (ex-governador do Distrito Federal), Benedita da Silva (vice-governadora do Rio de Janeiro).

Fonte: TSE, CSFB, Câmara dos Deputados, Senado Federal, Almanaque Abril.



Partido Progressista Brasileiro

Criação: 16 de novembro de 1995 Perfil ideológico: Direita Apóia FHC?: Sim



História

O Partido Progressista Brasileiro surge da fusão do Partido Progressista Reformador (PPR) com o Partido Popular (PP). É também herdeiro político da Arena e do antigo Partido Democrático Social (PDS). Após a derrota de Paulo Maluf para Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, em 1985, perde grande parte de seus membros para o PFL. Em 1994, lança a candidatura do senador Espiridião Amin à Presidência da República. Em 1998, elege os governadores de Santa Catarina e Roraima. A grande figura nacional do partido continua sendo Paulo Maluf. Mesmo derrotado nas eleições municipais de 2000 em São Paulo, consegue boa votação no 2º turno (mais de 2 milhões de votos).

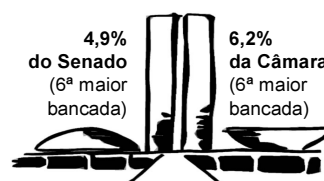
Principais Líderes

Pratini de Moraes (ministro da Agricultura), Francisco Dornelles (ministro do Trabalho), Paulo Maluf (ex-governador e ex-prefeito de São Paulo), Delfim Netto (deputado federal), Espiridião Amin (governador de Santa Catarina), Ângela Amin (prefeita de Florianópolis).



Partido Trabalhista Brasileiro

Criação: 3 de novembro de 1981 Perfil ideológico: Centro-direita Apóia FHC?: Não



História

Remanescente da era Vargas, o Partido Trabalhista Brasileiro ressurgiu em 1980, com a redemocratização do país e o pluralismo partidário. Em 1989 disputa a Presidência com o senador Afonso Camargo e apóia Fernando Collor de Melo no segundo turno. Em 1994 e 1998 apóia Fernando Henrique Cardoso. Em novembro de 2000, deputados do PTB e PDT iniciam conversações com o objetivo de fundir os dois partidos, mas as negociações não progrediram. Em meados de 2001, o PTB declara apoio a candidatura de Ciro Gomes (PPS) para presidente.

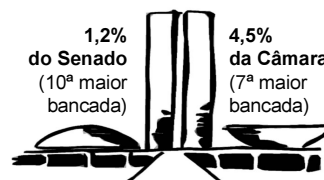
Principais Líderes

Roberto Jefferson (líder do partido na Câmara), Paulo Pereira da Silva (ex-líder sindical), Luiz Antonio Fleury (deputado federal, ex-governador de São Paulo), José Carlos Martinez (presidente do partido).



Partido Liberal

Criação: 25 de fevereiro de 1988 Perfil ideológico: Centro Apóia FHC?: Não



História

O Partido Liberal apoiou FHC em 1994 e Ciro Gomes em 1998. Planejava lançar Itamar Franco em 2002, mas o governador mineiro decidiu continuar no PMDB. Em outubro de 2001, o PL recebeu o senador José Alencar (MG), que deixou o PMDB e é cotado para ser vice em uma eventual chapa à presidência encabeçada por Lula.

Principais Líderes

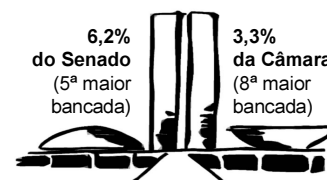
José Alencar (senador e empresário de Minas Gerais), Valdemar Costa Neto (presidente do partido), Luís Antônio de Medeiros (deputado e ex-líder sindical), Carlos Alberto Rodrigues Pinto (bispo e deputado).

Fonte: TSE, CSFB, Câmara dos Deputados, Senado Federal, Almanaque Abril, Folha de São Paulo (2/10/01).



Partido Democrático Trabalhista

Criação: 10 de novembro de 1981 Perfil ideológico: Esquerda Apóia FHC?: Não



História

Criado em maio de 1980, o Partido Democrático Trabalhista reivindica a herança política do ex-presidente Getúlio Vargas e consegue seu registro definitivo em 1981. Desde sua fundação, seu principal líder é Leonel Brizola. Em 1989 e 1994, ele disputa a Presidência da República e é derrotado. Nas eleições de 1998, Brizola sai como candidato a vice-presidente na chapa de Luiz Inácio Lula da Silva, que acaba em segundo lugar, derrotado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Candidato à prefeitura do Rio de Janeiro em 2000, fica em quarto lugar. O ano também é marcado por disputas pelo comando do PDT nacional, que colocam o governador Anthony Garotinho, do Rio de Janeiro, e o ex-governador Leonel Brizola em pólos opostos. Em novembro de 2000, deputados do PDT e PTB iniciam conversações com o objetivo de fundir os dois partidos, mas as negociações não frutificam. No mesmo mês, o governador Garotinho deixa o PDT e se filia ao PSB. Em 2001, o PDT discute se apóia Ciro Gomes, do PPS, ou lança candidato próprio à Presidência da República.

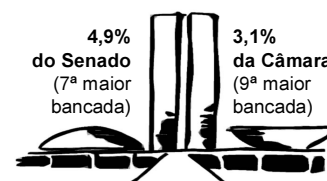
Principais Líderes

Leonel Brizola (ex-governador do Rio de Janeiro), Miro Teixeira (líder do partido na Câmara dos Deputados).



Partido Socialista Brasileiro

Criação: 1º de julho de 1988 Perfil ideológico: Esquerda Apóia FHC?: Não



História

Extinto pelo regime militar, o Partido Socialista Brasileiro é refundado em 1985. Nas eleições presidenciais de 1989, apóia a candidatura de Lula, repetindo a aliança em 1994 e 1998. Naquele ano, o PSB elege os governadores do Amapá e de Alagoas. Em 1997, recebe o reforço dos deputados José Pinotti (ex-PMDB), Gilvan Freire (também ex-PMDB), Domingos Leonelli (ex-PSDB) e Luiza Erundina (ex-PT). Sobressaem no partido, que vem crescendo, as lideranças do governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, da deputada federal Luiza Erundina e do governador do Amapá, João Alberto Capiberibe. Em 2001, o ex-prefeito do Rio de Janeiro, Luiz Paulo Conde, deixou o PFL e se filiou ao PSB, mas o partido perdeu o prefeito de Belo Horizonte, Célio de Castro, para o PT.

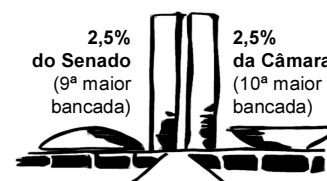
Principais Líderes

Anthony Garotinho (governador do Rio de Janeiro), Luiza Erundina (deputada federal e ex-prefeita de São Paulo), Luiz Paulo Conde (ex-prefeito do Rio de Janeiro).



Partido Popular Socialista

Criação: 19 de março de 1992 Perfil ideológico: Centro-esquerda Apóia FHC? Não



História

Fundado em 1990, o Partido Popular Socialista substitui o antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Nas eleições presidenciais de 1998, o candidato Ciro Gomes fica em terceiro lugar, com 10,95% dos votos. Favorecido por esse bom desempenho nas eleições, o partido cresce em todo o país. O PPS aumenta suas bases ao ocupar uma faixa de centro-esquerda - posição intermediária entre a direita liberal e a esquerda socialista.

Principais Líderes

Ciro Gomes (ex-governador do Ceará), Roberto Freire (líder do partido no Senado), Antônio Brito (ex-governador do Rio Grande do Sul).

Fonte: TSE, CSFB, Câmara dos Deputados, Senado Federal, Almanaque Abril.

15. Alianças garantem a governabilidade

O grande número de partidos, sua diversidade ideológica e a pulverização de interesses regionais no Congresso tornam necessária a constituição de alianças partidárias para garantir a governabilidade. Desde o fim do Regime Militar em 1985, todos os presidentes que concluíram seus mandatos contaram com uma forte e ampla estrutura político-partidária. A tabela abaixo mostra os últimos presidentes e suas coligações de sustentação. Eleito vice-presidente de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral, José Sarney assumiu depois que Tancredo faleceu inesperadamente. Sarney contou com o apoio da Aliança Democrática, composta pelos dois maiores partidos do país (PMDB e PFL) e, apesar de ter fracassado em uma série de tentativas heterodoxas para reduzir a inflação, completou com sucesso a transição do país do autoritarismo para um regime democrático. Já Fernando Collor foi o primeiro presidente eleito pelo voto democrático desde 1960, mas, apesar de contar com a legitimidade das urnas, não logrou costurar sólida maioria no Congresso. Collor pertencia ao pequeno PRN, criado quase que exclusivamente em torno de sua campanha presidencial. Aliado a partidos inexpressivos como o PST e o PSL, Collor acabou sofrendo um processo de impeachment e, isolado politicamente, renunciou. Com a saída de Collor, o então vice-presidente, Itamar Franco, assumiu. Governando com o respaldo de seu partido, o PMDB, Itamar concluiu seu mandato depois de implementar com sucesso o Plano Real e eleger seu sucessor, Fernando Henrique Cardoso. Desde seu primeiro mandato, FHC costurou uma ampla aliança de sustentação política, formada pelos quatro maiores partidos do país. Isso lhe permitiu garantir a estabilidade da moeda e realizar importantes reformas estruturais.

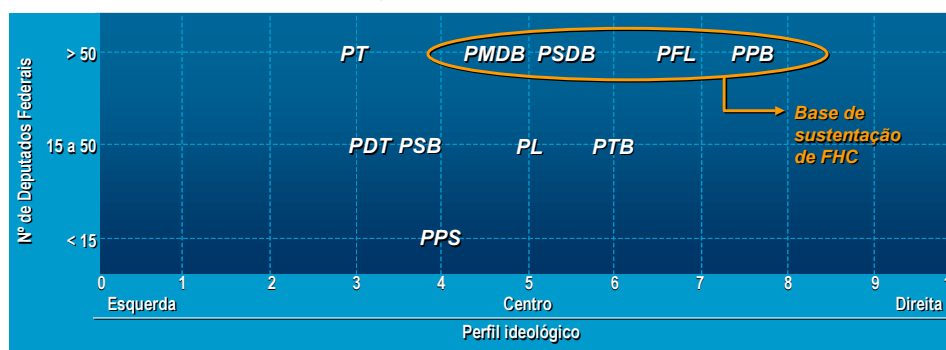
Os últimos presidentes e suas coligações partidárias

Presidente	Mandato	Partido	Coligação
José Sarney	15/03/1985 a 15/03/1990	PMDB	Aliança democrática (PMDB, PFL)
Fernando Collor	15/03/1990 a 02/10/1992	PRN	PRN, PST, PSL
Itamar Franco	02/10/1992 a 01/01/1995	PMDB	PRN, PST, PSL
Fernando Henrique Cardoso	1º mandato: 01/01/1995 a 01/01/1999	PSDB	PSDB, PFL, PMDB, PPB
Fernando Henrique Cardoso	2º mandato: 01/01/1999 a 31/12/2002	PSDB	PSDB, PFL, PMDB, PPB

Fonte: Presidência da República (<http://www.planalto.gov.br>), CSFB, TSE.

O diagrama abaixo posiciona ideologicamente os principais partidos brasileiros. Note que não há partidos de extrema direita ou extrema esquerda. O PPB e o PFL são retratados como partidos de direita, enquanto, PT, PDT e PSB são definidos como de esquerda. O PTB é apontado como um partido de centro-direita e o PPS como de centro-esquerda. Três partidos são retratados como de centro: PMDB, PSDB e PL.

Posicionamento ideológico dos principais partidos brasileiros



Fonte: CSFB.

A atual base de sustentação do presidente FHC é indicada pelo círculo no diagrama acima que engloba PMDB, PSDB, PFL e PPB. Embora esta aliança tenha perfil ideológico de centro-direita, muitos dos políticos que a ela pertencem não compartilham a mesma ideologia. Vários “governistas” têm pouco ou até mesmo nenhum compromisso com o programa de governo de FHC. Um dos exemplos é o governador de Minas Gerais e ex-presidente da República, Itamar Franco, que apesar de integrar o PMDB, faz forte oposição a FHC. Exemplos como esse não são raros e muitas vezes fazem com que a classificação ideológica dos partidos brasileiros perca o sentido, dificultando o entendimento do quadro político nacional.

16. Baixo grau de fidelidade partidária

Embora a maioria governista no Congresso seja numericamente expressiva, o reduzido grau de fidelidade partidária dificulta a coordenação e a convergência de interesses para a aprovação de matérias de interesse do Executivo. A ausência de fidelidade partidária tem pelo menos três origens: (1) as disparidades regionais, que geram conflitos de interesse entre diretórios estaduais de um mesmo partido; (2) “as distorções nas representações estaduais na Câmara Federal”, que fazem com que deputados do Sudeste necessitem proporcionalmente mais votos para se elegerem do que deputados do Norte e Nordeste; e (3) “o sistema eleitoral proporcional (em oposição a um sistema distrital), que enfraquece notavelmente as unidades partidárias”. Isso leva os partidos a se tornarem “meros cartórios, que detêm dois recursos: os horários gratuitos na TV e o acesso às benesses governamentais.”¹⁶

De acordo com a legislação brasileira, políticos que pretendem disputar cargos eletivos não podem trocar de partido durante os 12 meses que antecedem as eleições, caso contrário, tornam-se inelegíveis. Os círculos no quadro abaixo mostram que os deputados brasileiros tendem a trocar de partido principalmente no início de legislaturas e de mandatos de presidentes do Congresso (fevereiro de anos ímpares) e cerca de 12 meses antes da realização de eleições (setembro e outubro de anos ímpares).

Número de desfiliações de deputados federais

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	No ano
1999	1	51	5	1	6	3	1	6	16	4	1	1	96
2000	5	9	1	1	1	2	1	3	1	3	2	10	39
2001	5	18	4	4	14	8	2	5	13	16	-	-	89

Fonte: Câmara dos Deputados, consultores políticos.

O Brasil teve eleições para prefeitos e vereadores em outubro de 2000. Em setembro de 1999 (12 meses antes das eleições), 16 deputados trocaram de partido. Depois de Set/99 e até as eleições de Out/00, uma média de apenas 2,5 deputados trocaram de partido a cada mês. Como os políticos que pretendem disputar as próximas eleições presidenciais estão impossibilitados de trocar de partido desde 6 de outubro de 2001, o grau de incerteza em relação às eventuais movimentações de candidatos entre diferentes partidos foi temporariamente reduzido.

O baixo grau de fidelidade partidária não se restringe aos parlamentares. Os próprios eleitores têm dificuldade em se identificar com um único partido político. Pesquisa realizada em outubro de 2001 indicou que 54,1% dos eleitores não sabem ou não querem afirmar por que partido “torcem ou têm simpatia”. O PT tem o maior número de admiradores (19,6% dos entrevistados afirmam torcer ou ter simpatia pelo partido), seguido pelo PMDB (13,8%). O PFL (5,0%) vem em distante terceiro lugar, seguido de perto pelo PSDB (3,7%). Os números mostram que o eleitor do PT é mais fiel à legenda do que os eleitores de outros partidos. Eles também mostram que o alcance nacional do PMDB o coloca entre os partidos mais lembrados pelos eleitores, bem à frente dos outros partidos da base governista, como PFL e PSDB.

**Por qual partido político o eleitor torce ou tem mais simpatia
(% de entrevistados)**

	Out/01
PT	19.6%
PMDB	13.8%
PFL	5.0%
PSDB	3.7%
PTB	1.2%
Outros	2.6%
Não Sabe / Não Respondeu	54.1%

Fonte: CNT/Sensus.

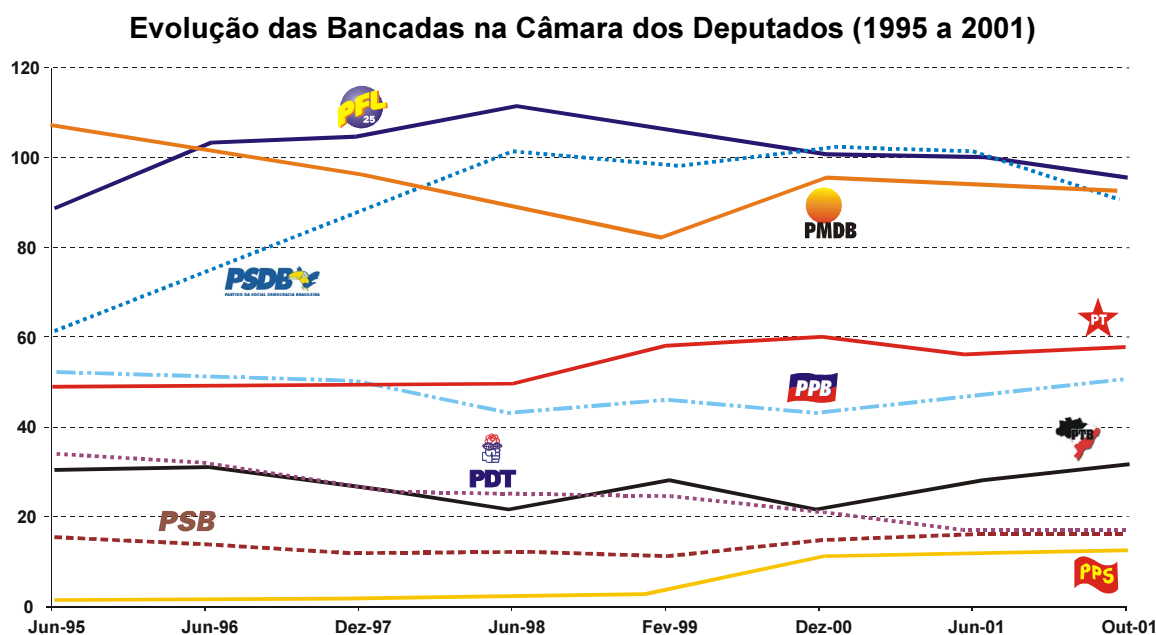
¹⁶ Para uma análise resumida sobre esse tema, ver, por exemplo, Serra, J. “Os Ônibus da Política” em Folha de São Paulo (6/10/97).

17. Distribuição partidária das cadeiras do Congresso

Evolução da distribuição partidária das cadeiras do Congresso

Levando em consideração a evolução da distribuição partidária das cadeiras no Congresso e o comportamento de parlamentares em votações no Congresso, é possível afirmar que o PMDB é o partido mais fragmentado da base, seguido pelo PSDB (partido do presidente FHC), enquanto PPB e PFL demonstram maior unidade.

A fidelidade partidária entre parlamentares da oposição é maior do que entre governistas, mas isso não impediu a migração de políticos da oposição de um partido para outro. Nos últimos seis anos, o PDT, segundo maior partido da oposição, perdeu metade de seus deputados, enquanto o PT passou de 49 para 58 deputados. No mesmo período, o PPS, partido do ex-governador do Ceará e presidenciável, Ciro Gomes, aumentou de 2 para 13 suas cadeiras na Câmara.



Fonte: Câmara dos Deputados.

Desde que o presidente FHC venceu as eleições de 1994, o PSDB atraiu um número crescente de deputados, criando condições para o partido de FHC disputar a hegemonia de assentos na Câmara com o PFL e o PMDB. Isto acabou levando os três maiores partidos da base governista (PMDB, PSDB e PFL) a lutarem de forma acirrada pelas presidências da Câmara e do Senado no início de 2001. Essa disputa, que acabou levando à renúncia três influentes senadores da época (A. C. Magalhães do PFL, J. Barbalho do PMDB e J. R. Arruda do PSDB), pode ter implicações importantes para a construção de alianças em torno das candidaturas à Presidência da República em 2002, já que (1) o ministro da Saúde, José Serra (PSDB), foi um dos articuladores da aliança que elegeu Aécio Neves (PSDB) presidente da Câmara dos Deputados e Jader Barbalho (PMDB) presidente do Senado; e (2) o isolamento do PFL do comando do Legislativo foi prejudicial à candidatura de Tasso Jereissati para a sucessão de FHC, já que o governador do Ceará se relaciona melhor com o PFL do que com o PMDB.

Atual distribuição partidária das cadeiras do Congresso

Atualmente, a coalizão governista controla 67% dos assentos na Câmara e 72% do Senado. O PMDB é o partido com a maior bancada no Congresso, contando com 18% dos assentos da Câmara e 30% das cadeiras do Senado. O PFL tem a maior bancada na Câmara e a segunda maior no Senado. O PSDB é o 3º maior partido do Congresso. Já o PT é o maior partido de oposição no Congresso, controlando 11% das cadeiras da Câmara e 9% do Senado.

Bancadas dos partidos no Congresso Nacional (Novembro 2001)

Partido	Ideologia	Senado		Câmara	
		Nº	%	Nº	%
Governo		58	71.6%	341	66.5%
PFL	Direita	20	24.7%	96	18.7%
PMDB	Centro	24	29.6%	92	17.9%
PSDB	Centro	11	13.6%	91	17.7%
PPB	Direita	2	2.5%	51	9.9%
Outros ¹		1	1.2%	11	2.1%
Oposição		23	28.4%	172	33.5%
PT	Esquerda	7	8.6%	58	11.3%
PTB	Centro-direita	4	4.9%	32	6.2%
PL	Centro-direita	1	1.2%	23	4.5%
PDT	Esquerda	5	6.2%	17	3.3%
PSB	Esquerda	4	4.9%	16	3.1%
PPS	Centro-esquerda	2	2.5%	13	2.5%
Outros ²		0	0.0%	13	2.5%
Total		81	100.0%	513	100.0%

¹ Inclui os deputados do PST (5), PSL (5), PHS (1) e o senador Benício Sampaio (Piauí).

² Inclui os deputados do PC do B (10), PSDC (1), PTN (1) e PV (1).

Fonte: Câmara, Senado, CSFB.

O quadro abaixo sugere que o PDT e o PPB são os partidos que correm o maior risco de terem suas bancadas no Senado reduzidas a partir de 2003. Todos os senadores desses partidos disputarão as eleições de 2002 e nenhum deles tende a contar com o apoio dos governadores dos estados pelos quais concorrerão. Entre os partidos da oposição (à exceção do PDT), PPS e PT têm uma posição mais confortável, já que o mandato de cerca de metade dos senadores desses partidos só expirará em 2006. Entre os partidos governistas (à exceção do PPB), PFL e PSDB terão de renovar cerca de 70% de seus senadores, mas os candidatos do PFL ao Senado tendem a ter mais apoio dos governadores estaduais do que os candidatos do PSDB. O PMDB tem uma situação ligeiramente menos desfavorável do que PSDB e PFL, já que os mandatos de 60% dos senadores do partido expiram em 2002. Por outro lado, apenas 8% dos senadores do PMDB tendem a contar com o apoio dos governadores. O quadro é um importante indicador de que as bancadas dos atuais partidos governistas no Senado tendem a diminuir em 2003, em troca de um potencial crescimento das bancadas dos atuais partidos de oposição. Isso sinaliza que o próximo presidente não tende a ter uma maioria tão expressiva no Senado quanto a do atual governo.

Perspectiva de renovação das bancadas no Senado em 2002

Partido	Bancada atual	Cadeiras em disputa	% da bancada atual	% Senadores candidatos que contam com o apoio do governo estadual
PMDB	25	15	60	8
PFL	20	14	70	40
PSDB	13	9	69	15
PT	7	4	57	29
PDT	4	4	100	0
PTB	4	3	75	0
PSB	3	2	67	0
PPB	2	2	100	0
PPS	2	1	50	0
TOTAL	80	54		

Obs: 1 dos 81 senadores não fez parte da sondagem.

Fonte: IBEP.

Além da distribuição partidária dos assentos do Congresso, a influência dos partidos nos estados e municípios também é um importante indicador da estrutura de sustentação político-partidária que os candidatos a presidente terão nas eleições de 2002.

18. Distribuição partidária dos estados

Historicamente, o PMDB tem comandado a maioria dos estados brasileiros, mas passou a dividir essa hegemonia com o PSDB e o PFL desde que esse dois partidos chegaram à presidência. O PT tem tido dificuldade para expandir sua área de influência sobre outros estados que não o Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Acre, que juntos abrigam apenas 8% do eleitorado nacional. Em cada uma das três eleições diretas desde o fim do Regime Militar, o PT elegeu apenas cerca de 10% dos governadores do país.

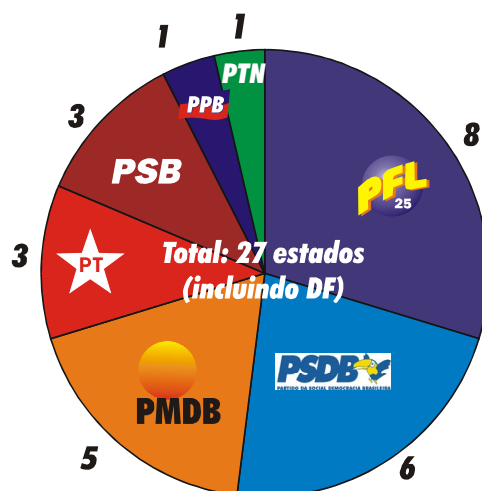
Evolução da distribuição partidária dos governadores

Partido	1982	1986	1990	1994	1998	2001
PFL	-	1	7	2	6	8
PSDB	-	-	-	6	7	6
PMDB	9	22	8	9	6	5
PT	-	-	-	2	3	3
PSB	-	-	-	2	2	3
PPB (PDS+PPR)	12	-	2	3	1	1
PDT	1	-	3	2	1	-
PTB	-	-	2	1	1	-
PTR/PP	-	-	2	-	-	-
PRS	-	-	1	-	-	-
PSC	-	-	1	-	-	-
PTN	-	-	-	-	-	1
Total	22	23	26	27	27	27

Fonte: consultores políticos.

Os partidos da base governista atualmente governam 20 dos 27 estados do País (incluindo o Distrito Federal). O PFL tem oito governadores, o PSDB seis, o PMDB cinco e o PPB um. Dois partidos da oposição (PT e PSB) controlam três estados cada um e o pequeno PTN tem um único governador que pertencia ao PSDB, mas deixou o partido acusado de corrupção.

Distribuição partidária dos estados em 2001



Fonte: governos estaduais.

19. Distribuição partidária das prefeituras

Nas últimas duas décadas, o PMDB controlou mais prefeituras do que qualquer outro partido, mas perdeu espaço significativo para o PSDB após 1995. Desde 1992, o PSDB também passou a controlar prefeituras antes dominadas pelo PFL e atualmente cada um destes partidos controla pouco mais de 18% das prefeituras do País.

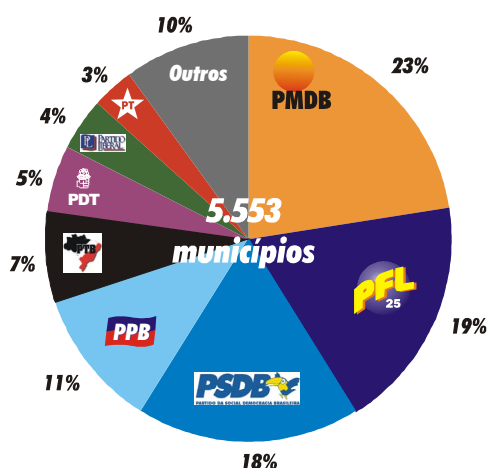
Evolução da distribuição partidária das prefeituras

	1982	1988	1992	1996	2000
PMDB	35%	37%	34%	24%	23%
PFL	-	25%	20%	17%	19%
PSDB	-	0%	7%	17%	18%
PPB	64%	10%	8%	12%	11%
PTB	0%	8%	6%	7%	7%
PDT	1%	4%	8%	8%	5%
PL	-	6%	3%	4%	4%
PT	0%	1%	1%	2%	3%
Outros	0%	8%	13%	8%	10%
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: IBEP.

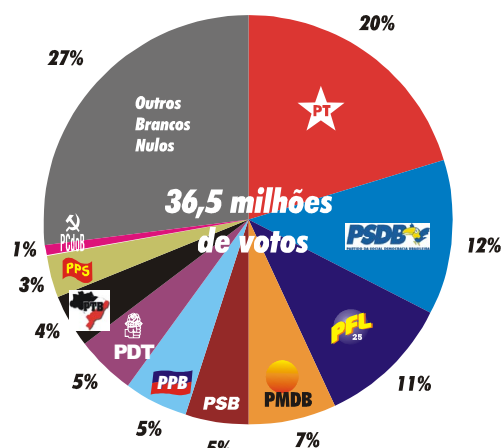
Os partidos da coalizão governista (PMDB, PFL, PSDB, PPB) atualmente controlam 71% das mais de 5.500 prefeituras do País, mas receberam 35% dos votos nas principais cidades brasileiras (capitais e cidades com mais de 200 mil eleitores). Se falta ao PT maior influência em nível estadual, o mesmo não pode ser dito da influência do partido em nível municipal. Nas eleições municipais de 2000, nenhum outro partido foi tão bem votado nas principais cidades do Brasil quanto o PT. O PT elegeu o prefeito de apenas 3% dos municípios brasileiros, mas governa 7 capitais (entre elas São Paulo e Belo Horizonte, as duas maiores cidades do País, além de Porto Alegre e Recife) e recebeu 20% dos votos dos municípios mais importantes. Isso sinaliza a crescente influência do partido no eleitorado das grandes metrópoles marcadas por problemas sociais como desemprego e violência, que certamente serão tema da campanha sucessória de 2002.

**Distribuição partidária das prefeituras
(em 2000)**



Fonte: TSE.

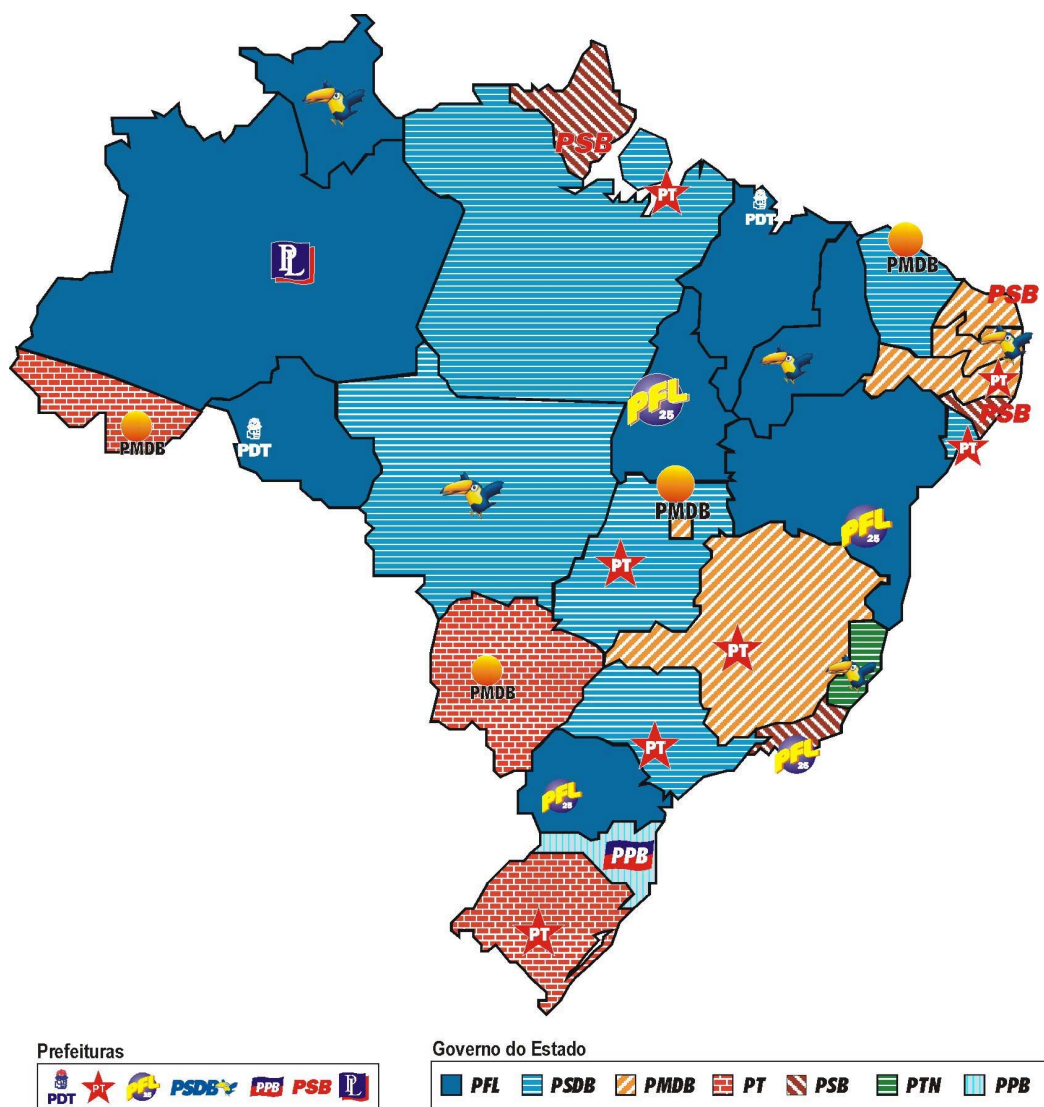
**Distribuição partidária dos votos nas capitais e
cidades com mais de 200 mil eleitores (em 2000)**



Fonte: TSE.

Enquanto os partidos governistas apresentam estruturas políticas diversificadas, com presença significativa no Congresso, em importantes estados e na maioria dos municípios do País, o PT concentra-se basicamente nas grandes regiões metropolitanas, não tendo presença relevante no interior do país, que continua basicamente sob o domínio do PMDB, PFL e, mais recentemente, do PSDB. O mapa abaixo mostra que o PMDB (cor laranja) é o partido com a presença mais homogeneamente distribuída no país, seguido pelo PSDB (azul). O PFL (azul marinho) tem presença relevante no Norte/Nordeste e no Paraná, mas está ausente do maior colégio eleitoral do País, o Sudeste (44% do eleitorado). Já a presença do PT (vermelho) restringe-se à faixa litorânea. As logomarcas dos partidos identificam as capitais estaduais governadas por cada partido. Note a predominância do PT e sua concentração geográfica, principalmente, nas capitais dos estados litorâneos.

Distribuição partidária dos estados e capitais brasileiros



Dada a simultaneidade de eleições em 2002 (presidente da República, governadores, deputados federais e estaduais, além de senadores), as alianças em torno das candidaturas aos governos estaduais e ao Senado são particularmente relevantes para determinar o grau de apoio que determinado candidato a presidente tende a receber nacionalmente. Muitos estados procuram adotar uma lógica sucessória própria, com a construção de coligações partidárias que não necessariamente se replicarão na candidatura para presidente da República. O acompanhamento da popularidade dos atuais governadores e dos pré-candidatos às sucessões estaduais é fundamental para o melhor entendimento das reais condições sob as quais os candidatos à Presidência da República disputarão a sucessão de FHC.

A tabela abaixo traz a popularidade dos governadores de 11 estados brasileiros em junho e dezembro de 2001. Ela mostra que a governadora do Maranhão e presidenciável do PFL, Roseana Sarney, é a governadora mais bem avaliada do País. O governador do Ceará, Tasso Jereissati, um dos presidenciáveis do PSDB, e o governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, um dos presidenciáveis da oposição (PSB), também gozam de boa popularidade. O governador de Pernambuco, Jarbas Vasconcelos (PMDB), potencial candidato a vice-presidente em chapa encabeçada por José Serra (PSDB), também tem boa aceitação em seu estado. Já o governador de Minas Gerais e presidenciável do PMDB, Itamar Franco, perdeu boa parte de sua popularidade no segundo semestre de 2001, mas sua taxa de aprovação (“ótimo/bom”) ainda supera significativamente sua taxa de reprovação (“ruim/péssimo”). O mesmo não ocorre com Olívio Dutra, governador do quinto colégio eleitoral do País e do estado mais importante administrado pelo PT. Dutra é um dos governadores mais impopulares do País e, recentemente, foi acusado de ter recebido recursos de campanha obtidos ilegalmente com o jogo do bicho. O governador do Paraná, único estado das regiões Sul e Sudeste comandado pelo PFL, tem a pior avaliação entre os governadores listados.

Popularidade dos governadores de 11 estados brasileiros

Posição no ranking		Governador	Estado	% do eleitorado	Índice de popularidade ^a	Taxa de aprovação		Nota média ^b
Dez/01	Jun/01					Ótimo/Bom	Ruim/Péssimo	
1º	*	Roseana Sarney (PFL)	Maranhão	2.9%	163	70	7	8.1
2º	2º	Tasso Jereissati (PSDB)	Ceará	4.2%	154	63	9	7.5
3º	1º	Anthony Garotinho (PSB)	Rio de Janeiro	9.0%	153	62	9	7.2
4º	3º	Jarbas Vasconcelos (PMDB)	Pernambuco	4.8%	136	49	13	6.6
5º	6º	César Borges (PFL)	Bahia	7.5%	135	46	11	6.6
**	4º	Espiridião Amin (PPB)	Santa Catarina	3.3%	139	52	13	6.5
6º	7º	Geraldo Alckmin (PSDB)	São Paulo	22.1%	127	41	14	6.0
7º	8º	Joaquim Roriz (PMDB)	Distrito Federal	1.2%	119	42	23	5.9
8º	5º	Itamar Franco (PMDB)	Minas Gerais	11.2%	122	41	19	5.8
9º	10º	Olívio Dutra (PT)	Rio Grande do Sul	6.5%	94	24	30	4.8
10º	9º	Jaime Lerner (PFL)	Paraná	5.9%	89	26	37	4.8

^a Taxa de aprovação menos taxa de reprovação mais 100.

^b De 0 a 10.

* Não incluída no ranking de Jun/01.

** Não incluído no ranking de Dez/01.

Fonte: Datafolha (jornal Folha de São Paulo de 2/7/01 e 24/12/01), TSE.

O mapa seguinte mostra os prováveis candidatos aos governos estaduais em 2002, segundo o jornal O Globo. Ele revela que o PT ainda não tem candidatos potenciais a governador na maioria dos estados do interior do País, particularmente nas regiões Norte (à exceção do Acre, já governado pelo PT, e do Pará) e Centro-Oeste (à exceção do Mato Grosso do Sul, já governado pelo PT, e do Distrito Federal). O principal partido de oposição também não aparece em situação particularmente privilegiada para eleger os governadores dos quatro estados mais importantes do País: (1) em São Paulo, o governador Geraldo Alckmin tem boa popularidade e provavelmente concorrerá à reeleição; (2) em Minas Gerais, o popular prefeito de Belo Horizonte e potencial candidato do PT à sucessão estadual, Célio de Castro, recentemente sofreu uma isquemia cerebral que praticamente inviabiliza sua candidatura. Além disso, o atual governador mineiro, Itamar Franco (PMDB), tem boa popularidade e, caso não concorra à Presidência da República, poderá optar pela reeleição. O PSDB também tem dois potenciais candidatos competitivos ao governo mineiro: o ex-governador Eduardo Azeredo e o presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves; (3) no Rio Grande do Sul, o governador petista Olívio Dutra tem um dos piores índices de aprovação do país e está às voltas com acusações de corrupção; (4) o PT tem melhores chances no Rio de Janeiro, onde a vice-governadora, a petista Benedita da Silva, poderá se beneficiar caso o atual governador Anthony Garotinho (PSB) se afaste do cargo para concorrer à Presidência da República. Ainda assim, o difícil relacionamento entre governador e vice-governadora e a influência do atual prefeito do Rio de Janeiro, César Maia (PFL), podem dificultar a eleição de Benedita da Silva. Assim, o PT deve continuar tendo dificuldades para criar uma ampla estrutura partidária centrada no controle de estados espalhados por todo território nacional.

O menor número de candidatos competitivos do PT às sucessões estaduais indica que o partido tem pouca moeda de troca a oferecer na construção de coligações em torno da candidatura de Lula para presidente. O inverso ocorre com os partidos governistas. Segundo o mapa, o PMDB tende a ter candidatos competitivos em pelo menos 15

estados¹⁷, seguido de perto pelo PSDB e, em menor grau, pelo PFL. A exemplo do PT, o PFL também tende a ter candidatos pouco competitivos nos quatro maiores estados do País e, no Paraná, o atual prefeito de Curitiba e potencial candidato à sucessão estadual, Cássio Taniguchi, é acusado de irregularidades durante a campanha que o reelegeram. Isso pode levar o PFL a perder o comando do único estado que governa nas regiões Sul e Sudeste, que juntas abrigam 60% do eleitorado.

Em suma, PMDB e PSDB são os partidos com maiores chances de alavancar apoio aos seus candidatos à presidência utilizando os palanques estaduais como moeda de troca. Os partidos de oposição e o PFL têm menor espaço de barganha nesse sentido.

Os prováveis candidatos nos Estados



Fonte: Jornal O Globo (1/10/01).

¹⁷ Baseado na análise do mapa acima e em artigo do jornal O Globo de 11 de dezembro de 2001.

O desempenho dos prefeitos de importantes capitais do País e a sinergia entre eles e os governadores também podem condicionar o grau de apoio e o potencial eleitoral de eventuais candidatos a presidente. Uma análise da distribuição das prefeituras revela que em 8 dos 26 casos (31% do total), o estado e sua respectiva capital são controlados por políticos do mesmo partido. Quando o mesmo partido não controla o estado e sua respectiva capital, a combinação mais comum é estado controlado pelo PSDB e a capital pelo PT. Assim, a dinâmica de governo e o grau de harmonia ou rivalidade entre prefeito de capital e governador pode ser um importante indicador da disposição de votar para a oposição (PT) ou para o governo (PSDB). O principal pré-candidato da oposição à Presidência da República reconhece que o desempenho dos principais prefeitos do PT será importante indicador da competência administrativa do partido para governar o país: “Tenho consciência de que se alguma administração do PT estiver muito ruim, isso pode ser desastroso do ponto de vista eleitoral.”¹⁸ O quadro abaixo traz a popularidade dos prefeitos de algumas das capitais mais importantes do País. Os principais prefeitos do PT são: Marta Suplicy (São Paulo), Célio de Castro (Belo Horizonte), Tarso Genro (Porto Alegre) e João Paulo Lima e Silva (Recife). Entre esses, a prefeitura mais importante e emblemática para o PT é a de São Paulo, justamente a pior avaliada pelos eleitores. A avaliação do prefeito mais bem avaliado do PT (Tarso Genro) pode ser parcialmente prejudicada por respingos das acusações de corrupção contra o governador do Rio Grande do Sul, também do PT.

Popularidade dos prefeitos de 10 das capitais mais importantes do País

Posição no ranking		Prefeito	Capital	% do eleitorado	Índice de popularidade ^a	Taxa de aprovação		Nota média ^b
Dez/01	Jun/01					Ótimo/Bom	Ruim/Péssimo	
*	1º	Ângela Amin (PPB)	Florianópolis	0.2%	158	68	10	7.0
1º	**	Jackson Lago (PDT)	São Luís	0.4%	133	46	13	6.9
2º	2º	Antônio Imbassahy (PFL)	Salvador	1.3%	146	57	11	6.7
3º	3º	Tarso Genro (PT)	Porto Alegre	0.9%	136	47	11	6.1
4º	4º	Cássio Taniguchi (PFL)	Curitiba	1.0%	125	46	21	5.6
5º	6º	Célio de Castro (PT)	Belo Horizonte	1.4%	118	39	21	5.6
6º	8º	Juraci Magalhães (PMDB)	Fortaleza	1.1%	106	35	29	5.5
7º	5º	João Paulo (PT)	Recife	0.9%	98	28	30	5.4
8º	7º	César Maia (PFL)	Rio de Janeiro	3.9%	105	27	22	5.2
9º	9º	Marta Suplicy (PT)	São Paulo	6.5%	94	28	34	4.8

^a Taxa de aprovação menos taxa de reprovação mais 100.

^b De 0 a 10.

* Não incluída no ranking de Dez/01.

** Não incluído no ranking de Jun/01.

Fonte: Datafolha (jornal Folha de São Paulo de 2/7/01 e 1/1/02), TSE.

Margem de erro: 2%.

20. Tempo de propaganda em rádio e TV

A televisão é o principal meio de comunicação entre candidato e eleitor e constitui um dos principais instrumentos de homogeneização do eleitorado nacional. O rádio tem mais peso fora dos horários oficiais e os jornais atingem um público bem mais restrito. O Brasil é hoje o sexto país do mundo em números de aparelhos de TV instalados. O número de domicílios brasileiros com televisores saltou de 15,9 milhões em 1982 para 33,7 milhões em 1995. Atualmente, mais de 85% do total de domicílios do País possuem televisão. A Rede Globo, principal emissora de televisão do País, atinge praticamente a totalidade dos domicílios com televisores¹⁹.

Propaganda eleitoral antes do 1º turno das eleições

A legislação eleitoral brasileira concede tempo gratuito de propaganda política nas rádios e TVs para todos os partidos disputando cargos eletivos durante os 45 dias que antecedem as eleições. Esse tempo é dividido em dois blocos de 25 minutos cada. Dois terços deste tempo são distribuídos de forma proporcional ao tamanho das bancadas dos partidos na Câmara dos Deputados no início da legislatura. O terço restante é distribuído igualmente entre todos os candidatos. Além disso, 30 minutos diários adicionais são divididos igualmente entre os candidatos e dedicados a inserções de até 60 segundos, veiculadas ao longo de toda a programação.

¹⁸ Lula em entrevista ao jornal Valor publicada em 16/3/01

¹⁹ Dados do site do Ministério de Relações Exteriores e IBGE (para o total de domicílios).

Os blocos de propaganda política dos candidatos à presidência irão ao ar às terças e quintas-feiras e aos sábados das 7h00 às 7h25 e das 12h00 às 12h25 no rádio e das 13h00 às 13h25 e das 20h30 às 20h55 na televisão. Assumindo que todos os partidos com representação na Câmara no início da atual legislatura (15/2/99) lancem candidatos próprios para presidente, os 50 minutos diários de propaganda eleitoral seriam distribuídos da seguinte maneira:

Distribuição do tempo de propaganda eleitoral gratuita

	Deputados (15/2/99)	Tempo proporcional (A)			Tempo adicional (B)			Tempo total (C=A+B)		
		min.	seg.	% de (A)	min.	seg.	% de (B)	min.	seg.	% de (C)
PFL	105	6	49	20.5%	0	56	5.6%	7	45	15.5%
PSDB	99	6	26	19.3%	0	56	5.6%	7	22	14.7%
PMDB	83	5	24	16.2%	0	56	5.6%	6	19	12.6%
PPB	60	3	54	11.7%	0	56	5.6%	4	49	9.6%
PT	59	3	50	11.5%	0	56	5.6%	4	46	9.5%
PTB	31	2	1	6.0%	0	56	5.6%	2	56	5.9%
PDT	25	1	37	4.9%	0	56	5.6%	2	33	5.1%
PSB	18	1	10	3.5%	0	56	5.6%	2	6	4.2%
PL	12	0	47	2.3%	0	56	5.6%	1	42	3.4%
PC do B	7	0	27	1.4%	0	56	5.6%	1	23	2.8%
PPS	3	0	12	0.6%	0	56	5.6%	1	7	2.2%
PSD	3	0	12	0.6%	0	56	5.6%	1	7	2.2%
PMN	2	0	8	0.4%	0	56	5.6%	1	3	2.1%
PSC	2	0	8	0.4%	0	56	5.6%	1	3	2.1%
Prona	1	0	4	0.2%	0	56	5.6%	0	59	2.0%
PSL	1	0	4	0.2%	0	56	5.6%	0	59	2.0%
PST	1	0	4	0.2%	0	56	5.6%	0	59	2.0%
PV	1	0	4	0.2%	0	56	5.6%	0	59	2.0%
TOTAL	513	33	20	100.0%	16	40	100.0%	50	0	100.0%

Fonte: Câmara dos Deputados, Folha de São Paulo (16/6/01), CSFB.

Devido à sua maioria na Câmara dos Deputados, os partidos da base governista têm direito a significativamente mais tempo de propaganda eleitoral gratuita do que os partidos da oposição. Caso os quatro maiores partidos da base governista (PFL, PSDB, PMDB e PPB) se unissem em torno de um único candidato a presidente, esse candidato teria direito a mais de 65% do tempo proporcional de propaganda gratuita, o que certamente lhe conferiria uma vantagem considerável sobre os candidatos da oposição.

Caso o PMDB lance candidato próprio à sucessão de FHC, este candidato (por exemplo, o governador mineiro Itamar Franco) teria menos da metade do tempo de TV de um candidato hipoteticamente apoiado por uma aliança PSDB-PFL-PPB.

Entre os candidatos governistas, uma chapa PSDB-PMDB (ex: José Serra/Jarbas Vasconcelos) teria um pouco mais de tempo na TV do que uma chapa PFL-PPB (ex: Roseana Sarney/Pratini de Moraes).

Entre os partidos de oposição, caso o PDT se una a Ciro Gomes, o candidato do PPS-PTB teria praticamente o mesmo tempo de TV do que Lula do PT. Porém, se o PT contar com o apoio do PL e do PC do B, o tempo de TV de Lula voltará a superar o de Ciro e o principal candidato da oposição terá aproximadamente o mesmo tempo de TV do que o PMDB isoladamente.

Propaganda eleitoral entre o 1º e o 2º turno das eleições

Se houver segundo turno, as emissoras de rádio e televisão reservarão, a partir de 48 horas da proclamação dos resultados do primeiro turno (o que ocorrerá, no mais tardar, em 19 de outubro) e até a antevéspera da eleição (25 de outubro), dois períodos diários de vinte minutos para a propaganda eleitoral. Esse tempo será dividido igualmente entre os dois candidatos mais votados no primeiro turno. Portanto, os candidatos à presidência que forem para o segundo turno passarão a ter exatamente o mesmo tempo de propaganda eleitoral no rádio e na TV.

Vale lembrar que, de acordo com pesquisa do Ibope realizada em 2000, os programas eleitorais exercem algum tipo de influência na decisão do voto de 48% dos eleitores, especialmente os menores de 50 anos. Os eleitores mais influenciáveis são os da região Nordeste, com 25%, enquanto no Sudeste, 57% afirmam que os programas eleitorais não têm nenhuma influência sobre seus votos.

Parte IV - Programas de Governo

21. Programas econômicos e idéias gerais sobre política econômica

Até o momento, apenas o PT de Lula, o PPS de Ciro Gomes e o PFL de Roseana Sarney apresentaram versões preliminares de seus programas de governo para 2002.

Entre os principais presidenciáveis do PSDB, Tasso Jereissati apresentou apenas um breve esboço de suas intenções na área econômica, enquanto José Serra provavelmente só fará o mesmo quando sua pré-candidatura for formalizada, por volta do início de 2002. Nos últimos três anos, Serra discursou publicamente sobre questões econômicas uma única vez, em seminário recente (23/10/01) promovido pela Câmara dos Deputados para discutir a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Quanto a Anthony Garotinho, os jornais publicaram apenas uma versão resumida do que o governador do Rio de Janeiro pensa a respeito da economia e suas propostas iniciais.

O PMDB trabalha em um programa de governo, mas sua publicação tende a ser postergada pela divisão interna do partido em relação à candidatura de Itamar Franco e as prévias do partido agendadas para 17 de março.

Os textos apresentados a seguir são compilações de trechos extraídos diretamente de documentos sobre economia divulgados pelos partidos ou citações dos próprios presidenciáveis sobre as principais questões econômicas. Eles não pretendem ser exaustivos, mas dão uma idéia da linha de pensamento dos principais candidatos potenciais à sucessão de FHC.

Uma análise preliminar dos esboços dos programas de governo e das declarações dos presidenciáveis sobre economia permite identificar algumas semelhanças entre eles. A visão básica de praticamente todos os pré-candidatos a presidente é a de que a economia brasileira é altamente dependente de poupança externa e endividada, o que obriga o País a praticar (1) uma política monetária contracionista centrada na manutenção de juros reais elevados e (2) uma política fiscal também contracionista fundada em uma elevada carga tributária e na manutenção de expressivos superávits primários. O resultado dessas políticas é a limitação do crescimento econômico, o que impede a redução do desemprego, da pobreza e das desigualdades sociais do País.

À luz desse diagnóstico básico, os pré-candidatos propõem caminhos alternativos para reduzir o a vulnerabilidade externa da economia e o endividamento a fim de ampliar o crescimento econômico. Por exemplo, em relação à política comercial, a primeira versão do programa do PT apresenta um discurso comparativamente mais protecionista do que o esboço do programa do PFL. Nuanças à parte, entendemos que independentemente do programa de governo que sair vitorioso das eleições de 2002, muito provavelmente ele incorporará os seguintes objetivos gerais:

- aumentar as exportações e reduzir importações para diminuir o déficit em conta corrente;
- negociar bem a entrada do Brasil na ALCA, abrindo mercados para os produtos brasileiros;
- preservar o Mercosul e a integração com a América Latina;
- reduzir os juros reais;
- evitar aumentar ainda mais a carga tributária, que já chega a cerca de 34% do PIB;
- reformar o sistema tributário para aumentar a competitividade do setor produtivo;
- ampliar a rede de proteção social iniciada pela atual administração.



ANTHONY GAROTINHO

Programa de Governo

"Para mudar o eixo da economia brasileira, é necessária a redução constante e gradual das taxas de juros, até que elas cheguem aos parâmetros internacionais, ou seja, até quatro pontos acima da inflação. Estabelecemos metas: inflação de no máximo 5% e crescimento de 7% ao ano. Quando você diminui os juros, reduz o crescimento da dívida interna e disponibiliza o capital para investimentos nos setores sociais."¹

Política Comercial

"Não estamos falando em fechar a economia. Queremos reciprocidade. Não temo que isso seja entendido como fechamento da economia."¹

"Vamos adotar uma política de substituição de importações e de financiamento, com subsídios, para os setores exportadores. Através de um mecanismo de elevação de alíquotas vou incentivar que as empresas fabriquem os seus produtos no país. Não precisa ser empresa brasileira. O BNDES vai financiar a juros especiais aqueles setores que hoje pesam na balança comercial. Existe subsídio na Europa, em cima da mesa, e nos Estados Unidos, por baixo da mesa. Como no Brasil não tem, levaram até a nossa mesa."¹

Política Cambial

"Nós vamos retornar a política de bandas cambiais. Não podemos deixar o câmbio solto. Isso é um prato cheio para os especuladores. Vamos impulsionar a economia a partir da redução do compulsório bancário. A oferta de crédito será feita e regulada dessa forma."¹

Reforma Tributária

"Vamos aprovar uma ampla reforma no primeiro ano de governo. Foi um grande equívoco do Fernando Henrique não ter feito isso. Queremos o fim do imposto sobre a produção com a criação do imposto sobre valor agregado, a redução do número de impostos para no máximo sete e o fim da CPMF."¹

Privatizações

"Vender o que já foi construído e está operando bem não faz sentido."¹

FMI

"Não vamos propor rompimento com organismos internacionais, como o FMI, mas queremos condições de negociação justa como país que tem um papel importante."¹

¹ Declaração de Anthony Garotinho ao jornal O Globo de 13/10/01.

² Declaração de Anthony Garotinho ao Jornal do Brasil de 20/10/01.



CIRO GOMES

Programa de Governo

Tem quatro objetivos estratégicos: 1) crescimento econômico; 2) distribuição de renda; 3) resgate da soberania nacional; e 4) moralização da vida republicana. Para atingir estes objetivos, Gomes propõe quatro grandes blocos de tarefas, assim resumidos: (i) elevação da poupança doméstica através de uma reforma tributária e uma reforma da previdência; (ii) coordenação estratégica entre o Estado e os empreendedores nacionais; (iii) distribuição da renda; (iv) incremento de instituições políticas que previnam a corrupção e dêem transparência à vida pública, [entre outros] através de...plebiscitos/referendos e mecanismos modernos de democracia participativa para que a população possa mediar impasses conceituais e debate do Parlamentarismo.¹

Política Comercial

O projeto contempla...uma política externa que busque para o Brasil uma inserção internacional aplicada em desmontar restrições estrangeiras às exportações, e também uma atitude mais firme em foros internacionais... que respeite a autonomia do Brasil em temas como propriedade intelectual, política industrial e de comércio exterior, política agrícola, meio ambiente e imigração... [P]recisamos nos aproximar de... países como China, Índia, Rússia e Indonésia. A Europa tem oportunidades que devem ser consideradas. O Brasil deve ter... atitude cooperativa com a Argentina, Chile e com outros países latino-americanos para fortalecer o Mercosul e também deve negociar com os EUA um cronograma e um formato para uma possível ALCA, diferentes dos que estão sendo encaminhados pelo atual Governo,...explosivamente lesivos aos interesses nacionais.²

"Quanto à Alca, o governo brasileiro cometerá um grave erro se apoiar a ideia de implementá-la a partir de 2005."⁴

Política Cambial

"O objetivo é instituir o regime de câmbio flutuante, com o valor das conversões monetárias estabelecido pelo mercado...Mas a mudança do regime cambial só será possível no quadro de confiança criado pelo refinanciamento do Governo e pela elevação da poupança interna do país."⁵

...o câmbio flutuante costuma trazer volatilidade...[G]randes empresas podem controlar...esses riscos com...a recompra, nos mercados financeiros, de uma espécie de seguro contra a instabilidade. O governo deve possibilitar o acesso dos pequenos importadores e exportadores a esse seguro.⁵

Dívida Interna

Defende o "alongamento voluntário do prazo da dívida pública interna"...dessa dívida, 27% são de propriedade dos fundos de pensão, 15% de bancos e seguradoras, 25% de grandes aplicadores e o restante de pequenos aplicadores. Assim, haveria um alongamento para o pagamento dessa dívida... [S]erá pago cada centavo, mas por um tempo maior.⁶

"Se você persegue o itinerário que o governo está praticando, em um ou dois anos, no máximo, o juro da dívida interna supera a receita pública...Apenas proponho que a gente sente à mesa [para negociar]...A dinâmica da negociação tem de ser precedida pelo governo fazendo sua parte. Assim, feito, é natural que a qualidade do crédito melhore. Mas isso não acontece passivamente...Leva tempo. Enquanto isso, cumpre-se diariamente a rolagem como está."⁷

"A Argentina, com um grande aplauso do mercado brasileiro, conseguiu fazer um...swap da dívida...A gente tem de entender o mecanismo e que isso não é calote."⁷

Fluxo de Capitais

...regime cambial deve ser complementado por medidas que regulem o capital especulativo, de curto prazo, que entra e sai do país, sem compromisso produtivo, ao sabor da conjuntura financeira internacional...Medidas como depósito compulsório de parte do dinheiro no Banco Central, por prazo fixo, têm sido experimentadas com êxito em países de economia reconhecidamente aberta como o Chile.⁵

Privatizações

"A privatização deve ser entendida sem passionismo. Termelétrica pode privatizar...Energia hidráulica não pode privatizar...Não reverteria [a privatização de energia hidráulica]. O que basicamente foi privatizado foram as distribuidoras, não há problema...Confesso que não me dediquei a pensar se é necessário reverter [a privatização dos 20% de geradoras de energia que foram vendidas]. Tem que olhar caso a caso."⁷

Inflação

"Apóia [metas de inflação], mas com qualificações. Acha que deve haver sim uma meta de inflação a ser perseguida, mas junto com uma meta para crescimento."⁸

BC

...claramente favorável a um BC independente, mas desde que a mudança seja feita a partir do novo governo, não deste."⁸

Reforma Tributária

"A tributação deve recair principalmente sobre o consumo, desonerando o salário e a produção, com apenas cinco impostos com funções arrecadadoras: um sobre as vendas (a principal fonte de receita); um sobre o consumo de luxo (bebidas, cigarros, armas e munições, etc.); um tributando a diferença entre as rendas altas e a poupança investida dos contribuintes mais ricos; um sobre heranças e doações; um predial ou territorial, sobre a propriedade urbana e rural."⁵

"Imposto sobre grandes fortunas, pode fazer um bem retórico, mas não arrecada nada. Não há grandes fortunas de pessoa física."⁷

³ Site do PPS na Internet.

⁴ Entrevista de Ciro Gomes publicada no site do PPS às 17h de 11/10/01.

⁵ Programa de governo de 98 reproduzido no site do PPS.

⁶ Nota da Agência Jornal do Brasil às 10h02 de 10/8/01.

⁷ Declaração de Ciro Gomes ao jornal Valor de 2/7/01.

⁸ Celso Pinto sobre Ciro Gomes no jornal Valor de 28/6/01.



ITAMAR FRANCO

Programa de Governo

Segundo a imprensa, o programa de governo do PMDB "está sendo elaborado por um grupo de especialistas que inclui, curiosamente, o ex-ministro do PSD, Luiz Carlos Mendonça de Barros, um dos maiores críticos do atual modelo. Desse grupo vai sair algo na linha do desenvolvimento com inclusão social."⁹ Como o PMDB está dividido em relação à candidatura do governador de Minas Gerais, Itamar Franco, à presidência da República, o programa de governo do PMDB não refletirá necessariamente a visão de Itamar. Assim, e na ausência de versões preliminares do programa do PMDB, optamos por resumir algumas colocações de Itamar sobre assuntos econômicos selecionados.

Dívida Interna e Externa

"Acho ridículo que a moratória [da dívida interna] de Minas Gerais possa ter influenciado a queda nas Bolsas de Tóquio, Hong ong, all Street, a queda do dólar em relação ao iene. Se nós considerarmos que hoje no mundo devemos ter um juro de cerca de US 1 trilhão, não seriam R 100 milhões de déficit de Minas Gerais que vão acrescentar. um absurdo tão grande que é até difícil de entender."¹⁰

Se tivermos recursos, pagaremos [o eurobônus do estado de Minas Gerais]. Se não tivermos, não pagaremos. claro que o nosso desejo é pagar, mas evidentemente com o real tendo perdido o valor, as coisas se complicaram, sobretudo face às ações mesquinhas do governo federal."¹¹

Privatizações

"Jamais entregarei o controle das águas à iniciativa privada; sempre defendi o controle estatal das empresas energéticas, não só da Cemig."¹²

"Lá em Minas, eu lhe garanto com honestidade, só nos obrigarão a privatizar a Cemig com forças federais, mas assim mesmo terão muita dificuldade."¹³

Política Econômica

" hora de dizer um basta para essa economia injusta que aí está...[Fernando Henrique precisa escutar] a voz das ruas e dos desempregados...Minas não vai se curvar diante dessa política econômica."¹⁴

"O Brasil empobreceu nestes quatro anos [1995-1998]. Vendemos patrimônio público, fizemos o maior leilão do mundo quando vendemos as telecomunicações. O Brasil, por força da política da equipe econômica do senhor Presidente da República, tornou-se vítima do capital financeiro internacional. O Brasil tem uma das maiores taxas de juros do planeta. Por que está acontecendo isso a moratória [declarada por Itamar em 6/1/99] ou isso depende do capital financeiro internacional?"¹⁵

"Meu partido [o PMDB] apóia, mas eu sou um crítico da política econômica do presidente [FHC]."¹⁶

Reformas

"Em relação ao Real, para dar continuidade, deveríamos ter a reforma tributária e a reforma fiscal. O país ficou dependente do capital financeiro internacional. Levou a acontecer o que aconteceu aqui no Brasil."¹⁰

O governo [FHC] falhou, porque, em 95, ele deveria ter feito a reforma tributária e a reforma fiscal, mas o governo só se preocupou com a reeleição."¹⁸

FMI

"Será que alguém tem dúvida hoje, digo com o coração aberto, que a política econômica está sendo dirigida pelo FMI?"¹¹

⁹ Artigo do jornal O Globo de 8/10/01.

¹⁰ Declaração de Itamar Franco ao jornal Folha de São Paulo de 20/1/99.

¹¹ Declaração de Itamar Franco ao jornal Folha de São Paulo de 4/2/99.

¹² Declaração de Itamar Franco ao jornal O Estado de São Paulo de 26/11/00.

¹³ Declaração de Itamar Franco ao jornal O Estado de São Paulo de 10/4/99.

¹⁴ Declaração de Itamar Franco ao jornal O Estado de São Paulo de 19/1/99.

¹⁵ Declaração de Itamar Franco ao jornal Folha de São Paulo de 8/1/99.

¹⁶ Declaração de Itamar Franco ao jornal Folha de São Paulo de 16/1/99.



JOSÉ SERRA

Programa de Governo

Desde que deixou o Ministério do Planejamento em 1996 e passou a comandar o Ministério da Saúde, José Serra tem evitado comentar a política econômica do governo. Contudo, o esboço do programa de governo do PSDB já circula entre os integrantes da executiva e deve ser aprovado num congresso nacional do partido em março de 2002. Em outubro de 2001, após três anos de recesso, Serra fez suas primeiras declarações públicas sobre a economia. Essas declarações e alguns trechos do esboço do programa do PSDB são resumidos a seguir.

"Não tenhamos dúvida: trazer de volta nosso ritmo histórico de crescimento vai exigir acertos de bom tamanho no setor externo. Esta é a grande tarefa do país e da política econômica no umbral do...século (XXI)."¹⁷

"O Brasil com a ALCA poderia ter muito a ganhar, como poderia ter muito a perder; o Brasil não pode deixar de se sentar à mesa [de negociação]."¹⁸

"Com razão, o governo brasileiro argumenta que a implantação do livre comércio nas Américas exige, numa primeira etapa, a eliminação (total ou substancial) das barreiras não tarifárias impostas pelos Estados Unidos sobre as exportações do Brasil e de outros países e que contrariam os princípios da OMC."¹⁹

"Somos um dos sete países com os quais os Estados Unidos têm superávit."²⁰

[Serra listando o que não fazer para reduzir o déficit em conta corrente]: "Não barrar importações, não impor controle quantitativo, não elevar tarifa, não emprestar a juros subsidiados...[P]ara exportar mais é preciso importar mais."²⁰

"O ponto fraco da abertura brasileira não foi o aumento das importações que contribui para o bem estar, a eficiência e a estabilidade de preços. Tem sido, isto sim, o lento crescimento das exportações e a utilização dos déficits em conta corrente elevados e crescentes para financiar mais o consumo do que os investimentos."²¹

Política Cambial

"A política cambial praticada anteriormente [câmbio fixo] estava agravando o desequilíbrio das contas externas, impondo uma inflativa atração de capitais estrangeiros por meio da elevação exagerada da taxa de juros. Esta, por sua vez, conduziu ao amortecimento generalizado das atividades econômicas, à maior concentração de renda e à elevação descontrolada dos encargos com as dívidas externa e interna."²²

"Nenhum reparo a fazer à política atual [de câmbio flutuante]. O caminho é este. O desafio é manter o câmbio neste nível e adotar ações deliberadas para aumentar as exportações."²⁰

"O câmbio, do jeito que está, facilita o processo de redução do déficit [em conta corrente]."¹⁸

Sobre uma Lei de Responsabilidade Cambial mencionada por Serra em discurso sobre a ALCA na Câmara dos Deputados em 23/10/01: "Foi uma metáfora. Não é lei. É necessário haver uma mudança de mentalidade do país como houve na questão fiscal."²³

"Os juros altos não são provocados pelas contas fiscais. Há superávit primário. Eles são decorrência do déficit externo."²⁰

Política Fiscal

Contas Externas

"Para voltarmos a crescer é fundamental não só que coloquemos esse déficit em conta corrente sob controle, o que já está acontecendo, mas o reduzamos substancialmente."¹⁸

"Por causa dele [do déficit em conta corrente], os juros subiram e o país não pode crescer...Falei em déficit zero, mas estava me referindo ao longo prazo, em uma década. O ideal agora é reduzir o déficit para um número com o qual se possa conviver, por volta de 1% do PIB ou menos."²⁰

"Permanece a obrigação de lutar pelo equilíbrio de nossas transações externas, uma vez que não podemos nos apoiar em recursos financeiros voláteis e especulativos."²²

Privatizações

"Gastar a receita de privatização em salários, bens e serviços, não aumenta o déficit público, mas esta não é a melhor maneira de utilizar aquela receita. O melhor mesmo é abater dívida, reduzindo, assim, despesas com juros e, como consequência, o próprio déficit, de forma duradoura."²³

Reformas

"Se essa política [de reformas estruturais feitas pelo governo] foi, no geral, acertada, é preciso reconhecer que a situação externa e certos desequilíbrios internos favorecidos inadvertidamente por certas decisões de política econômica condicionaram e complicaram sua execução."²²

FMI

"...nossa moeda não pode ficar a mercê dos azares dos mercados financeiros mundiais ou do custoso socorro de agências internacionais, somente concedido se aceitarmos obrigações nem sempre vantajosas."²²

¹⁷ Artigo de José Serra publicado no jornal Folha de São Paulo de 26/1/98.

¹⁸ Declaração de José Serra ao jornal Valor de 24/10/01.

¹⁹ Discurso de José Serra ao Congresso Nacional em 15/5/97.

²⁰ Declaração de José Serra ao jornal O Globo de 27/10/01.

²¹ Artigo de José Serra publicado no jornal Folha de São Paulo de 19/5/97.

²² Esboço do programa do PSDB mencionado pelo jornal O Globo de 8/10/01.

²³ Artigo de José Serra publicado no jornal Folha de São Paulo de 9/3/98.



LULA

Programa de Governo

Teremos de romper com o voluntarismo utópico e ingênuo que tantas vezes entusiasmou e frustrou as propostas históricas da esquerda brasileira...As bolsas de valores e os mercados financeiros não podem regular a sociedade. O mercado não produz justiça e nem tem qualquer compromisso com a ética e o futuro...Os grandes rentistas e os especuladores serão atingidos diretamente pela política distributiva, e...não se beneficiarão do novo contrato social. Mas os empresários produtivos...estarão contemplados com a ampliação do mercado de consumo de massas e com a desarticulação da lógica financeira e especulativa que caracterizam o atual modelo econômico.²⁴

Política Comercial

"A ALCA é mais uma política de anexação econômica do que um acordo comercial. O Brasil precisa continuar apostando no Mercosul."²⁷

...a abertura comercial...produz[u] uma regressão expressiva do setor produtivo doméstico...[D]evemos...fortalec[er] o Mercosul...[e]...alianças com...Índia, China, África do Sul ou Rússia...[A] implantação da ALCA representa a fragilização de nosso sistema produtivo...Para enfrent[ê-la]...necessita-se de uma ampla coalizão nacional...e de...alianças anti-ALCA...²⁴

"Não é com mais liberalização que vai melhorar a balança comercial. Em alguns casos é mantendo tarifas de importação...Por exemplo, tarifa de importação de produtos industriais de até 33% está dentro do acordo [da OMC]"²⁵

Política Cambial

O PT sempre foi favorável ao "câmbio livre", flutuante.²⁶

Política Fiscal

"Eu não tenho déficit zero na minha casa. Eu faço dívida de acordo com a minha capacidade de pagar. O Estado terá déficit até o limite onde não prejudique o projeto de desenvolvimento do país. Nós não vamos governar o Brasil na lógica atual."²⁷

A consistência fiscal não pode...ser confundida com a atual política fiscal...que...lança mão das elevações...da carga tributária...e executa cortes...indiscriminados, inclusive em gastos sociais...²⁴

...a consistência da política fiscal...significa...a preservação da solvência do Estado, entendida como um limite de comprometimento das receitas com o pagamento de juros da dívida pública...²⁴

Do ponto de vista cíclico, a evolução do déficit público não pode estar sujeita a metas de longo prazo ou...um permanente orçamento equilibrado...[A] consistência macroeconômica será obtida [com] a fixação, em cada conjuntura, de um valor do déficit público que compense a insuficiência da demanda efetiva oriunda do déficit externo ou da contração do investimento privado.²⁴

"O superávit primário é excessivo, na minha opinião, e serve só para pagar esses juros desmesurados"²⁵

Dívida Interna

Falar em renegociação..."é um desastre, que só vai pressionar ainda mais juros e câmbio durante a campanha...O tamanho da dívida é administrável"²⁶

Dívida Externa

A dívida externa pública, de cerca de US\$ 90 bilhões, será objeto de um grande esforço de renegociação...²⁴

A campanha internacional pelo cancelamento das dívidas externas dos países pobres...deve ser acompanhada pela perspectiva de renegociação das dívidas públicas externas dos demais países do Terceiro Mundo...

"Não há perspectiva de calote porque não é necessário...A dívida externa também pode melhorar o perfil, trocando velhos *Bradies* por novos *Globals*..."²⁵

Fluxo de Capitais

...será decisivo...fortalecer o movimento em defesa da taxa Tobin...pelo fim dos paraísos fiscais, pela criação de novos mecanismos de controle do fluxo internacional de capitais e pelo estabelecimento de mecanismos de autodefesa contra o capital externo especulativo...Os investimentos diretos estrangeiros, embora volumosos, tiveram escasso significado na elevação da taxa de investimento da economia...A liberalização dos fluxos de capitais sujeitou a taxa de juros doméstica a regras de formação dos mercados financeiros globais...[N]ão é mais possível...ter uma taxa de juros doméstica de curto prazo distinta daquela paga nos títulos brasileiros negociados nos mercados externos, sob pena de provocar uma maciça fuga de capitais.²⁴

"Criar barreiras ao capital externo que já está aqui dentro [do Brasil] levaria à perda total de confiança dos investidores"²⁵

"Não somos contra investimento direto externo, somos contra *hot money*, que vem atrás dos juros altos só para fazer especulação, jogatina."²⁵

Privatizações

As privatizações sem marco regulatório eficaz e a fragilidade do Estado debilitaram a infra-estrutura, comprometendo a competitividade...e o potencial de crescimento...[e]...provocaram um aumento sem paralelo nos preços...de...energia..., telefonia, transporte.²⁴

[H]á...segmentos nos quais a presença de empresas públicas...deve ser preservada. Além do Petróleo, geração de Energia...Saneamento e Transportes...importantes bancos estatais como o BNDES, a CEF e o BB podem se constituir numa significativa alavanca do crescimento...BNB e o BASA...são essenciais para o financiamento de atividades de maior risco...²⁴

"Não há nenhum programa de reversão [de] privatizações...Somos contra a privatização das geradoras de energia."²⁵

Inflação

A estabilidade inflacionária foi...a única grande conquista do atual modelo econômico, embora com sacrifício [do] crescimento econômico, do nível de emprego, da solidez das finanças públicas e das contas externas.²⁴

...o retorno da indexação formal de preços, salários e ativos financeiros não será tolerado, à exceção do salário mínimo e dos contratos de financiamento de longo prazo...A indexação informal, utilizando o...dólar como referência será desestimulada pela progressiva melhoria das contas externas.²⁴

FMI

O Brasil está sendo mais uma vez monitorado [pelo] FMI...Nós queremos reverter totalmente esta perspectiva...propondo que anualmente se estabeleça uma Carta de Responsabilidade Econômica e Social com a sociedade brasileira, [que] deve conter...os principais objetivos sociais e econômicos...²⁴

²⁴ "Um Outro Brasil é Possível", Instituto da Cidadania, 18/6/01

²⁵ Entrevista do economista do PT, Guido Mantega, à revista Conjuntura Econômica de Nov/01.

²⁶ Declaração do economista do PT, Aloizio Mercadante, ao jornalista Celso Pinto no jornal Valor de 7/6/01.

²⁷ Declaração de Lula ao jornal Folha de São Paulo de 8/11/01.



ROSEANA SARNEY

CREDIT SUISSE FIRST BOSTON

Programa de Governo

Com o Real, [o Brasil] recuperou a estabilidade, mas à custa do desequilíbrio do Balanço de Pagamentos e de crescente dívida pública, apesar da fortíssima tributação...[É] preciso comprometer governantes e governados em torno de uma meta arrojada: crescer 5% ao ano...sem perder a estabilidade de preços já conquistada.²⁸

"O mais importante é a garantia de estabilidade, a manutenção do valor da moeda. A inflação nos deu prova de ser prejudicial ao país. Mas eu acho que somente isso não é o bastante. Não é possível sustentar um projeto de país apenas garantindo a estabilidade de preços. Em primeiro lugar, é fundamental criar condições para o crescimento da economia."²⁹

Opomo-nos aos que reputam o mercado como o local onde prosperam as injustiças e as distorções no relacionamento individual.²⁸

Política Comercial

Estabelecemos aqui a meta de crescimento das exportações em 20% ao ano... em média, até 2006...nada obstaculiza mais a expansão das exportações brasileiras do que a nossa própria falta de estratégia nesse campo.²⁸

[N]ão deveria haver espaço para recuos nem incertezas em relação à nossa pauta de expansão regional... Propomos a instituição da moeda comum do Mercosul...[O] outro objetivo...adequar a Ordem Jurídica nacional à conjuntura política dos países do Mercosul.²⁸

ALCA: Deveríamos condicionar...o compromisso de redução dos subsídios americanos em sua própria agricultura em pelo menos US\$ 7 bilhões por ano pelos próximos 4 anos e a reorientação desses recursos para o financiamento de um grande programa de equipamento de financiamento de infra-estruturas básicas na América do Sul, de modo a reproduzir os efeitos...realizados pela Comunidade Européia.²⁸

Política Cambial

...o regime cambial instituído a partir de 1999, de livre flutuação da moeda nacional, é a alternativa adequada às necessidades brasileiras atuais..., além de ajudar a absorver os chamados choques externos sobre a economia brasileira..., também é a opção conveniente a um país que pretende liderar a integração regional no âmbito do Mercosul.²⁴

...é preciso dotar o Banco Central de maior disponibilidade de recursos em moedas estrangeiras, se possível o dobro das atuais, elevando portanto, a posição das reservas internacionais para cerca de US\$ 70 bilhões...²⁸

Política Fiscal

[P]ropomos uma política de gasto público compatível com o crescimento acelerado, o que pressupõe controle continuado da despesa...e eliminação dos desperdícios fiscais, como já vem procurando fazer a atual administração.²⁸

"O superávit primário será provavelmente de 5% no primeiro ano...Com o choque fiscal inicial, os juros podem cair no primeiro ano de 18% para 15% e com isso o superávit primário pode baixar nos próximos anos para 2% do PIB."³⁰

Dívida Interna e Externa

...não existirá fator mais deletério à sustentação do objetivo de crescimento acelerado do que o risco financeiro percebido pelos investidores quanto à capacidade de pagamento interna e externa do país...O Brasil deve...afastar ao máximo [esse] risco...em três frentes: (1) reduzir a dependência externa o quanto possível; (2) aumentar o colchão de liquidez contra os imprevistos que vêm de fora; (3) acelerar a aprovação das reformas modernizadoras.²⁸

...não pode haver crescimento sustentado..., se não houver apropriada defesa financeira do país através de um conjunto de providências que...[reduza substancialmente] a taxa de juros básica da economia brasileira e o...prêmio de risco pago pelo país e por suas empresas no exterior...O compromisso com o crescimento exige, como prioridade...a substancial e rápida redução do custo financeiro dos passivos do setor público em moedas nacional e estrangeira.²⁸

Também é importante que o Tesouro Nacional se refreie na propensão de endividar-se através de títulos indexados a moedas estrangeiras.²⁸

Privatizações

Os ativos públicos serão avaliados e, se comprovadamente ociosos, serão desmobilizados em favor do setor privado nacional, com os recursos daí decorrentes passando imediatamente a financiar as prioridades sociais do orçamento público, com primazia ao fundo de combate à pobreza...acarreta[ndo]...adequada socialização dos recursos daí economizados, através da consolidação da reforma patrimonial do Estado, iniciada há quase doze anos, e revertendo a polêmica e discutível utilização, feita no passado recente, dos recursos da privatização de empresas estatais.²⁸

Inflação

Cumprir ao Banco Central concentrar o foco da política monetária na estabilidade dos preços, enquanto o Poder Executivo implementa as políticas de crescimento.²⁴

Política Monetária

...meta a ser alcançada, qual seja a redução do patamar projetado para 2002 da taxa Selic, de 18% a.a. para 12%, sendo esperado um recuo de 3% no primeiro ano da próxima administração e mais de 1% anual por período subsequente, até atingir 12%. Neste caso, a taxa de juro real de juros, a partir da taxa Selic, e descontada a inflação estará situada sempre abaixo de 10% a.a.²⁸

BC

Propomos a alteração do atual regime de independência implícita do Banco Central, para uma constituição monetária baseada na autonomia supervisionada do Banco Central..., onde o ente supervisor será o Congresso Nacional, que tem a função de compatibilizar o orçamento fiscal às metas sugeridas no âmbito da administração da moeda.²⁸

Reformas

[A] reforma da previdência..., baseada na capitalização de contribuições, ao lado de uma inteligente, corajosa reforma tributária e de uma decidida revisão e flexibilização das regras trabalhistas constitui um tríduo valioso de providências a ser empreendidas desde logo, do início da próxima administração.²⁸

...consideramos essencial a Reforma Política...e a Revisão Decenal da Constituição por um Congresso investido desses poderes e ressaltada a preservação do manto pátrio às normas permanentes. Propomos a votação de poderes revisionais ao próximo Congresso Nacional a instalar-se em 2003.²⁸

²⁸ "PFL 2003: Compromisso com o Crescimento", diretrizes para um programa de governo, Instituto Atlântico.

²⁹ Entrevista de Roseana Sarney ao jornal Folha de São Paulo de 30/9/01.

³⁰ Entrevista do economista do PFL, Paulo Rabello de Castro, ao jornal O Estado de São Paulo de 12/5/01.



TASSO JEREISSATI

Programa de Governo

Basicamente, a economia está muito bem conduzida. A grande batalha foi o fim da inflação, e o governo usou uma artilharia pesada para isso. Mas agora os momentos mais difíceis já passaram e começa a existir margem para o crescimento econômico. O grande desafio agora é fazer o crescimento desconcentrado. Hoje há foco demais na questão do déficit público primário, com conceitos extremamente apertados e uma política de juros extremamente cautelosa. Eu concordo, mas agora começa a haver espaço para que não haja tanta cautela. Há margem para jogar, não é uma mudança drástica.³¹

Política Comercial

Acho que a tendência de blocos comerciais é irreversível. Concordo que o primeiro passo é fortalecer o Mercosul, para dar condição de discutir a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) com os Estados Unidos. As condições são muito desiguais. Os juros, por exemplo, um faz gravata com juro de 5% ao ano. É preciso construir um bom nível de defesas. Nas discussões em Davos, fica claro que os países desenvolvidos não abrem mão de alguns pontos básicos, que tocam nos calos, como os (subsídios aos) produtos agrícolas. Não podemos entrar de anjo, entregando o nosso mercado sem que haja uma negociação. Precipitar a Alca agora é inviável. O que tenho percebido é que a posição correta de fortalecer o Mercosul está sendo colocada em desafio no momento em que países como o Chile fazem negociações paralelas (início de negociação para aderir ao Nafta). É um desafio para a diplomacia brasileira.³¹

Globalização

É o grande tema do mundo inteiro. Não é uma questão de ser a favor ou contra, e sim de saber se é bom ou ruim, e para quem. Acho que a globalização tem concentrado renda, entre os países mais ricos e os mais pobres, e dentro dos mais pobres. Este é um momento histórico importante, em que se percebe isso e se procura ver como reverter o lado negativo da globalização.³¹

"O Consenso de Washington acabou...Ele não foi capaz de reduzir a pobreza e as desigualdades do mundo. E o Brasil não pode se omitir na rediscussão de um modelo global."³²

Política industrial

É preciso ter política industrial, planejamento de longo prazo. As diferenças (entre a sua visão e a do atual do governo) são basicamente na condução de política econômica e no gerenciamento da economia. Acredito em política industrial, em política de emprego, acredito em política de desconcentração industrial como fator de redistribuição de renda. Isso faz parte das diferenças fundamentais. É a diferença entre acreditar que essas coisas não existem, que é a economia que faz tudo, versus a crença de que isso (planejamento do governo) existe, e é necessário para você crescer melhor e com mais distribuição. É preciso que o BNDES, o Banco do Nordeste e os próprios bancos privados façam financiamentos para setores e regiões específicas. Pode haver algum tipo de incentivo fiscal em troca de localização, número de empregos ou agregação tecnológica.³¹

Política Monetária

A economia é que vai comandar as eleições. Se a economia não se recupera, qualquer candidato da situação terá dificuldade em se eleger, se é que não será impossível. Com a economia se recuperando bem, o apoio do presidente Fernando Henrique passa a ser muito importante. E, para consolidar o crescimento, a baixa dos juros é muito importante. E isso já está acontecendo. Acho que toda a tendência e as manobras do governo nos últimos meses têm sido nessa direção. Você sente um jogo de cintura maior do que antes, e até a política de juros hoje não é a mesma.³¹

Privatizações

"Se há algo que foi bem feito no governo Fernando Henrique foram as privatizações. Temos que privatizar tudo que a iniciativa privada possa fazer... Completar as privatizações vai diminuir a corrupção no Estado em até 80%."³³

Reformas

O governo fez reformas no momento que podia. De agora em diante, as reformas passam a ser problema do próximo governo. Estamos entrando nos momentos finais (da administração Fernando Henrique Cardoso), são os dois últimos anos de oito. O próximo governo tem de fazer a reforma da Previdência e a política. A criação da previdência complementar é importante, com a remontagem do sistema. Na reforma política, eu gosto do voto distrital, fidelidade partidária, limitação do número de partidos. Acho que parte dessa reforma talvez ainda possa ser feita neste governo. No caso do voto distrital, parece que não há muita simpatia no Congresso.³¹

BC

Eu vim agora dos Estados Unidos e notei que [independência do BC] é a grande cobrança da comunidade internacional agora. No momento, eu sou contra. Acho que em um país como o Brasil é preciso um pouco mais de molho político na condução da política do Banco Central. Não pode ser tão burocrata ou tecnoburocrata em um País como o Brasil. É preciso mais sensibilidade. Se tivéssemos um BC independente, teríamos problema na mudança da política cambial, porque o ex-presidente (Gustavo Franco) caiu porque era contra a mudança. Não deixaria o governo do meu país inteiramente nas mãos de um Banco Central, como acontece no caso do Greenspan (Alan Greenspan, chairman do Federal Reserve, banco central americano).³¹

Concentração de Renda

É um problema que tem duas chaves. Um é a educação, que já vem sendo trabalhada. Há estatísticas que mostram uma relação muito direta entre analfabetismo e linha de pobreza. A outra é a questão da concentração regional, com algumas regiões muito mais ricas que as outras.³¹

³¹ Declaração de Tasso Jereissati ao jornal O Estado de São Paulo de 30/01/01

³² Declaração de Tasso Jereissati ao jornal O Estado de São Paulo de 23/10/01.

³³ Declaração de Tasso Jereissati ao Jornal do Brasil de 20/10/01.

22. Percepção do CSFB sobre a orientação econômica dos presidenciáveis

Com base nas versões preliminares dos programas econômicos apresentadas pelo PFL, PPS e PT e em declarações/entrevistas à imprensa, classificamos os pré-candidatos à presidência de acordo com suas inclinações econômicas, comparando-as com a política econômica praticada pelo presidente FHC. O quadro abaixo consolida as avaliações individuais de analistas e operadores do CSFB, que deram notas de zero a dez para a postura dos presidenciáveis em relação a grandes temas econômicos, onde 0 (zero) indica que o pré-candidato é visto como totalmente contrário ou nada comprometido com o tópico em questão e 10 (dez) sinaliza que o pré-candidato é totalmente favorável ou extremamente comprometido.

Avaliação das tendências econômicas dos principais presidenciáveis

0 = totalmente contra 10 = totalmente a favor	Lula	Itamar	Garotinho	Ciro	Serra	Roseana	Tasso	FHC	Soma	Média Oposição	Média Governista ¹
Privatização	1	2	3	5	6	7	7	8	40.2	2.9	6.9
Independência do BC	3	3	3	4	7	7	7	7	39.6	3.1	6.8
Acordos com o FMI	3	3	3	5	7	7	7	9	44.1	3.4	7.3
Livre trânsito do capital estrangeiro no país	3	3	3	5	6	7	7	8	42.3	3.5	6.8
Honrar compromissos da dívida (int. e ext.)	4	2	4	5	8	8	8	9	47.5	3.6	7.9
Abertura comercial	3	4	3	5	6	7	7	7	41.7	3.8	6.4
Metas de inflação baixa	4	4	3	5	6	7	7	8	44.5	4.1	6.5
Austeridade fiscal	4	4	3	5	7	7	7	7	44.2	4.2	6.9
Câmbio flutuante	4	4	3	6	7	7	7	7	45.3	4.4	7.0
Soma	28.3	29.0	29.4	45.3	60.4	63.3	64.0	69.9			
Média	3.1	3.2	3.3	5.0	6.7	7.0	7.1	7.8			
Moda ²	3	3	5	5	7	7	7	8			

¹ Exclui FHC.

Fonte: CSFB.

² Para todas as respostas individuais e não para o quadro resumo acima.

Amostra: 15 entrevistados.

A nosso ver, as idéias econômicas defendidas por Lula (PT), Itamar (PMDB) e Garotinho (PSB) são, nessa ordem, as que mais divergem da política econômica praticada pelo atual governo. No outro extremo, Tasso (PSDB), Roseana (PFL) e Serra (PSDB) são os pré-candidatos com idéias econômicas mais próximas da linha atual. Ciro (PPS) é percebido como o candidato com idéias econômicas de centro, não sendo nem muito contrário e nem muito favorável à atual política econômica. Entre os presidenciáveis do PSDB, Serra parece defender mais mudanças em relação à política econômica de FHC do que Tasso, diferença que pode ser parcialmente explicada pela percepção de que Serra é menos inclinado a manter a atual equipe econômica do que Tasso.

As duas últimas colunas no quadro acima mostram a média das notas atribuídas aos pré-candidatos da oposição (Lula, Itamar, Garotinho e Ciro) e da aliança governista (Serra, Roseana, Tasso). A atual política de privatização é o item que nos parece mais sob risco de ser desacelerada, interrompida ou até mesmo revertida em uma administração encabeçada por um dos presidenciáveis da oposição. As chances de um Banco Central independente e da manutenção de acordos com o FMI também nos parecem significativamente menores caso a oposição chegue ao poder. O livre trânsito de capital estrangeiro no país, o pagamento da dívida pública interna e externa e a abertura comercial vêm em seguida, mas, a nosso ver, têm menos riscos de serem significativamente alteradas do que os itens mencionados anteriormente. Finalmente, entendemos que, na média, os pré-candidatos da oposição estão menos inclinados a abandonar o regime de câmbio flutuante, a política de austeridade fiscal e o regime de metas de inflação. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) realmente parece ter institucionalizado uma política de austeridade fiscal no Brasil. Entre todos os temas econômicos examinados, este item recebeu a segunda nota média mais alta, perdendo somente para o câmbio flutuante. Isso sinaliza que, independentemente de quem venha a ser o próximo presidente, a LRF provavelmente terá papel determinante na contenção de ímpetus gastadores, principalmente no início do mandato do próximo presidente.

Entendemos que Serra, Tasso ou Roseana tenderiam a preservar boa parte da atual política econômica. Identificamos nos candidatos governistas uma maior inclinação à promoção de mudanças na política comercial do país, provavelmente relacionadas à necessidade de ampliação das exportações para reduzir a dependência no fluxo de capitais estrangeiros. O regime de metas de inflação foi identificado como o segundo item de política econômica mais suscetível a mudanças em uma administração encabeçada por um dos pré-candidatos governistas. Essa percepção provavelmente está associada ao discurso da grande maioria dos presidentiáveis sobre a necessidade de priorizar o crescimento econômico e o emprego. Vale notar, contudo, que o risco de mudanças nos principais aspectos da atual política econômica varia significativamente de candidato para candidato, conforme mostra o quadro abaixo.

Ranking dos pré-candidatos em relação a temas econômicos

	Contra / Menos comprometido				A favor / Mais comprometido			
Privatização	Lula 1.2	Itamar 2.2	Garotinho 3.2	Ciro 5.1	Serra 6.4	Roseana 7.0	Tasso 7.3	FHC 7.9
Independência do BC	Itamar 2.5	Lula 2.6	Garotinho 3.1	Ciro 4.1	Serra 6.6	Tasso 6.6	FHC 7.0	Roseana 7.1
Acordos com o FMI	Lula 2.6	Itamar 3.1	Garotinho 3.3	Ciro 4.6	Roseana 7.2	Tasso 7.4	Serra 7.4	FHC 8.6
Livre trânsito do capital estrangeiro no país	Lula 2.8	Itamar 3.1	Garotinho 3.3	Ciro 4.8	Serra 6.5	Roseana 6.9	Tasso 7.0	FHC 7.9
Honrar compromissos da dívida (int. e ext.)	Itamar 2.4	Lula 3.6	Garotinho 3.7	Ciro 4.8	Roseana 7.7	Serra 8.0	Tasso 8.1	FHC 9.1
Abertura comercial	Lula 2.9	Garotinho 3.3	Itamar 3.5	Ciro 5.4	Serra 5.9	Roseana 6.6	Tasso 6.8	FHC 7.4
Metas de inflação baixa	Garotinho 3.0	Lula 3.9	Itamar 4.1	Ciro 5.4	Serra 6.1	Roseana 6.7	Tasso 6.8	FHC 8.4
Austeridade fiscal	Garotinho 3.3	Itamar 3.8	Lula 4.4	Ciro 5.5	Serra 6.5	FHC 6.6	Tasso 7.1	Roseana 7.1
Câmbio flutuante	Garotinho 3.3	Itamar 4.2	Lula 4.3	Ciro 5.6	Serra 6.9	Tasso 7.0	FHC 7.0	Roseana 7.0

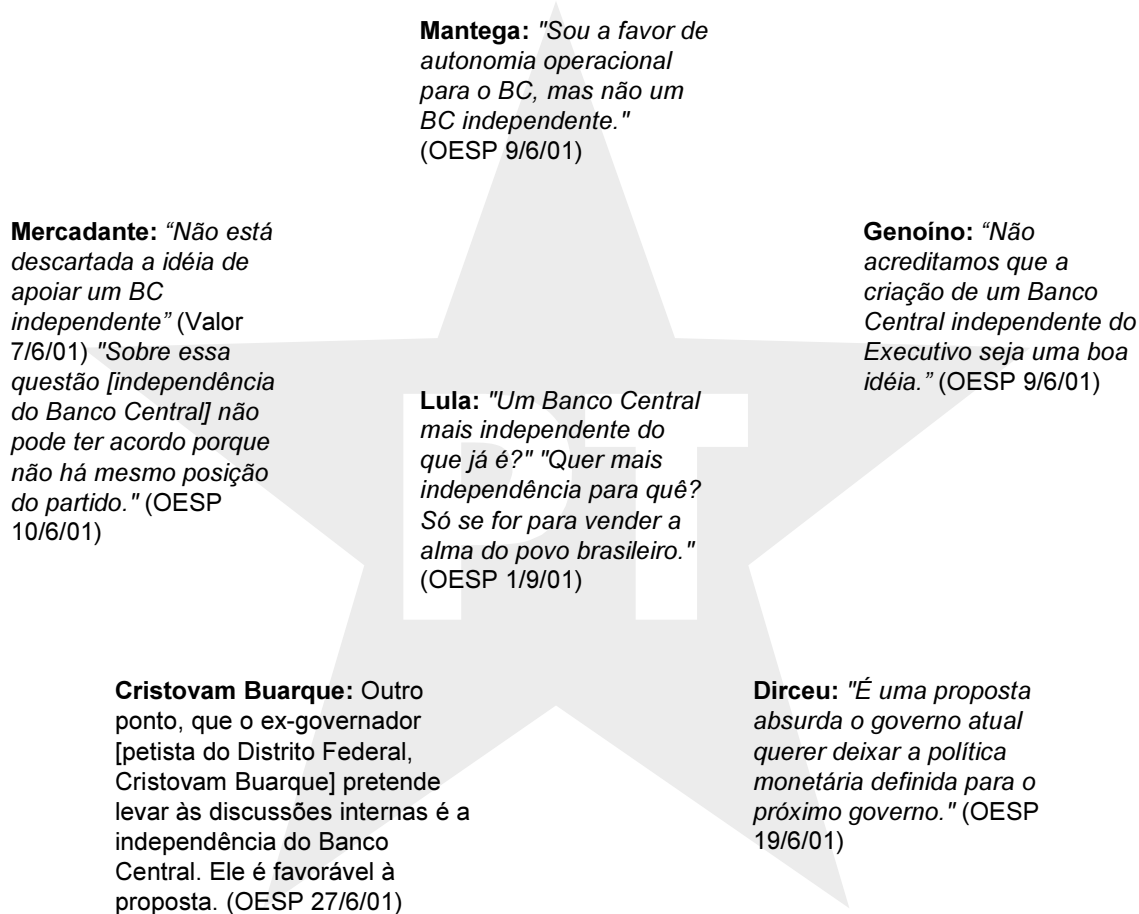
Fonte: CSFB.

Nossa avaliação sugere que Lula é o pré-candidato que se opõe mais fortemente à privatização, acordos com o FMI, livre trânsito do capital estrangeiro no país e abertura comercial. A moratória declarada pelo governador de Minas Gerais em 6/1/99 e que contribuiu para a desvalorização do Real em 13/1/99, levou Itamar Franco a ser avaliado como o menos comprometido com o pagamento das dívidas interna e externa, além de mostrar pouca inclinação à independência do Banco Central. Apesar de pertencer ao PMDB, partido da base de sustentação do presidente FHC, depois de Lula, Itamar é visto como o presidentiável com maiores probabilidades de alterar a atual política econômica. Provavelmente por conta de declarações à imprensa, o governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, aparece como o menos favorável ao regime de metas de inflação, austeridade fiscal e câmbio flutuante. A nosso ver, Garotinho procura se diferenciar dos outros pré-candidatos da oposição apresentando propostas polêmicas exatamente para as questões econômicas que identificamos como menos sujeitas a alterações significativas no próximo governo. Já Ciro Gomes dá a impressão de adotar uma postura menos radical. Ele aparece rigorosamente no centro em todos os quesitos econômicos examinados. Em alguns itens, como abertura comercial, metas de inflação e privatização, Ciro aparece mais próximo do grau de comprometimento mostrado pelos pré-candidatos do governo do que da oposição.

Os presidentiáveis governistas são entendidos como mais adeptos da linha geral de política econômica do que os presidentiáveis da oposição. Contudo, entre os presidentiáveis governistas, Serra é visto como o mais inclinado a alterar vários fatores da atual política econômica. Por outro lado, Roseana é identificada como a mais comprometida com a independência do BC, a austeridade fiscal e o regime de câmbio flutuante do que o próprio presidente FHC.

Por fim, vale notar que, com exceção do PT, PPS e do PFL, até o momento nenhum outro partido político divulgou sequer versões preliminares de seu programa de governo para 2002. A análise aqui conduzida é meramente indicativa e subjetiva, não pretendendo ser exaustiva ou definitiva. No mínimo, ela reflete a percepção inicial de um grupo de atentos observadores da economia brasileira a respeito da tendência programática dos principais presidenciáveis. O exame da visão econômica adotada pelo PT é particularmente difícil devido à grande divergência de opiniões sobre o assunto dentro do próprio partido. Lula tem evitado se pronunciar abertamente sobre questões econômicas, deixando-as principalmente a cargo do secretário de Relações Internacionais do PT e um dos nomes cogitados para o ministério da Fazenda de Lula, deputado e economista, Aloizio Mercadante, além do coordenador da plataforma econômica do partido, Guido Mantega, e de outras lideranças petistas como o presidente do partido, José Dirceu, e o deputado José Genoíno. A dificuldade é que, muitas vezes, as declarações destes indivíduos são bastante conflitantes. O quadro abaixo traz um exemplo da divisão do partido em relação a questões econômicas, como a proposta de independência do Banco Central:

O PT e a independência do Banco Central



Embora mais predominante no PT, visões conflitantes sobre economia não são privilégio desse partido. Tasso e Serra, por exemplo, ambos do PSDB, também divergem sobre questões econômicas. O mesmo ocorre com Itamar Franco e a ala governista do PMDB. A vantagem da análise acima é que, embora sem nenhum critério estatístico mais apurado, ela traz um balanço geral das percepções individuais de vários profissionais do CSFB sobre a linha de ação econômica que cada pré-candidato tenderia a adotar caso chegasse à presidência. Vale notar que, a nosso ver, essa linha de ação tende a se tornar mais moderada daqui até o dia das eleições e a posse do próximo presidente. A percepção de risco e o grau de incerteza em relação ao PT são relativamente maiores, porque, historicamente, o partido já defendeu teses radicais de política econômica, conforme mostra o quadro a seguir.

As metamorfoses do PT

	1982	1989	1994	1998	2001/2002*
Contexto	Lula concorre ao governo de SP. Franco Montoro vence. País vive crise econômica. Governadores de oposição ao Regime Militar lideram movimento pelas Diretas-Já	Hiperinflação após colapso do Plano Cruzado. Lula tenta o Planalto pela primeira vez. Perde para Collor, em segundo turno acirrado. Cai o Muro de Berlim.	Continuação da abertura econômica iniciada por Collor. Implantação do Plano Real e início da estabilidade. Lula é derrotado por FHC em primeiro turno. Crescimento é retomado.	Apesar dos efeitos da crise russa, FHC derrota novamente Lula em primeiro turno. O PT não convence a sociedade de que é confiável em formular projeto de poder alternativo ao tucano.	Crise energética, fragilidade da aliança política e ameaça ao Real põem FHC em xeque. Lula se esforça para passar a idéia de que é confiável. PT abranda discurso e programa.
Dívida externa	Suspender pagamento	É considerada "ilegítima e impagável".	Realizar "minuciosa auditoria"; abrir novas negociações; organizar frente com países devedores.	Renegociar dívida externa, sem defesa da moratória.	A dívida privatizada não contará mais com mecanismos de estatização e socialização dos riscos; esforço de renegociação da dívida pública.
Capital estrangeiro	Nacionalizar o comércio exterior; produzir bens de consumo popular e não de luxo	Romper com o sistema financeiro internacional; controlar as empresas estrangeiras e conter remessas de lucros.	Substituir as importações.	Recusa de medidas "discriminatórias" contra o capital estrangeiro; estimular as exportações.	Controle do fluxo internacional de capitais; autodefesa contra o capital externo especulativo.
Privatização	estatizar atividades produtivas	Desprivatizar o aparelho estatal.	Interromper e rever o Programa Nacional de Desestatização.	Eliminar o financiamento do BNDES a privatizações; vender imóveis e terrenos da União; suspender o processo de privatização.	Exigir metas dos concessionários; estabelecer um imposto sobre o lucro das empresas privatizadas; preservar Petrobras, BNDES, CEF e BB.
Reforma agrária	Dar posse da terra ao trabalhador, não aos latifundiários; distribuir terras devolutas	Taxar grandes propriedades rurais e fixar tamanho máximo.	Assentar pelo menos 800 mil famílias; desapropriar propriedades maiores de 500 hectares.	Assentar 1 milhão de famílias, criando 3 milhões de empregos.	Acelerar o processo, aumentando emprego na agricultura; desapropriar por "interesse social".
Sistema financeiro	Estatizar, com o Estado assumindo o monopólio das operações financeiras	Intervir, podendo-se chegar a estatização.	Criar nova estrutura com condições de ampliar a oferta de financiamento; coibir manobras especulativas. Reduzir jornada para 40 horas semanais; criar fundo para desempregados com recursos da tributação de grandes fortunas.	Redefinir o sistema financeiro, garantindo crédito com juros acessíveis.	Conversar com banqueiros e investidores.
Desemprego	Garantir estabilidade, salário-desemprego e reduzir jornada para 40 horas semanais	Elevar salário mínimo; repor perdas salariais, com correção mensal; estender seguro-desemprego.	Reduzir jornada para 40 horas semanais; criar fundo para desempregados com recursos da tributação de grandes fortunas.	Crescer 6% ao ano, para absorver 1,5 milhão de brasileiros que ingressam no mercado de trabalho; reduzir jornada para 40 horas; desestimular o uso de horas-extras.	Ampliar o emprego formal; reduzir a jornada; controlar e encarecer horas extras.
Política externa	Priorizar relações diplomáticas com países socialistas, incluindo Cuba, Vietnã e Coreia do Norte; não ter relações com África do Sul (em que vigorava o apartheid) e El Salvador (ditadura)	Defesa de política "anti-imperialista"; criar Parlamento Latino-Americano e apoiar o Estado palestino.	Priorizar integração com a América Latina; romper com o alinhamento aos EUA; abrir canais com China, África do Sul, Rússia e Índia.	Lutar por mudanças nos organismos mundiais; fortalecer as relações com os países da América Latina, da África meridional e de expressão portuguesa; reformar Mercosul.	Defender taxa Tobin; criar fundo internacional de combate à pobreza; fazer alianças com Índia, China, África do Sul e Rússia. Relançar Mercosul e opor-se à Alca.

* Programa preliminar do Instituto Cidadania para 2002.

Fontes: Jornal Folha de São Paulo de 8/7/01 ("Resoluções de Encontros e Congresso - 1979-1998", "Bases do Programa de Governo de 1994" e "Programa de Governo de 1998").

Apêndices

23. Lista de websites

Sites do governo

Fundação Estadual de Análise de Dados (SEADE)	http://www.seade.gov.br/
Governo de Minas Gerais (Itamar Franco)	http://www.mg.gov.br/
Governo do Ceará (Tasso Jereissati)	http://www.ceara.gov.br/
Governo do Maranhão (Roseana Sarney)	http://www.ma.gov.br/
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	http://www.ibge.gov.br/ibge/default.php
Ministério da Saúde (Ministro José Serra)	http://www.tse.gov.br/
Tribunal Superior Eleitoral (TSE)	http://www.tse.gov.br/

Institutos e pesquisas de opinião

Instituto Datafolha	http://www.uol.com.br/folha/datafolha/
Instituto GPP	http://www.gpp.com.br/
Instituto Ibope	http://www.ibope.com.br/
Instituto Sensus	http://www.sensus.com.br/
Instituto Vox Populi	http://www.voxpopuli.com.br/
Pesquisas CNI/Ibope	http://www.cni.org.br/f-ps-pesquisas.htm
Pesquisas CNT/Sensus	http://www.cnt.org.br/flash/hot-3.htm
Pesquisas Datafolha	http://www.uol.com.br/folha/datafolha/

Principais partidos políticos

PDT (Leonel Brizola)	http://www.pdt.org.br/
PFL (Roseana Sarney)	http://www.pfl.org.br/
PL (José Alencar)	http://www.pl.org.br/
PMDB (Itamar Franco)	http://www.pmdb.org.br/
PPB (Pratini de Moraes)	http://www.ppb.org.br/
PPS (Ciro Gomes)	http://www.pps.org.br/
PSB (Anthony Garotinho)	http://www.psb.org.br/
PSDB (FHC, José Serra, Tasso Jereissati)	http://www.psb.org.br/
PT (Lula)	http://www.pt.org.br/
PTB (Paulo Pereira da Silva)	http://www.ptb.org.br/

Programas de governo

PFL (Roseana Sarney)	http://www.instituto-atlantico.org.br/programa2003/
PPS (Ciro Gomes)	http://www.pps.org.br/publico/cgi/public/cgilua.exe/web/templates/htm/PPS/prg_ciro.htm
PT (Lula)	http://www.informes.org.br/notas/proposta-190601.htm

Notícias políticas em tempo real

Agência Estado	http://www.estadao.com.br/agestado/
Globo News	http://globonews.globo.com/GloboNews/home/0,,492,00.html
O Globo	http://oglobo.globo.com/
Universo Online	http://www.uol.com.br/folha/brasil/
Valor	http://www.valoronline.com.br/

Colunistas políticos

Cristiana Lôbo (Globo)	http://globonews.globo.com/Parabolica/0,6993,ZI2597-1257,00.html
Dora Kramer (OESP)	http://www.estado.estadao.com.br/colunistas/kramer.html
Élio Gaspari (Folha de São Paulo, Globo)	http://oglobo.globo.com/colunas/gaspari.htm
Fernando Rodrigues (Folha de São Paulo)	http://www.uol.com.br/fernandorodrigues/
Franklin Martins (Globo)	http://redeglobo4.globo.com/franklinmartins/
Helena Chagas (Globo)	http://oglobo.globo.com/colunas/helena.htm
Jorge Moreno (Globo)	http://oglobo.globo.com/colunas/nhenhem.htm
Sérgio Abranches (Veja)	http://veja.com.br
Tereza Cruvinel (Globo)	http://oglobo.globo.com/colunas/panpol.htm

Sites sobre política e eleições

Brasil Online	http://eleicoes.bol.com.br/eleicoes/index.html
Folha de São Paulo	http://www.uol.com.br/folha/brasil/2001-eleicoes.shtml
IG	http://www.ig.com.br/paginas/servicos/seuspoliticos/sites.html
Politica!l	http://www.politicall.com.br/
Terra	http://www.terra.com.br/noticias/eleicoes/guia/eleicoes_anteriores.htm

24. Fotos: fontes e créditos

Nome	Página	Fonte	Crédito
Anthony Garotinho	26	http://www.2002garotinho.com.br/hfotosv2/bandeira1.jpg	Não disponível
Ciro Gomes	27	Revista Veja 21/07/99	Não disponível
Fernando Collor	24	http://www.planalto.gov.br	Não disponível
Fernando H. Cardoso	25	http://www.planalto.gov.br	Não disponível
Itamar Franco	25	http://www.planalto.gov.br	Não disponível
Itamar Franco	28	http://www.mg.gov.br	Não disponível
José Sarney	24	http://www.planalto.gov.br	Não disponível
José Serra	29	Revista Veja 31/05/2000	Alexandre Tokitaka
Lula	30	http://brnt5sp228.digiweb.com.br/lula/lula_foto.asp?id=3	Roberto Parizoti
Roseana Sarney	31	Revista Veja 02/02/2000	Ana Araújo
Tasso Jereissati	32	http://sn-01.radiobras.gov.br/fotos/200107261749210556.htm	Roberto Barroso

Emerging Markets Research - Brasil

Rodrigo Azevedo, economista-chefe	(11) 3841-6347	Alexandre Marinis	(11) 3841-6346
Natan Finger	(11) 3841-6342	Alex Mourad	(11) 3841-6352
Paulo Grahl, CFA	(1 212) 325-8943	Nilson Teixeira	(11) 3841-6288
Laura Haralyi	(11) 3841-6350		